

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XVII — Abril/Junho de 1956 — N.º 67

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Diretor responsável: WALDEMAR LOPES

Secretário: VALDEMAR CAVALCANTI

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONES { Redação - 52-3805
Assinaturas - 42-7142

Assinatura anual: Cr\$ 80,00

S U M Á R I O

| | |
|---|-----|
| GIORGIO MORTARA A FECUNDIDADE DAS MULHERES E A SOBREVIVÊNCIA DOS FILHOS NO BRASIL, SEGUNDO O CENSO DE 1950 | 177 |
| MILTON DA SILVA RODRIGUES ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA ESTATÍSTICA | 187 |
| RODRIGO BOLAÑOS SÁNCHEZ ESTATÍSTICAS DO TRABALHO — OBJETIVOS, ALCANCE, FONTES E PROGRAMA MÍNIMO | 191 |
| JOHN HAJNAL PERSPECTIVAS DAS PREVISÕES DE POPULAÇÃO | 199 |
| <i>ESTUDOS & SUGESTÕES</i> | |
| Fontes, processos de coleta e natureza dos dados na estatística permanente da habitação no Brasil — ARMANDO RABELLO ... | 209 |
| <i>NOÇÕES DE METODOLOGIA</i> | |
| Demonstração pela álgebra de matrizes do método Doolittle abreviado — FREDERICO PIMENTEL GOMES | 216 |
| <i>DE ONTEM E DE HOJE</i> | |
| A Província do Rio de Janeiro em 1856 — CONSELHEIRO NICOLAU TOLENTINO | 219 |
| <i>INFORMAÇÕES GERAIS</i> | |
| Distribuição territorial dos alemães e dos austríacos presentes no Brasil em 1950 — AUREO PINTO DE FIGUEIREDO | 237 |
| <i>ATRAVÉS DA IMPRENSA</i> | |
| Indústria de artefatos de barro e cimento — São Paulo, centro de imigração e emigração — Flagrantes Brasileiros — Os salários na indústria e no comércio atacadista | 241 |
| <i>LEGISLAÇÃO</i> | |
| Ementário das Resoluções da XVI Assembléia Geral do CNE — Resoluções da JEC | 244 |
| <i>BIBLIOGRAFIA</i> | 246 |
| <i>RESENHA</i> | |
| XVI Assembléia Geral do CNE — Atividades da JEC — Curso de aperfeiçoamento em estatística econômica — Novo Secretá- rio-Geral do CNE — Acôrdo sobre as estatísticas industriais — XVIII Congresso Internacional de Geografia — O ensino da estatística na Bahia — O IBGE e a Constituição — I Cente- nário da Estatística Espanhola — Nova diretoria da SBE — Pequenas notícias | 247 |

GIORGIO MORTARA

A FECUNDIDADE DAS MULHERES E A SOBREVIVÊNCIA DOS FILHOS NO BRASIL, SEGUNDO O CENSO DE 1950¹

SUMÁRIO: 1. Os inquéritos censitários de 1940 e de 1950 sobre a fecundidade — 2. Fecundidade, quota de prolicas e prolificidade; variações de 1940 a 1950 — 3. Resumo das conclusões sugeridas pela análise anterior — 4. Aproveitamento das elaborações efetuadas, para o cálculo do número dos nascidos vivos no Brasil em 1950 — 5. A sobrevivência dos filhos; variações de 1940 a 1950 — 6. Influência dos erros nas declarações de idade das mulheres sobre as medidas da fecundidade e da sobrevivência

APÊNDICE: Dados e esclarecimentos complementares

O INQUÉRITO sobre a fecundidade efetuado no censo demográfico de 1940 abriu todo um domínio até então inexplorado aos estudiosos da demografia do Brasil. Embora as falhas irreparáveis da estatística do registro civil ainda impeçam a determinação de medidas diretas da fecundidade, tornou-se possível a sua medição indireta por meio das apurações desse censo, que foram aproveitadas para a estimativa e a análise da frequência dos nascimentos em relação à idade, à côr, ao estado conjugal da mulher, à sua idade no nascimento do primeiro filho, ao número dos filhos anteriormente tidos por ela, à atividade econômica do homem, etc.²

O inquérito foi repetido, com algumas modificações dos quesitos, no censo de 1950. Na apuração, foram mantidas as principais classificações feitas no censo anterior, acrescentando-se a discriminação entre as populações dos diversos quadros administrativos (urbanos, suburbanos e rurais) de cada Unidade da Federação.

A recente publicação dos resultados completos, para o Brasil, do censo demográfico de 1950³ torna agora possível o exame dos dados concernentes à fecundidade que não estavam incluídos na *Seleção* publicada em 1953.⁴

¹ Estudo compilado no Laboratório de Estatística do IBGE

² Números estudos sobre a fecundidade, realizados pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940, foram divulgados nas séries das "Análises de resultados do censo demográfico" e das "Aplicações do censo demográfico", das quais foi publicado um índice completo no N.º 38 desta Revista, em 1949.

³ *VI Recenseamento geral do Brasil, 1950 Vol. I, Brasil, Censo demográfico*, Rio, IBGE, 1956.

⁴ Exposições e análises dos resultados do inquérito sobre a fecundidade e de outras informações obtidas pelo censo de 1950 foram divulgadas nos "Estudos demográficos" do Laboratório de Estatística do IBGE. Referem-se a várias Unidades da Federação os Números 91, 94, 118, 137, 146 (2.ª edição), 158, 160, 161 e 169; ao conjunto do Brasil, os Números 171 (aqui reproduzido em edição definitiva, ampliada e revista), 173 (fecundidade feminina nos diversos grupos de côr), 175 (fecundidade feminina segundo o estado conjugal) e 176 (fecundidade feminina segundo a situação do domicílio: urbano, suburbano ou rural).

As principais pesquisas sobre a natalidade e a fecundidade baseadas nos censos de 1940 e de 1950 estão sendo reunidas e coordenadas em edição definitiva na série de estatística demográfica dos "Estudos de estatística teórica e aplicada", publicados pelo IBGE. Nessas pesquisas foram aproveitados não somente os resultados dos inquéritos sobre a fecundidade, mas também outras informações obtidas pelos censos demográficos (número das crianças, proporção entre o número das crianças e o das mulheres em idade fecunda, etc.).

Os volumes da série de estatística demográfica dedicados aos assuntos referidos acima são os seguintes:

N.º 4 *Estimativas da taxa de natalidade para o Brasil, as Unidades da Federação e as principais Capitais* (1948)

Esses dados foram obtidos pela apuração das respostas ao quesito sobre o número dos filhos tidos. No censo de 1950 este quesito foi pôsto na forma sintética seguinte: "Se teve filhos, declare quantos, incluindo os que nasceram mortos", enquanto no censo de 1940 fôra desdobrado, pedindo-se separadamente ao recenseado "Se teve filhos nascidos vivos, declare quantos" e "Se teve filhos nascidos mortos, declare quantos". Não foi repetido no censo de 1950 o quesito de 1940 relativo à idade do recenseado no nascimento do primeiro filho.

A análise dos resultados do censo de 1940 levou à conclusão de que uma considerável fração dos filhos tidos declarados nascidos mortos (cerca de um terço) devia ser constituída, na realidade, por crianças nascidas vivas mas falecidas pouco depois do nascimento. Em vista dessa confusão — aliás inevitável nas condições da assistência médica e obstétrica e do registro dos nascimentos no Brasil —, e também para o fim de simplificar o questionário, achou-se conveniente, na preparação do censo de 1950, eliminar a discriminação entre as duas seções do quesito.

É possível que a forma simplificada tenha tornado mais freqüentes as omissões da declaração de filhos tidos nascidos mortos, todavia não se encontra uma prova certa dessa maior freqüência de omissões.

Na apuração do censo de 1940 foram discriminadas as mulheres que tiveram filhos nascidos vivos. Provavelmente — mesmo prescindindo-se das omissões voluntárias ou acidentais — os números apurados estão levemente errados por falta, não incluindo algumas mulheres que de fato tiveram um ou mais filhos nascidos vivos, mas declararam — pela confusão acima assinalada — só ter tido filhos nascidos mortos. A influência deste erro por falta no cálculo das taxas de fecundidade é, entretanto, bem pequena, ficando a taxa média geral errada por excesso — em consequência dessa omissão no denominador — na proporção estimada de apenas 0,5%.

Na apuração do censo de 1950 foram discriminadas em conjunto as mulheres que tiveram filhos, nascidos vivos ou nascidos mortos, inclusive, portanto, as que só tiveram filhos nascidos mortos. Para eliminar estas últimas no cálculo das taxas de fecundidade, supôs-se que elas constituam cerca de 1% do total, variando a respectiva proporção entre 3% do total no grupo de idade de 15 a 19 anos e 0,6% nos grupos de 45 anos e mais, de acôrdo com estimativas baseadas em resultados do censo de 1940.⁵

Nas elaborações dos dados obtidos pelo censo de 1940, para se discriminar com maior aproximação o número dos filhos tidos nascidos vivos, foi suposto que êle correspondesse a 95% do total dos filhos tidos declarados, nascidos vivos e nascidos mortos.

Aplicou-se a mesma hipótese para discriminar os nascidos vivos entre os filhos tidos nascidos vivos e nascidos mortos declarados em conjunto no censo de 1950.⁶

* * *

Os dados originais do censo de 1950 sobre a fecundidade feminina e os dados retificados como foi esclarecido acima constam da tabela V em apêndice. Pela elaboração desses dados absolutos obtiveram-se os dados proporcionais expostos na tabela I.

Nº 5 *Estudos sobre a fecundidade e a prolificidade da mulher no Brasil, no conjunto da população e nos diversos grupos de cor* (1949)

Nº 6 *A prolificidade da mulher, segundo a idade inicial da atividade reprodutiva, no Brasil* (1949)

Nº 8 *Características demográficas da população do Estado da Bahia* (1949)

Nº 9 *Estudos sobre a fecundidade da mulher no Brasil, segundo o estado conjugal* (1949)

Nºs 10, 16, 22 *Pesquisas sobre a natalidade no Brasil* (1ª série, 1950; 2ª série, 1953; 3ª série, 1956)

Nº 13 *Pesquisas sobre o desenvolvimento da população do Brasil* (1951)

Nº 14 *Estudos sobre a natalidade e a mortalidade no Brasil* (1952)

Nº 15 *Estudos sobre a natalidade em algumas grandes cidades do Brasil* (1952)

Nº 17 *Pesquisas sobre as populações urbanas e rurais do Brasil* (1954)

Veja-se, ainda, a seção I do volume *Contribuições para o estudo da demografia do Norte* (IBGE, 1956)

Um quadro de conjunto da natalidade e fecundidade no Brasil foi apresentado pelo autor deste estudo, na monografia *The Brazilian Birth Rate: Its Economic and Social Factors*, incluída no volume *Culture and Human Fertility*, de F. Lotimer e colaboradores, publicado pela UNESCO em 1954.

⁵ Vejam-se os esclarecimentos em apêndice.

⁶ Vejam-se os dados em apêndice, tabela V.

A proporção dos filhos nascidos vivos tidos até a data do censo pelas mulheres de cada grupo de idade, segundo as apurações de 1940⁷ e de 1950, consta das colunas (d) e (e) da tabela I. Foram discriminados grupos quinquenais para as idades de 15 a 49 anos e decenais para as de 50 a 79, ficando reunidas em um só grupo as idades de 80 anos e mais, onde são mais freqüentes as omissões e os erros das declarações censitárias, em consequência da idade avançada das mulheres.

No conjunto da população feminina de 15 anos e mais, a proporção dos filhos nascidos vivos tidos até a data do censo desceu para 315,35 por 100 mulheres em 1950, enquanto em 1940 atingia 331,42 por 100.

Essa diminuição da taxa média cumulativa geral de fecundidade, nítida embora moderada, depende em parte da diminuição da quota de prolíficas entre as mulheres de 15 anos e mais, e, em parte maior, da diminuição da taxa média cumulativa geral de prolificidade.⁸ Com efeito, de 1940 a 1950, desceu de 60,80% para 60,11% a proporção das mulheres que tiveram filhos nascidos vivos ("prolíficas"), entre as de 15 e mais, como consta das colunas (b) e (c) da tabela I, e ao mesmo tempo desceu de 545,08 para 524,63 a proporção dos filhos nascidos vivos tidos por 100 mulheres prolíficas de 15 anos e mais, como consta das colunas (f) e (g) da mesma tabela.

Apesar dessas diminuições, o nível da fecundidade feminina no Brasil mantém-se muito elevado.

TABELA I

Comparação de dados referentes à fecundidade feminina,
obtidos pelos censos de 1940 e de 1950

| IDADE Anos completos (a) | PERCENTAGEM DAS MULHERES QUE TIVERAM FILHOS NASCIDOS VIVOS | | FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS POR 100 MULHERES | | FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS POR 100 MULHERES QUE TIVERAM FILHOS NASCIDOS VIVOS | |
|--------------------------------|---|--------------|--|---------------|---|---------------|
| | 1940 (b) | 1950 (c) | 1940 (d) | 1950 (e) | 1940 (f) | 1950 (g) |
| 15 a 19 | 8,66 | 9,27 | 12,59 | 13,89 | 145,38 | 149,76 |
| 20 a 24 | 46,26 | 45,76 | 104,29 | 104,37 | 225,42 | 228,09 |
| 25 a 29 | 70,27 | 69,28 | 246,63 | 239,05 | 350,96 | 345,07 |
| 30 a 34 | 79,02 | 78,13 | 386,13 | 368,91 | 488,65 | 472,15 |
| 35 a 39 | 83,22 | 81,98 | 510,48 | 481,16 | 613,42 | 586,94 |
| 40 a 44 | 83,85 | 82,64 | 588,21 | 548,91 | 701,47 | 664,22 |
| 45 a 49 | 85,14 | 83,64 | 639,64 | 590,15 | 751,29 | 705,57 |
| 50 a 59 | 84,22 | 82,91 | 641,18 | 606,27 | 761,29 | 731,26 |
| 60 a 69 | 84,05 | 81,13 | 648,41 | 602,66 | 771,43 | 742,80 |
| 70 a 79 | 83,57 | 78,95 | 642,77 | 594,92 | 769,18 | 735,54 |
| 80 e mais | 81,89 | 76,39 | 625,10 | 573,66 | 763,32 | 750,92 |
| 15 e mais | 60,80 | 60,11 | 331,42 | 315,35 | 545,08 | 524,63 |

Ao subir da idade — a partir do 15º aniversário — cresce rapidamente a proporção das mulheres que tiveram filhos nascidos vivos, atingindo seu máximo no grupo de 45 a 49 anos e declinando levemente depois, em consequência — pelo menos em parte — das mais freqüentes omissões nas declarações censitárias das mulheres velhas.

⁷ Os dados de 1940 foram tirados da tabela à pág. 21 dos citados *Estudos sobre a fecundidade da mulher no Brasil, segundo o estado conjugal*.

⁸ A variação das taxas médias gerais depende, também, de variações na composição proporcional por idade da população considerada, pelas quais ficam alterados os pesos com que as taxas específicas dos diferentes grupos de idade contribuem para determinar essas médias.

A influência desta circunstância é, porém, muito pequena e de sentido oposto à das circunstâncias especificadas no texto. Com efeito, se a composição proporcional por idade em 1950 fosse igual à de 1940, a taxa média cumulativa geral de fecundidade seria de 313,48 por 100 mulheres, em vez de 315,35. A composição por idade de 1950 faz subir essa taxa para um nível levemente superior ao que ela atingiria se essa composição fosse ainda a de 1940.

No grupo de 15 a 19 anos a quota de prolíficas não chega a um décimo do total das mulheres, no de 25 a 29 anos já atinge sete décimos e nos de 35 a 69 anos excede oito décimos, em ambos os censos

Nas idades mais mógicas as quotas de prolíficas de 1950 diferem pouco das de 1940, mas a sua inferioridade, já sensível a partir do grupo de 20 a 24 anos, se acentua cada vez mais ao subir da idade. No grupo de 45 a 49 anos, onde a quota de prolíficas atinge o máximo, ela diminuiu de 85,14% em 1940 para 83,64% em 1950

A proporção dos filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres prolíficas aumenta ao subir da idade, atingindo seus máximos nos grupos senis. Considerando-se em conjunto as mulheres prolíficas de 50 anos e mais, acham-se as proporções de 765,35 filhos tidos por 100 delas em 1940 e de 738,25 em 1950. Nas idades mais mógicas, a proporção dos filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres prolíficas é levemente maior em 1950 do que em 1940, mas a partir do grupo de 25 a 29 anos a proporção observada em 1950 se torna nitidamente inferior à de 1940, tendendo a diferença a subir com a idade. No grupo de 45 a 49 anos a proporção desceu de 751,29 por 100 mulheres em 1940 para 705,57 em 1950

Em virtude da simultânea diminuição das quotas de prolíficas e das taxas cumulativas de prolificidade, diminuíram, de 1940 a 1950, a partir do grupo de idade de 25 a 29 anos, as taxas cumulativas de fecundidade

Subindo com a idade, a proporção dos filhos tidos nascidos vivos atinge seus máximos nas idades senis: 648,41 por 100 mulheres de 60 a 69 anos em 1940 e 606,27 por 100 mulheres de 50 a 59 anos em 1950. Diminui levemente essa proporção nas idades mais avançadas, exclusiva ou principalmente em virtude da maior frequência, já assinalada, de omissões nas declarações censitárias

Embora algumas diferenças entre os resultados dos dois últimos censos possam ser atribuídas ao diferente grau de precisão de um e do outro deles, parece correspondente à realidade a indicação de uma diminuição, moderada, mas não desprezível, da fecundidade

Com efeito, também a proporção entre as crianças de 0 a 9 anos e as mulheres de 15 a 49 anos, presentes na data do censo, a qual fornece um índice da fecundidade⁹, marcou uma pequena diminuição, descendo de 121,33 para 100 em 1940 para 119,96 em 1950. Como a redução da mortalidade na infância agiu no sentido do aumento dessa proporção, a pequena redução nela verificada indica uma diminuição da fecundidade proporcionalmente maior

* * *

RESUMINDO-SE os resultados das análises da fecundidade feminina no Brasil efetuadas nas páginas anteriores, conclui-se:

que a quota de mulheres prolíficas é elevada, excedendo 80% a partir do grupo de idade de 35 a 39 anos,

que o número médio dos filhos nascidos vivos tidos pela mulher prolífica é muito elevado, excedendo 7 no fim do período fértil da vida da mulher,

que o número médio dos filhos nascidos vivos tidos pela mulher em geral — prolífica ou não prolífica — é, também, muito elevado, atingindo 6 no fim do referido período;

que a fecundidade feminina revela uma moderada, mas nítida, diminuição, pela comparação entre os dados dos censos de 1940 e de 1950;

que essa diminuição foi determinada principalmente pela diminuição da prolificidade e secundariamente pela diminuição da quota de mulheres prolíficas

* * *

CONHECENDO-SE as taxas médias cumulativas de fecundidade feminina por grupos de idade, tornou-se possível determinar, mediante interpolação gráfico-numérica, a marcha da curva cumulativa de fecundidade em função da idade.

Sendo obtida pela apuração simultânea de taxas cumulativas referentes a diversas gerações de mulheres¹⁰, essa curva não representa a marcha efetiva da fecundidade em uma dada geração. Todavia, se a variação da fecundidade

⁹ Acerca da interpretação dessa proporção, e dos fatores que contribuem para determiná-la, veja-se a seção I do citado volume *Pesquisas sobre a natalidade no Brasil, 2ª série*

¹⁰ Entenda-se por "geração" o conjunto das mulheres que se acham em idades incluídas entre dois aniversários consecutivos, por exemplo entre o 30º e o 31º

através do tempo fôr lenta, como no Brasil, é lícito — em via de primeira aproximação — tratar a referida curva como se ela fôsse obtida pela experiência de uma única geração¹¹.

Determinando-se, pelo gráfico delineado, os valores da taxa cumulativa de fecundidade em correspondência a dois aniversários consecutivos, a diferença entre o segundo e o primeiro destes valores poderá ser tomada, nesse caso, como expressão aproximativa da taxa de fecundidade no ano de idade que é delimitado pelos referidos aniversários. Por exemplo, tendo-se calculado em 311 por 1 000 a taxa cumulativa de fecundidade no 30.º aniversário e em 336 por 1 000 a no 31.º, fica determinada em 25 por 1 000 a taxa de fecundidade no 31.º ano de idade.

Aplicando-se o mesmo processo por intervalos quinquenais de idade, determinaram-se as taxas médias de fecundidade para cada um desses intervalos entre os 15.º e 50.º aniversários, constantes da coluna (c) da tabela II. E atribuindo-se essas taxas de fecundidade às mulheres presentes em 1.º de julho de 1950 (coluna (b), calculou-se o número estimado dos nascidos vivos em 1950 (coluna (d).

TABELA II

Cálculo dos nascidos vivos em 1950, de acôrdo com as taxas de fecundidade deduzidas do censo do mesmo ano

| IDADE Anos completos (a) | MULHERES PRESENTES EM 1.º-VII-1950 (b) | TAXA DE FECUN- DIDADE POR 1 000 ESTIMADA (c) | NASCIDOS VIVOS EM 1950 ESTIMADOS (d) |
|--------------------------------|---|---|---|
| 15 a 19 | 2 357 784 | 8,0 | 228 623 |
| 20 a 24 | 2 606 679 | 25,8 | 672 523 |
| 25 a 29 | 2 101 959 | 28,4 | 596 956 |
| 30 a 34 | 1 623 307 | 23,6 | 383 100 |
| 35 a 39 | 1 517 030 | 17,8 | 270 031 |
| 40 a 44 | 1 161 114 | 12,0 | 139 334 |
| 45 a 49 | 958 138 | 5,2 | 49 823 |
| 15 a 49 | 12 826 011 | | 2 340 390 |

O número, assim calculado, de 2 340 390 nascidos vivos, pôsto em relação com a população presente, de 51 944 397 habitantes, dá uma taxa de natalidade de 45,06 por 1 000 habitantes, que excede levemente a taxa efetiva, estimada em 43 a 44 por 1 000 para o decênio anterior à data do censo¹².

Dada a tendência descendente da fecundidade, este excedente pode ser em parte atribuído à circunstância de que o levantamento censitário é retrospectivo e revela a fecundidade média em um período mais amplo — no que diz respeito a uma parte considerável das mulheres — do que o último decênio anterior a essa data.

A pequena diferença entre as duas estimativas da taxa de natalidade, baseadas em elementos totalmente diversos, confirma, entretanto, a boa aproximação dessas estimativas à realidade, como também a lenta variação da fecundidade no Brasil.

* * *

¹¹ Vejam-se, sobre este assunto, os citados *Estudos sobre a fecundidade e a prolificidade da mulher no Brasil, no conjunto da população e nos diversos grupos de cor*, págs. 26 a 28, e, para uma discussão mais geral, G. Mortara, *Análise comparativa de diversos critérios aplicáveis no estudo biométrico de caracteres coletivamente típicos em função da idade*, Rio, IBGE, 1948.

¹² A estimativa de uma taxa de natalidade de 43 a 44 por 1 000 habitantes está baseada na apuração censitária das crianças nascidas nos últimos anos anteriores ao censo e na reconstrução das respectivas gerações de acôrdo com hipóteses sobre a mortalidade na infância. Veja-se o volume citado na nota 9, às págs. 9 e 10.

TANTO no censo de 1940 como no de 1950, pediu-se, além da especificação do número dos filhos tidos até a data do censo, a do número dos filhos ainda vivos nessa data

Pela razão entre o número dos filhos e o dos filhos tidos nascidos vivos (dados constantes da tabela VII em apêndice), obteve-se, para cada grupo de idade das mulheres, a taxa de sobrevivência dos filhos tidos até a data do censo

Comparam-se nas colunas (b) e (c) da tabela III as taxas de sobrevivência assim calculadas com base nos censos de 1940 e de 1950¹³

TABELA III

Comparação de dados referentes à sobrevivência e à mortalidade dos filhos tidos pelas mulheres prolíficas, obtidos pelos censos de 1940 e de 1950

| IDADE DAS MÃES Anos completos | SOBREVIVENTES NA DATA DO CENSO, DE 1 000 FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS | | FALECIDOS ATÉ A DATA DO CENSO, DE 1 000 FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS | | DIMINUIÇÃO PERCENTUAL DA TAXA DE MORTALI- DADE DE 1940 A 1950 |
|----------------------------------|--|-------------|--|-------------|--|
| | 1940 (b) | 1950 (c) | 1940 (d) | 1950 (e) | |
| (a) | | | | | (f) |
| 15 a 19 | 820,00 | 853,22 | 180,00 | 146,78 | 18,46 |
| 20 a 24 | 805,29 | 833,45 | 194,71 | 166,55 | 14,46 |
| 25 a 29 | 787,58 | 814,49 | 212,42 | 185,51 | 12,67 |
| 30 a 34 | 772,50 | 795,54 | 227,50 | 204,46 | 10,13 |
| 35 a 39 | 752,53 | 775,27 | 247,47 | 224,73 | 9,19 |
| 40 a 44 | 728,17 | 755,28 | 271,83 | 244,72 | 9,97 |
| 45 a 49 | 708,96 | 737,53 | 291,04 | 262,47 | 9,82 |
| 50 a 59 | 677,07 | 710,34 | 322,93 | 289,66 | 10,30 |
| 60 a 69 | 629,68 | 671,88 | 370,32 | 328,12 | 11,40 |
| 70 a 79 | 581,06 | 629,73 | 418,94 | 370,27 | 11,62 |
| 80 e mais | 514,58 | 571,05 | 485,42 | 428,95 | 11,63 |
| 15 e mais | 719,93 | 750,39 | 280,07 | 249,61 | 10,88 |

Crescendo a idade média dos filhos tidos ao subir a idade da mulher, a taxa de sobrevivência daqueles vai diminuindo. Segundo os dados do censo de 1950, ainda sobreviviam na data do censo cerca de 83% dos filhos tidos pelas mulheres de 20 a 24 anos, 76% dos tidos pelas mulheres de 40 a 44 anos, e 67% dos tidos pelas mulheres de 60 a 69 anos

A todos os grupos de idade das mulheres prolíficas correspondem taxas de sobrevivência nitidamente maiores em 1950 do que em 1940, indicando diminuições da mortalidade

Para medir diretamente essas diminuições, calcularam-se, nas colunas (d) e (e) da tabela III, as taxas de mortalidade até a data do censo, dos filhos tidos pelas mulheres prolíficas de cada grupo de idade, de acôdo, respectivamente, com o censo de 1940 e com o de 1950, e na coluna (f) calculou-se a diminuição percentual da taxa de mortalidade de 1940 a 1950

As maiores diminuições relativas da mortalidade correspondem aos filhos tidos pelas mulheres de 15 a 19 anos (diminuição de mais de 18%), de 20 a 24 anos (mais de 14%) e de 25 a 29 anos (quase 13%), dando início dos recentes progressos da luta contra a mortalidade infantil. Nos sucessivos grupos de idade das mulheres, a diminuição da mortalidade dos filhos tidos oscila em torno de 9 a 10%, só excedendo nitidamente este nível nas idades de 60 anos e mais. Aparentemente, a diminuição relativa da mortalidade dos filhos tidos desceria para um mínimo pouco superior a 9% no grupo correspondente às mulheres

¹³ As taxas de 1940 foram tiradas da tabela citada na nota 7

de 35 a 39 anos, subindo depois até mais de 11% nos grupos correspondentes às idades senis, mas é possível que, pelo menos em parte, essa variação reflita o diferente grau de aproximação dos dois levantamentos censitários, ou alguma imperfeição das hipóteses adotadas na elaboração dos dados

Parece, em todo caso, ser real, na maior parte, a diminuição da mortalidade dos filhos tidos pelas mulheres prolíficas até a época do censo. A medida relativa dessa diminuição se aproximaria de 11% segundo os levantamentos censitários, tendo descido a taxa de mortalidade de cerca de 280 por 1 000 em 1940 para menos de 250 em 1950

Em virtude dessa diminuição da mortalidade, o número médio dos filhos da mulher prolífica sobreviventes na data do censo ficou quase inalterado de 1940 a 1950, apesar da sensível diminuição verificada nas taxas cumulativas de proli-ficidade. Com efeito, sobreviviam 392,42 filhos por 100 mulheres prolíficas de 15 anos e mais em 1940 e 393,67 em 1950

Discriminando os grupos de idade (tabela IV), encontram-se proporções de filhos sobreviventes por 100 mulheres prolíficas maiores em 1950 do que em 1940 nos grupos de 15 a 29 anos e de 50 anos e mais, e proporções menores nos grupos de 30 a 49 anos. As diferenças entre os resultados dos cálculos baseados nos dois censos são, entretanto, pequenas, exceto nas idades senis, onde talvez o fator principal das mesmas seja o diferente grau de precisão dos dois censos

TABELA IV

Comparação das proporções dos filhos sobreviventes na data do censo em relação às mulheres prolíficas, obtidas pelos censos de 1940 e de 1950

| IDADE DAS MÃES Anos completos | FILHOS SOBREVIVENTES POR 100 MULHERES PROLÍFICAS | |
|----------------------------------|--|---------------|
| | 1940 | 1950 |
| 15 a 19 | 119,21 | 127,78 |
| 20 a 24 | 181,53 | 190,10 |
| 25 a 29 | 276,41 | 281,06 |
| 30 a 34 | 377,48 | 375,61 |
| 35 a 39 | 461,61 | 455,04 |
| 40 a 44 | 510,79 | 501,67 |
| 45 a 49 | 532,63 | 520,38 |
| 50 a 59 | 515,45 | 519,44 |
| 60 a 69 | 485,75 | 499,07 |
| 70 a 79 | 446,94 | 474,53 |
| 80 e mais | 392,79 | 428,81 |
| 15 e mais | 392,42 | 393,67 |

* * *

CUMPRE reconhecer que os erros nas declarações de idade das mulheres¹⁴ podem exercer influências não desprezíveis sobre os resultados das elaborações expostas no presente estudo

A maior dessas influências é, sem dúvida, a das declarações de idades inferiores às efetivas. A quota das mulheres prolíficas e o número médio dos filhos por elas tidos tendem a subir até a idade final da atividade reprodutora, de modo que, para x menor de 50, a inclusão de certo número de mulheres em idade efetiva superior a x entre as declaradas em idade x tem, em geral, como

¹⁴ Acêrca desses erros e da sua importância nos últimos dois censos brasileiros, veja-se a seção I das *Análises críticas de resultados dos censos demográficos*, Rio IBGE, 1956

efeito o aumento da quota de prolíficas e das taxas cumulativas de prolificidade e de fecundidade, e de outro lado, por óbvia razão, determina a diminuição da taxa de sobrevivência dos filhos tidos.

Se fôsse possível eliminar êsses erros de rejuvenescimento, ficariam um pouco diminuídas as quotas de prolíficas e as taxas médias cumulativas de prolificidade e de fecundidade, e um pouco aumentadas as taxas de sobrevivência dos filhos tidos, calculadas para os grupos de idade de 15 a 29 anos. Pode-se presumir que não ficariam muito alteradas as quotas e taxas dos grupos de idade seguintes.

Foi tentada a correção da distribuição por idade das mulheres, pela eliminação das alterações oriundas das declarações erradas¹⁵, mas faltam elementos suficientes para uma tentativa de correção das correspondentes distribuições dos filhos tidos e dos filhos vivos. Pode-se, todavia, afirmar que o quadro da fecundidade da mulher brasileira e da sobrevivência dos filhos apresentado nos parágrafos anteriores ficaria apenas levemente modificado por essas correções, nos sentidos constantes dos esclarecimentos dados acima.

APÊNDICE

Dados e esclarecimentos complementares

CONSTAM da tabela V os resultados da apuração censitária de 1950 concernente à discriminação, segundo a idade das mulheres: das próprias mulheres em geral, das que declararam ter tido filhos vivos ou mortos, e dos respectivos filhos tidos vivos e mortos declarados. Constam da mesma tabela as estimativas das mulheres de cada grupo de idade que tiveram filhos nascidos vivos, e dos respectivos filhos tidos nascidos vivos.

Na tabela VII reproduzem-se, ao lado dos números estimados de filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres dos diferentes grupos de idade, os correspondentes números apurados de sobreviventes na data do censo de 1950.

* * *

Das apurações da fecundidade feminina e da sobrevivência dos filhos foram excluídas, em 1950, as mulheres em idade inferior a 15 anos, como também as mulheres de 15 anos e mais presentes em algumas zonas, de limitada importância demográfica (população presente estimada 31 597), cujos habitantes não puderam ser classificados segundo caracteres individuais em consequência do extravio dos documentos de coleta do censo de 1950.

As elaborações efetuadas no presente estudo referem-se às mulheres das quais foi declarada a idade, ficando portanto excluídas as de idade não declarada (62 755).

* * *

A estimativa do número e da proporção das mulheres de cada grupo de idade que só tiveram filhos nascidos mortos, segundo o censo de 1940 — a qual forneceu a orientação para os cálculos referentes a 1950 —, foi efetuada pelo seguinte processo.

Constando do censo de 1940 o número dos filhos tidos nascidos mortos declarados pelas mulheres que afirmaram não ter tido filhos nascidos vivos (coluna (b) da tabela VI), reduziu-se êsse número de cerca de um terço (na coluna (c)), para eliminar os falsos nascidos mortos, isto é, os nascidos vivos falecidos pouco depois do nascimento e declarados erroneamente nascidos mortos. Como cada mulher pode ter tido mais de um filho nascido morto, os números das mulheres que só tiveram filhos nascidos mortos (coluna (d)) foram estimados de acordo com os números dos respectivos filhos tidos, calculados como foi dito acima, mediante redução desses números: de 5% no grupo de 15 a 19 anos, de 15% no de 20 a 24 anos e de 20% nos sucessivos. As razões entre êstes números de mulheres que só tiveram filhos nascidos mortos e as somas dos mesmos com os correspondentes números de mulheres que tiveram

¹⁵ No estudo citado na nota 14.

filhos nascidos vivos (coluna (e)) deram as proporções das mulheres que só tiveram filhos nascidos mortos (coluna (f)). Com base nestas, foram determinadas as proporções adotadas para o cálculo da coluna (d) da tabela IV, especificadas na nota ** a essa tabela.

TABELA V

Dados referentes à fecundidade feminina (1950)

| IDADE Anos completos (a) | MULHERES | | | FILHOS TIDOS | |
|--------------------------------|-------------------|----------------------------|--|-------------------|--------------------------|
| | Em total* (b) | Que tiveram filhos* (c) | Que tiveram filhos nascidos vivos** (d) | Em total* (e) | Nascidos vivos*** (f) |
| 15 a 19 | 2 857 784 | 273 163 | 264 968 | 417 697 | 396 812 |
| 20 a 24 | 2 606 679 | 1 210 953 | 1 192 789 | 2 863 852 | 2 720 659 |
| 25 a 29 | 2 101 959 | 1 472 332 | 1 456 136 | 5 289 165 | 5 024 707 |
| 30 a 34 | 1 623 307 | 1 280 535 | 1 268 370 | 6 303 808 | 5 988 618 |
| 35 a 39 | 1 517 030 | 1 253 926 | 1 243 644 | 7 683 573 | 7 299 394 |
| 40 a 44 | 1 161 114 | 966 305 | 959 541 | 6 708 894 | 6 373 449 |
| 45 a 49 | 958 138 | 806 245 | 801 408 | 5 952 062 | 5 654 459 |
| 50 a 59 | 1 289 734 | 1 075 750 | 1 069 296 | 8 230 826 | 7 819 285 |
| 60 a 69 | 722 666 | 589 865 | 586 326 | 4 584 427 | 4 355 206 |
| 70 a 79 | 297 415 | 236 227 | 234 810 | 1 862 519 | 1 769 393 |
| 80 e mais | 127 271 | 97 815 | 97 228 | 768 533 | 730 106 |
| 15 e mais | 15 263 097 | 9 263 116 | 9 174 516 | 50 665 356 | 48 132 088 |

* Resultados da apuração do censo

** Dados calculados pelos da coluna (c), mediante redução de 3% no grupo de idade de 15 a 19 anos, de 1,5% no de 20 a 24, 1,1% no de 25 a 29, de 0,95% no de 30 a 34, de 0,82% no de 35 a 39, de 0,7% no de 40 a 44 e de 0,6% nos sucessivos

*** (f) = 0,95 (e)

TABELA VI

Cálculo das proporções das mulheres que só tiveram filhos nascidos vivos (1940)

| IDADE DAS MULHERES Anos completos (a) | FILHOS NASCIDOS MORTOS TIDOS PELAS MULHERES QUE SÓ TIVERAM FILHOS NASCIDOS MORTOS | | MULHERES QUE TIVERAM | | PERCENTAGEM DAS MULHERES QUE SÓ TIVERAM FILHOS NASCIDOS MORTOS**** (f) |
|---|---|-----------------------------|----------------------------------|------------------------------|---|
| | Segundo as declarações* (b) | Segundo a correção** (c) | Filhos nascidos mortos*** (d) | Filhos nascidos vivos (e) | |
| 15 a 19 | 9 855 | 6 557 | 6 229 | 198 074 | 3,05 |
| 20 a 29 | 49 359 | 32 843 | 27 917 | 2 114 486 | 1,30 |
| 30 a 39 | 34 212 | 22 764 | 18 211 | 1 972 743 | 0,91 |
| 40 a 49 | 15 958 | 11 283 | 9 026 | 1 394 469 | 0,64 |
| 50 a 59 | 9 726 | 6 471 | 5 177 | 835 031 | 0,62 |
| 60 a 69 | 4 951 | 3 294 | 2 635 | 463 544 | 0,57 |
| 70 a 79 | 1 992 | 1 326 | 1 061 | 196 093 | 0,54 |
| 80 e mais | 1 262 | 840 | 672 | 85 185 | 0,78 |
| 15 e mais | 128 315 | 85 378 | 70 928 | 7 259 625 | 0,98 |

* Resultados da apuração do censo

** (c) = 0,665378 (b)

*** Dados calculados pelos da coluna (c), mediante redução de 5% no grupo de 15 a 19 anos, de 15% no de 20 a 24 e de 20% nos sucessivos

**** (f) = 100 (d) / ((d) + (e))

TABELA VII

Dados referentes à sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres prolíficas (1950)

| IDADE DAS MÃES Anos completos (a) | FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS* (b) | FILHOS VIVOS NA DATA DO CENSO** (c) |
|---|---|--|
| 15 a 19 | 396 812 | 338 567 |
| 20 a 24 | 2 720 659 | 2 267 528 |
| 25 a 29 | 5 024 707 | 4 092 570 |
| 30 a 34 | 5 988 618 | 4 764 173 |
| 35 a 39 | 7 299 394 | 5 659 031 |
| 40 a 44 | 6 373 449 | 4 813 755 |
| 45 a 49 | 5 654 459 | 4 170 351 |
| 50 a 59 | 7 819 285 | 5 554 362 |
| 60 a 69 | 4 355 206 | 2 926 197 |
| 70 a 79 | 1 769 393 | 1 114 238 |
| 80 e mais | 730 106 | 416 924 |
| 5 e mais | 48 132 088 | 36 117 696 |

* Dados da coluna (f) da tabela V

** Resultados da apuração do censo

MILTON DA SILVA RODRIGUES

(Da Universidade de São Paulo)

ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA ESTATÍSTICA

Todos sabem que, a princípio, os serviços ou repartições de estatística se limitaram a ocupar-se com a coleta, apuração e apresentação, tabular ou gráfica, de dados referentes a populações

Muito cedo, por influxo de alguns poucos cérebros privilegiados, começou, também, a fazer-se uma análise, muito sumária é fato, dos dados assim coligidos, por meio de processos de sintetização dos mais singelos, tais como percentagens, proporções e médias. É notável que, com processos tão simples, tivesse havido, como de fato houve, vários estatísticos capazes de produzir trabalhos verdadeiramente úteis e originais

Nesse sentido, foram freqüentemente de se destacar os estudos feitos a propósito de levantamentos ocasionais.

Nessa primeira fase de evolução da Estatística encontravam-se quase que apenas preocupações relativas à Demografia e à Economia

Chega, porém, um dia em que começam a surgir os "laboratórios de Estatística" dedicados, a princípio, apenas às aplicações desse conhecimento à Biologia, instituições essas de que o laboratório Galton da Universidade de Londres é o protótipo. Pouco após, porém, nascem os institutos dedicados à pesquisa no domínio das ciências humanas — a psicologia e a sociologia, ao mesmo tempo que, para a análise dos dados de natureza econômica, se fundam instituições especiais, verdadeiros laboratórios também

Contemporaneamente, a estatística teórica vai descrevendo uma linha ascendente, em velocidade cada vez mais acelerada. A princípio, ela se ocupa, em estreitíssima colaboração com as repartições de estatística — fato de que teremos de nos lembrar ao fim desta palestra — principalmente com a sistematização e aperfeiçoamento das técnicas de coleta, apuração e apresentação dos dados referentes a levantamentos totais. Cuida logo, ainda para atender às solicitações dos levantamentos feitos pelas repartições de estatística, de propor e estudar uns poucos recursos simples de análise, tais como as percentagens, índices e proporções a que acima me referi

Quando chega o período dos "laboratórios" o surto da estatística teórica que nêles se verifica, em grande parte por solicitação dos problemas práticos que estão a exigir resposta, é surpreendente. Ninguém desconhece a contribuição decisiva e impressionante que, à estatística teórica deram, não só o próprio Galton, em seu laboratório, como, logo após, todo o seu seletíssimo pessoal, com Karl Pearson à frente

Nessa segunda fase, porém, ainda a estatística teórica se ocupava principalmente com processos descritivos. A estatística indutiva, propriamente dita, embora tenha seus primórdios em Pearson, só começa a desenvolver-se com William S. Gosset e somente atinge seu florescimento com Sir Ronald Fisher e Jerzy Neyman, para não falar na obra pioneira realizada por Sir Arthur Bowley, em assuntos de amostragem. Somente com êsses é que a Estatística se firma como um instrumento de indução científica que se baseia em observações sujeitas a erros acidentais. Note-se, mais uma vez, que tanto Gosset como Fisher trabalhavam em laboratórios estatísticos, aquele num laboratório particular e este na Estação de Experimentação Agrícola de Rothamsted. Neyman trabalhava, a princípio, numa repartição de estatística

O impacto desses homens sobre a estatística teórica foi tremendo. Sob a influência deles, os próprios compêndios de Estatística se transformaram, requerendo refusões totais.

A título apenas de exemplo, ofereço-lhes uma análise quantitativa dos assuntos tratados no compêndio de que sou autor, nas edições, respectivamente, em 1939 e de 1956:

| | 2. ^a edição | 5. ^a edição |
|-------------------------------|------------------------|------------------------|
| Coleta, elaboraç. e apresent. | 20,8% | 8,2% |
| Estatística descritiva | 55,1% | 33,2% |
| Estatística indutiva | 24,1% | 58,6% |

É este compêndio ainda apresenta um "compromisso" com a tradição.

A introdução dos processos de indução estatística traz, para os cientistas, uma nova situação: podendo lidar com um número restrito de dados, eles próprios os observam e, assim, se libertam das incertezas que os levantamentos totais freqüentemente apresentam.

De certo modo, essa nova situação concorre para cavar uma separação entre os estatísticos das repartições de estatística e os dos serviços de experimentação agrícola, médica, psicológica, etc.

Tal separação, há muito reconhecida, foi o motivo de ter eu, na falta de melhores nomes, denominado aos primeiros de "estatísticos administrativos" e aos segundos de "estatísticos analistas", no trabalho que, sobre o ensino de Estatística no Hemisfério Ocidental, apresentei às Conferências Internacionais de Estatística de Washington, em 1947.

Mas tal separação corre o risco de, pelo exagêro, prejudicar a ambas as partes, condenando-as a um divórcio estéril.

As "repartições de estatística" necessitam, sem dúvida nenhuma, do auxílio dos estatísticos analistas. Com efeito; já se tornou usual que muitos dos levantamentos correntes, os que incidem justamente sobre os fatos mais importantes, sofram apurações por amostras de questionários, a fim de se poderem ter estimativas preliminares a curto prazo. Há também exemplos de questionários muito complicados, que requerem verdadeiro estudo individual, que por isso são apurados melhor em amostras que na totalidade. E há também o fato de que nas grandes repartições de estatística, os levantamentos ocasionais, requeridos por problemas administrativos do momento, vão alcançando cada vez maior volume.

Por outro lado, os modernos serviços de pesquisas sociais e educacionais cuja importância começa a ser reconhecida em muitos países requerem, muito freqüentemente, o apoio de censos fidedignos e que incidam sobre fatos que, normalmente, não constituem objeto deles, ou, pelo menos, requerem modificações na sua técnica.

Isso tudo mostra que o extraordinário progresso da Estatística verificado nos últimos trinta anos gerou problemas muito sérios, que exigem solução; o da formação dos estatísticos analistas, o da formação dos estatísticos administrativos e o da indispensável colaboração entre uns e outros.

O assunto é, evidentemente, mais próprio de uma mesa-redonda ou simpósio, do que de uma singela palestra. Desejo, porém, prevalecer-me da oportunidade para lançar algumas sugestões e chamar a atenção para uns tantos pontos.

Evidentemente, a formação dos estatísticos analistas é objeto dos cursos de nível universitário e é assim que o problema vem sendo, bem ou mal, resolvido por toda parte. Digo bem ou mal, embora seja mais mal que bem, pois que, tanto os currículos universitários são objeto de controvérsia que o Instituto Interamericano de Estatística, o Instituto Internacional de Estatística e a "Royal Statistical Society" mantêm comissões permanentemente ocupadas com o problema do ensino da Estatística. De qualquer modo, ele está resolvido em grande parte.

O mesmo já não se pode dizer quanto à formação do estatístico administrativo — o técnico de repartições estatísticas. Em algumas universidades norte-americanas existem, é certo, cursos destinados a esse fim. Mas acontece que, na maioria dos casos, eles não funcionam, por falta de candidatos.

Que os mesmos estatísticos analistas sirvam para preencher alguns dos principais cargos das repartições de estatística, não resta dúvida. Mas também não resta dúvida que para que eles os preencham adequadamente é preciso

que a sua preparação universitária seja devidamente complementada por conhecimentos relativos às minúcias rotineiras dessa máquina eminentemente complicada que é uma repartição de estatística

SEGUNDO muitas opiniões e, também, segundo a conclusão que apresentei no trabalho acima referido, um dos melhores meios de formação do estatístico administrativo consiste em tomar pessoas de cultura geral pelo menos correspondente ao curso secundário — e, em certos casos, ao dos cursos de humanidades das faculdades de filosofia — e dar-lhes formação especializada por meio de seminários e cursos realizados dentro da própria repartição de estatística, isto é, por meio daquilo que os americanos chamam de “inservice training”. Este se destina, exclusivamente, ao aperfeiçoamento do funcionário nas técnicas que ele já está praticando. É do interesse da repartição que cada um dos seus funcionários seja um bom funcionário. Por isto, esse treinamento se faz sem despesa para o funcionário e dentro do horário de trabalho. Ao contrário, todo aperfeiçoamento que vise permitir a um funcionário a ascensão na sua carreira, sendo do interesse principal do próprio funcionário, deve realizar-se fora do expediente. Mas como, mesmo aí, a Repartição tem um certo interesse em formar técnicos sempre melhores, deve ela própria organizar e manter ou, pelo menos, auxiliar financeiramente e com instalações, cursos de caráter muito especial que atendam às suas necessidades.

Para a solução dos problemas correntes que surgem nas grandes repartições de estatística, está-se tornando hábito manter, como membro permanente do seu quadro, pelo menos um estatístico teórico, de sólida formação universitária e longa prática, na qualidade de “consultor”.

Nos “laboratórios de estatística” o pessoal é quase sempre suficiente para a solução dos problemas corriqueiros, apesar de que, por vezes, necessitem dos conselhos de profissionais mais especializados.

Fora, porém, dos “laboratórios de estatística”, há inúmeras instituições destinadas à pesquisa científica em vários campos que nem sempre dispõem ou, mesmo, podem dispor permanentemente de um corpo adequado de estatísticos profissionais devidamente preparados.

Chegamos, então, aqui, ao ponto crucial da questão. É o seguinte: por um lado os objetivos, que os atuais levantamentos visam, têm aumentado em número e diversidade, bem como têm progredido a passo acelerado as suas técnicas. Por outro lado, está cada vez mais premente a solução daquele ponto a que acima já me referi, a saber, a necessidade que os estatísticos analistas que trabalham em instituições de pesquisas científicas as mais diversas, têm de um sólido apoio em boas estatísticas, das que constituem objeto das Repartições; e, em terceiro lugar, aí estão as instituições de pesquisa científica cujas atividades requerem freqüentemente os conselhos dados por estatísticos profissionais. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que, nas universidades existem professores de estatística, cujo tempo deve ser ocupado não somente em dar aulas, mas também em realizar pesquisas nos campos teórico e aplicado. Dêles, mais do que de quaisquer outros, espera-se um trabalho de contínua criação científica.

Vê-se, assim, que continua havendo necessidade — e cada vez maior — de uma reaproximação entre os três grandes grupos das pessoas que se ocupam com estatística. Esses grupos são: 1º o dos técnicos das Repartições de Estatística, 2º o dos especialistas dos institutos de pesquisa científica em que se utiliza o método estatístico, 3º o dos docentes das cátedras universitárias de Estatística que, naturalmente, também fazem pesquisa, embora de um ponto de vista diverso daquele dos institutos de pesquisa científica.

Como professor universitário que sou, cabe-me, é claro, sugerir o que as universidades podem fazer em prol daquela reaproximação e colaboração. Penso que, em cada universidade, um ou mais *departamentos* de Estatística — reuniões de cátedras — deveria organizar-se. Sua finalidade primeira seria puramente de âmbito universitário apenas. Seria a de congregar esforços, possibilitando melhor especialização dos docentes e permitindo, pela economia das instalações comuns, sua ampliação.

Mas uma segunda finalidade de tais departamentos não pode ser esquecida, de tal maneira se me afigura importante esse aspecto. Refiro-me ao papel que tais departamentos podem desempenhar, como órgãos de consulta, a serviço não só da pesquisa que se realiza na própria universidade, mas a serviço, também, das instituições autônomas de pesquisa científica e das repartições oficiais de estatística.

Com efeito; é comuníssimo o caso de pessoas ou instituições que se envolvem em pesquisas científicas sem o aparelhamento teórico necessário, chegando afinal, a resultados inconsistentes e abstrusos. É comuníssimo que cientistas, mesmo dos que já têm uma formação moderna, mas que, naturalmente, não podem ser também bons estatísticos, tropeçam em dificuldades técnicas além de suas forças e fiquem angustiados e perplexos, ou porque não têm a quem recorrer ou porque as cátedras universitárias não estão organizadas para poderem oferecer consultas atentas, já porque não dispõem de instalações adequadas, já porque os seus docentes não possuem o necessário grau de especialização, já, ainda, simplesmente, porque eles não têm tempo... Perante as repartições de estatística, as consultorias universitárias também podem desempenhar um papel importante.

RECONHEÇO, facilmente, que essa solução não pode ser dada sem grandes esforços, profundas modificações na estrutura universitária e sem, por outro lado, um longo e paciente trabalho de educação do nosso meio, tão atrasado ainda. Na Faculdade onde trabalho, as duas cadeiras de estatística existentes estão organizadas em departamento e há muito que professores e assistentes, procuramos dar auxílio não só a outros departamentos da mesma faculdade, como a outras faculdades, serviços de Secretarias de Estado e, até, a particulares. É, no entanto, comum que nos tragam dados mal colhidos e já eivados de viés, pedindo-nos que os analisemos e, freqüentemente, na esperança ingênua ou matreira, de que nos encarreguemos liberalmente de toda uma montanha de cálculos. Cito tal exemplo, apenas para mostrar que o consultante de um estatístico profissional precisa, ele próprio, já dispor de uma formação estatística elementar, para que ele assim tenha a capacidade (nem sempre encontrada) de formular claramente o seu problema, aproveitar devidamente a orientação que recebe e realizar ele mesmo a fase puramente operatória dos planejamentos e análises que lhe tiverem sido aconselhados.

Tais serviços de consulta não são, porém, somente úteis aos consulentes. Eles são preciosos para o próprio ensino universitário, pelo apoio concreto que eles lhe trazem e pela quantidade de sugestões que os trabalhos aplicados trazem para a pesquisa pura, de ordem teórica. Por outro lado, há, universalmente, uma velha queixa contra a preparação universitária dos estatísticos. Dizem muitos (e com razão) que os estatísticos formados em universidades não são "práticos". Esquecem-se, os que fazem semelhante crítica, que coisa parecida se dá com todos os profissionais. O médico, o engenheiro, o advogado, que acaba de sair da respectiva escola, também freqüentemente é falho de espírito prático, se bem que alguns, por iniciativa própria, já durante o curso procurem praticar. Ora, uma solução excelente para esse problema está em adotar para o estatístico recém-formado o mesmo sistema que, para as outras profissões tem dado tão bom resultado, a saber, o internato ou estágio. É natural que, uma vez estabelecido por intermédio das consultorias um íntimo e freqüente contato entre os departamentos universitários, de um lado, as repartições de estatística e institutos de pesquisa científica, de outro, se torne não só fácil, como útil para ambas as partes, que os estudantes universitários de estatística realizem, como internos, estágios de prática profissional, não só durante o curso, como após seu término.

Outro resultado útil desse contato mais íntimo será o de contribuir um pouco para resolver uma desanimadora contradição, provavelmente encontrada no Brasil todo, mas que, pelo menos em São Paulo, é bem patente. Acontece lá que os possíveis empregadores de estatísticos, quando bastante esclarecidos para procurá-los, não os encontram e que os possíveis candidatos a cursos universitários de estatística, não se abalançam a fazê-los pelo receio de, uma vez formados, não encontrarem ocupação.

O problema, no fundo, é o de um desajustamento, muito grande para que seja corrigido de um momento para outro e por uma só pessoa. Ele requer a pacientemente longa cooperação de todos.

RODRIGO BOLAÑOS SÁNCHEZ

(Sub-Diretor da Diretoria Geral de Estatísticas e Recenseamentos, de Costa Rica)

ESTATÍSTICAS DO TRABALHO

OBJETIVOS, ALCANCE, FONTES E PROGRAMA MÍNIMO

O PROGRESSO estatístico registrado nos países americanos durante os últimos anos, graças ao impulso de uma preocupação nacional alentada pela colaboração decidida de organismos internacionais apropriados, não alcançou, na maioria dos casos, ou na magnitude devida à sua importância, o campo das estatísticas de trabalho. Mesmo nas reuniões interamericanas de estatística não se deu até agora um tratamento adequado a essas estatísticas, somente foram discutidos alguns aspectos e as recomendações emanadas dessas reuniões apenas abrangem os aspectos do trabalho.

Como resultado dos progressos alcançados no campo das investigações econômicas e sociais, surgiu, para cada país americano interessado em conhecer melhor a sua economia e planejar sólidamente seu desenvolvimento, a necessidade de estudar, através de dados oportunos e bem preparados, as diversas características relacionadas com a força humana de trabalho e os fenômenos que têm relação com ela.

Embora as Conferências Interamericanas anteriores não tenham abordado adequadamente este campo estatístico, chegou-se, contudo, à III Conferência com uma contribuição assaz apreciável em matéria de estatística de trabalho. Primeiramente, contou-se com a experiência dos países americanos mais bem organizados em estatísticas dessa natureza, alguns dos quais abrangem quase todos os campos de modo satisfatório, existem, depois, outros países do nosso hemisfério que desenvolveram convenientemente certos aspectos das estatísticas de trabalho, e, finalmente, dispôs-se da valiosa contribuição dos organismos internacionais especializados, entre os quais salienta-se, preferentemente, a Repartição Internacional do Trabalho (OIT).

Os documentos de referência, relativos às estatísticas do trabalho, que os países participantes levaram à Conferência, dão, outrossim, uma idéia clara da tarefa que se executa, dos aspectos que se abrangem, dos métodos que se aplicam, e, ainda, da extensão e qualidade das pesquisas.

Tais documentos, unidos à contribuição oferecida pelos organismos internacionais, facilitarão o estudo dos problemas inerentes a este campo estatístico e proporcionarão um conhecimento do que se está fazendo e do que se deixou de fazer, da adequação ou não dos métodos que se seguem e de acolhimento que os países americanos deram às recomendações internacionais.

Pode-se afirmar que a obra realizada pela Repartição Internacional do Trabalho abrangeu todos os campos das estatísticas do trabalho através das oito Conferências Internacionais de Estatísticas do Trabalho verificadas sob seus auspícios, através da tarefa da Comissão de Técnicos Estatísticos, através das publicações feitas por seu Escritório central sobre estudos, métodos, documentos, etc., através da assistência no terreno a vários países, e através de outras atividades por ela realizadas.

O ESCRITÓRIO de Estatística das Nações Unidas está prestando sua colaboração para o desenvolvimento das estatísticas relativas ao trabalho, com um antece-

dente muito valioso que se destaca em seu afã: o tratamento dado ao estudo da população economicamente ativa, que constitui um tópico central em matéria de trabalho.

Foi também de relevante valor a contribuição do Instituto Interamericano de Estatística, referente não apenas ao mencionado assunto, mas, especialmente, ao estabelecimento de uma classificação internacional uniforme de ocupações, através da "Classificação Ocupacional para o Censo das Américas de 1950", realizada em cooperação com a Repartição Internacional do Trabalho (OIT).

Deve-se mencionar também outros antecedentes importantes de valiosas contribuições para o melhoramento das estatísticas de trabalho: as Conferências Internacionais do *Social Science Research Council* e as Conferências Internacionais de Migração, são dois bons exemplos da preocupação em alcançar o nivelamento destas estatísticas e lograr seu aperfeiçoamento coletivo.

É natural que o produto de toda esta atividade internacional sofra a influência dos países mais desenvolvidos, estatisticamente falando. Por essa razão é necessário rever completamente as recomendações internacionais, para poder determinar qual deve ser o programa mínimo interamericano em estatísticas de trabalho, o qual, adaptando-se à nossa realidade continental, aproveite essa experiência anterior, para avançar em busca do melhoramento integral tão almejado.

Embora quase todos os países americanos disponham de legislações trabalhistas que, geralmente, contêm dispositivos relacionados com a formação de séries estatísticas de trabalho (emprego, desemprego, salários, horas de trabalho, etc.), em mais de uma oportunidade ou não se cumpriram essas determinações ou se cumpriram de modo pouco satisfatório. O mesmo sucedeu, em muitos casos, com as legislações propriamente destinadas a propiciar a formação de séries específicas nas estatísticas nacionais.

Chama a atenção o fato de que certos aspectos das estatísticas de trabalho foram superados, ou melhor, se cabe a expressão, poderia dizer-se que, sem terem chegado a ser usados em muitos países, passaram de moda, ante a importância que adquiriram ultimamente outros campos estatísticos.

Os países que contam com boas e suficientes estatísticas de trabalho puderam progredir melhor e mais rapidamente no campo das investigações econômico-sociais. Os outros, talvez a maioria neste hemisfério, tiveram de avançar usando estatísticas de trabalho até certo ponto inadequadas, ou então trabalharam sem elas, com prejuízo grave para a exatidão daquelas pesquisas. Um exemplo claro é o das estatísticas de salários e o cálculo da renda nacional.

DENTRO dos campos fundamentais das estatísticas de trabalho, as que se referem ao emprego, salários, horas de trabalho, custo da vida ou investigações sobre condições de vida familiar, tornam-se necessárias numa boa organização local ou nacional. As primeiras destas estatísticas exigem um sistema de compilação periódica e permanente, enquanto as últimas constituem investigações ocasionais menos frequentes.

As estatísticas de desemprego, também deste grupo, são mais necessárias nos países que padecem esse grave problema, enquanto que em outros sua importância é muito relativa, pelo menos durante os períodos de estabilidade econômica. Como as oscilações deste fenômeno podem, às vezes, determinar-se mediante apreciação inversa dos movimentos do emprego, sua necessidade é menos evidente nalguns casos. Contudo, internacionalmente, sua investigação é necessária, através de séries estatísticas permanentes, razão pela qual não se pode recomendar sua exclusão total.

É conveniente que os países americanos se interessem em ir formando estatísticas de produtividade no trabalho. Entretanto, este tema, embora fundamental dentro das estatísticas de trabalho, não deve, no momento, entrar num "minimum" interamericano, pois as dificuldades de sua implantação são muitas.

A experiência colhida pela Repartição Internacional do Trabalho (OIT) assim o ratifica quando afirma o seguinte: "Estatísticas de produtividade. Existem muitos países que ainda não estão preparados para dedicar consideráveis recursos a este trabalho. Espera-se, contudo, poder prestar assistência "in loco" a alguns países que iniciam ou modificam suas estatísticas de produtividade. Nas circunstâncias atuais, a tarefa deveria limitar-se, possivelmente, à utilização de dados procedentes de fontes secundárias".

Os aspectos que se qualificaram como secundários dentro das estatísticas de trabalho (acidentes de trabalho, doenças profissionais, conflitos de trabalho, migração) somente se justificam plenamente em determinados países. As esta-

tísticas de acidentes de trabalho são as que, dentro deste grupo, se desenvolveram com mais freqüência, mas em muitos países apenas como um produto secundário, derivado dos regimes de segurança social existentes

O intercâmbio industrial que se observa nos países americanos menos desenvolvidos exige o estabelecimento dessas estatísticas, como um produto direto, registrando com exatidão todos os casos que ocorram nos estabelecimentos filiados a um regime de seguros, para que os programas de prevenção de acidentes preencham sua finalidade adequadamente, e se possa contar com cifras amplas, de fácil comparação

Os fenômenos de conflito de trabalho e migração são muito próprios de alguns países americanos, noutros, quase carecem de importância e a formação de séries estatísticas sobre eles não é de interesse imediato. Algumas vezes, como sucede também com o fenômeno do desemprego, a necessidade da estatística surge ocasionalmente, quando aqueles se apresentam em forma aguda, com a característica de males que é conveniente eliminar, mas, noutras ocasiões, especialmente em períodos de "normalidade", em vários países nem sequer desperta a atenção a necessidade de sua implantação. Naturalmente isso não representa ignorância de sua importância dentro de um estudo coletivo de tais fenômenos

O PROBLEMA das estatísticas da população economicamente ativa, que é medular, foi estudado com bastante profundidade por diferentes órgãos internacionais, que continuam tratando com prioridade, de seu aperfeiçoamento. Destaca-se, neste aspecto o trabalho que desenvolve a Organização das Nações Unidas, condensado parcialmente em sua publicação "Aplicação de Normas Internacionais nos Dados Censitários da População Economicamente Ativa", editada em Nova Iorque em 1951

Além disso, deve-se reconhecer a tarefa da Comissão do Censo das Américas de 1950 (COTA) nesse mesmo sentido, e o fato de que o Instituto Interamericano de Estatística continuou trabalhando neste campo. A designação de uma Comissão "ad hoc", de parte do mencionado Instituto, como início das atividades preparatórias para o levantamento dos censos de 1960, assegura desde logo que o tópico relacionado com a melhoria das estatísticas da população economicamente ativa continuará sendo considerado com a devida atenção pelos países americanos ¹

De tudo isso deduz-se que este tópico, embora de muita importância, não deve ser incluído, especialmente, dentro de um "minimum" interamericano para as estatísticas contínuas, pois será tratado, como já se disse, em forma especial e com a devida atenção, em virtude dos programas de censos que se aproximam

As estatísticas relacionadas com outros campos que se vinculam mais ou menos intimamente com os de trabalho anteriormente citados, revestem-se também de um valor apreciável, mas geralmente são derivadas das diferentes investigações sociais que se realizam, especialmente as referentes às condições de vida familiar, que incluem aspectos como habitação, educação, diversões, etc

Do que ficou dito, depreende-se que o campo que as estatísticas de trabalho abrangem é bastante amplo, embora alguns de seus aspectos não interessem fundamentalmente a todos os países em igual proporção. Eis porque convém determinar quais os aspectos destas estatísticas que se devem incorporar a um programa básico, de acordo com as exigências atuais e as possibilidades de sua realização, para fixar um "minimum" interamericano que possa ser cumprido por todos os países do hemisfério

Além da carência de estatísticas fundamentais nalguns países americanos, tropeça-se também, quando elas existem, com problemas derivados dos métodos seguidos para a formação das mesmas

Em alguns casos, e para determinados tipos de estatística, os métodos aplicados não são os mais adequados e, portanto, a necessidade nacional está mal atendida, e como não são uniformes em todos os países, a comparabilidade internacional torna-se praticamente impossível. Sente-se esta deficiência principalmente quando as estatísticas são obtidas por métodos derivados e não através de um trabalho próprio e específico

O outro grupo de problemas que apresentam as estatísticas de trabalho é o relacionado com suas formas de organização, isto é, até onde e em que casos podem aceitar-se como convenientes as estatísticas derivadas, que são simples-

¹ A Comissão do Censo da América de 1960 foi eleita em Quitandinha, em junho de 1955, e já se encontra em atividade

mente o resultado indireto do trabalho administrativo; quais devem ser objeto de uma investigação direta e quais podem ser produto de atividades estatísticas fundamentais, como os recenseamentos. Tudo isso para ter certeza de que um "minimum" interamericano é de realização viável. Neste caso as recomendações que se façam sobre formas de organização devem tomar em consideração os sistemas atualmente existentes e a possibilidade de que uma reforma futura possa ter resultados efetivos em todos os casos.

Outrossim, devem ser considerados os problemas de operação que estas estatísticas apresentam, para saber até onde podem ser solucionados e em que forma, por todos os países do hemisfério; os de tipo censitário, para determinar até que ponto é preciso que todos os países contem com censos recentes de população, indústrias, agricultura, etc., levantados numa mesma época; os que derivam da necessidade de aplicação de técnicas de amostragem; os que requerem mobilização de grandes recursos econômicos e de pessoal, etc. etc.

Todos estes problemas das estatísticas de trabalho devem ser estudados pormenorizadamente, pois condicionam a efetividade prática de qualquer recomendação que se faça no sentido do mínimo que se deseje estabelecer, dos métodos que se estime conveniente recomendar, dos processos que se devam seguir, da forma de organização que se deva dar a cada tipo de estatística, etc. Estes aspectos, que visarão a um objetivo comum, devem ser considerados no conjunto (embora seu estudo se faça separadamente) para oferecer-lhes soluções adequadas que garantam tanto quanto possível o cumprimento, de parte de todos os países, do objetivo proposto.

As soluções que se pretenda dar aos problemas das estatísticas de trabalho devem considerar a situação assaz particular de cada um dos países americanos quanto a suas necessidades estatísticas, seu desenvolvimento neste campo, suas possibilidades de melhoramento e seus recursos de qualquer espécie. Dêsse modo se estará mais capacitado para elaborar um programa mínimo e para indicar as prioridades que se considere necessário recomendar.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES — Do exposto, podem-se formular as seguintes conclusões:

I — Existe urgente necessidade de determinar quais aspectos das estatísticas de trabalho são indispensáveis para desenvolver mais eficazmente os programas nacionais e internacionais de caráter econômico e social.

II — Existe necessidade de formular um programa mínimo interamericano de estatísticas de trabalho e de determinar as prioridades que serão consideradas em seu desenvolvimento.

III — Existe necessidade de estudar e determinar os melhores métodos e processos aplicáveis em cada caso, para que as estatísticas cumpram cabalmente a exigência nacional e satisfaçam, simultaneamente, as exigências internacionais.

IV — Existe necessidade de procurar soluções adequadas e uniformes, tanto quanto o permitam as condições particulares de cada país, para os problemas de organização, de operação e de localização das estatísticas de trabalho, para que a elaboração futura das mesmas, com uma base adequada, cumpra os propósitos antes indicados.

Dentro de um programa básico de estatísticas de trabalho, devem incluir-se necessariamente as seguintes:

- a) Estatísticas de emprêgo,
- b) Estatísticas de desemprego;
- c) Estatísticas de salários,
- d) Estatísticas de horas de trabalho;
- e) Estatísticas de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- f) Índices de preços de consumo;
- g) Estatísticas de "custo da vida",
- h) Estudos das condições de vida familiar.

Este grupo de estatísticas pode ser sugerido como um programa mínimo interamericano, determinando prioridades para os aspectos de emprêgo, salários, horas de trabalho, índices de preços de consumo e estudos das condições de vida familiar.

Para outros aspectos, tais como estatísticas de produtividade, conflitos, migração, segurança social, podem fazer-se recomendações no sentido de que os países que deparam com necessidades imediatas de conhecer estatisticamente esses fenômenos, o façam seguindo normas e processos uniformes, para os

efeitos de comparação. A mesma coisa deve-se sugerir aos países interessados em empreender estudos para conhecer o subemprego e a ocupação múltipla.

O programa ficaria incompleto se não se definissem em cada caso os métodos mais adequados, as fontes mais convenientes de dados, do ponto de vista da exatidão das cifras e da possibilidade de uma adoção generalizada.

Quanto às estatísticas de emprego, deve-se estudar a possibilidade de generalizar em todos os países as pesquisas por amostragem sobre a população, que permitam conhecer simultaneamente dados sobre desemprego e outras características da população ou força trabalhadora. Este método tem dois inconvenientes principais: é caro e exige um pessoal numeroso quando se segue o processo de enumeração direta. Mas tem a vantagem de oferecer estatísticas de emprego e desemprego mais amplas e exatas, além disso, dispõe de cifras básicas de referência na maioria dos países, para as estimativas totais, pois são muitos os que neste hemisfério realizaram censos populacionais na ocasião do programa censitário interamericano de 1950.

As estatísticas de emprego podem ser tratadas, também, num plano combinado com as estatísticas de salários e horas de trabalho, mediante pesquisas por amostragem sobre os estabelecimentos industriais, especialmente quando se dispõe de um censo industrial recente que facilita a aplicação do método e serve como base de referência.

Este sistema proporciona cifras menos amplas e tem o inconveniente, para os países pequenos ou pouco industrializados, de que as técnicas de amostragem apresentam maiores dificuldades de aplicação, especialmente quando se deseja obter resultados com todos os pormenores e existem muitas indústrias com escasso número de estabelecimentos. Para muitos países do hemisfério, este método tem outro inconveniente: é pouco econômico, pois a enumeração deve ser direta, em mais de uma oportunidade comprovou-se que em certos países o uso do correio para a arrecadação dos dados resulta em completo fracasso.

Em compensação, este sistema tem a vantagem de permitir a compilação simultânea de dados para três tipos de estatísticas (emprego, salários e horas de trabalho), o que facilita a vinculação de umas com outras e torna menos onerosa a operação.

Os países que não o tenham, devem preocupar-se em estabelecer um sistema de pesquisas periódicas por amostragem sobre a população, como um dos melhores métodos para medir o fenômeno do desemprego, salvo se dispuserem de um regime de seguros de desemprego, de caráter universal no referente a território, indústrias e trabalhadores, o qual assegure estatísticas completas e oportunas.

Os países que estejam elaborando estatísticas de desemprego por outros processos (dados colhidos nas "bolsas de trabalho", nos sindicatos) devem fazer um esforço para substituir o sistema por outro mais adequado, que indique mais exatamente as variações do fenômeno.

Com métodos diversos, com processos que não são uniformes, como é o caso das estatísticas de desemprego no hemisfério, a comparação é impossível, por isso é necessário, tanto quanto o permitam as circunstâncias, lutar por uma uniformidade de sistema.

É mais conveniente fazer as estatísticas de salários por meio de uma amostra de estabelecimentos industriais, conjuntamente com as de horas de trabalho e emprego, se preciso. É conveniente ter em vista o Convênio número 63 da Conferência Internacional do Trabalho, celebrada em 1938, e as normas que, visando melhorar a comparação das estatísticas de salários, foram sugeridas nas duas Conferências Internacionais de Estatística, promovidas pelo *Social Science Research Council* (Estados Unidos da América do Norte) em 1929 e 1931.

Tanto nas estatísticas de salários como nas de horas de trabalho, devem ser dadas definições adequadas, que determinem claramente o que se deseja que as cifras representem. Em qualquer dos casos as limitações, as inclusões e exclusões devem ser uniformes para todos os países, para que os dados venham a ser comparáveis.

Em muitos países da América procedeu-se, nos últimos anos, a uma completa revisão dos cálculos dos índices de preços para consumidores; noutros, estabeleceram-se novos índices que, como os revistos, têm uma melhor base de ponderação, uma melhor seleção dos artigos, um melhor sistema para a compilação dos preços.

Paralela a esta atividade desenvolveu-se, logicamente, outra, também de muita importância: a dos estudos sobre as condições de vida das famílias. O propósito primordial destas investigações foi o de contar com dados atualizados sobre gastos ou consumos familiares, para corrigir as ponderações dos índices de preços existentes, ou para estabelecer os novos. Contudo, aproveitou-se para

conhecer muitas outras características da população investigada, de grande utilidade nos estudos econômicos e sociais.

As estatísticas de acidentes no trabalho devem ser tratadas com suficiente cuidado. Seria conveniente que os países que não as têm, ou que as conseguem como um produto derivado dos regimes de seguros, procurem mudar o sistema por outro que proporcione dados mais completos. Deve-se recomendar a formação destas estatísticas com dados obtidos diretamente dos industriais, por meio de uma amostra de estabelecimentos. Talvez seja possível combinar-se o sistema com outros tipos de estatísticas, para que exista uma compilação simultânea, como por exemplo, com emprêgo, salários e horas de trabalho.

O que deve desaparecer, neste como noutros casos, é a atitude conformista com a espécie de dados que se tem, embora se saiba que não são totalmente satisfatórios, para dar lugar a uma transformação de sistemas que garanta melhores e mais apropriadas estatísticas.

Para os outros aspectos das estatísticas de trabalho, não sugeridos dentro do programa mínimo interamericano aqui esboçado, é necessário também, quando se façam recomendações para o seu estabelecimento, que se formulem resoluções relacionadas com os métodos e processos mais convenientes. Somente assim poder-se-á lograr uma produção estatística cujas cifras sejam suficientemente comparáveis.

Fora desses aspectos específicos das estatísticas de trabalho, devem ser considerados outros que desempenham um papel fundamental na formação de estatísticas padronizadas, para uma adequada relação nacional e fácil comparabilidade internacional. É o caso das classificações internacionais uniformes.

Entre elas, logrou-se aperfeiçoar a classificação das indústrias, graças aos esforços realizados pela Organização das Nações Unidas, à experiência de vários países e à tarefa anterior da Repartição Internacional do Trabalho (OIT) neste campo. Essa classificação foi usada em todos os censos americanos de 1950 e está sendo aplicada nas estatísticas contínuas. Dêsse modo, embora suscetível de ser melhorada, com ela não há problemas imediatos para resolver.

Onde se requer uma continuação de esforços de parte dos países americanos é na obtenção de uma classificação internacional uniforme para as estatísticas contínuas de ocupações. Deve-se aproveitar o trabalho efetuado pela COTA neste campo, para chegar à fixação definitiva dos subgrupos, já que para os grupos principais parece não existir dificuldade.

Nesse particular, deve-se ter em vista o realizado pela Repartição Internacional do Trabalho (OIT), principalmente o resolvido na Sétima e Oitava Conferências Internacionais de Estatísticas do Trabalho (1949 e 1954). A OIT pretende apresentar propostas de uma classificação completa para princípios de 1957; mas os países americanos podem trabalhar mais rapidamente se considerarem a experiência adquirida em cada um deles com a aplicação da classificação da COTA. É questão de começar a trabalhar com empenho neste sentido.

COMO conclusão de tudo quanto ficou exposto, pode-se afirmar que se fôr fixado um programa mínimo de estatísticas de trabalho para os países deste Hemisfério, se forem indicados os métodos mais adequados para cada tipo de estatística, se forem tomadas decisões aptas a resolver conscientemente os problemas de organização, de localização e de operação das mesmas, ter-se-á logrado um passo fundamental para encaminhar os países americanos numa tarefa comum de melhoramento deste campo estatístico. Posteriormente caberá a cada um dos países pôr em prática as conclusões a que se chegue. Da atitude coletiva a ser adotada dependerá o futuro das estatísticas de trabalho, que não receberam o tratamento amplo que merecem, dado o papel tão importante que estão destinadas a cumprir dentro de uma política econômica e social sábia e orientada.

ÊSTE trabalho foi apresentado à III Conferência Interamericana de Estatística, realizada em Quitandinha em junho de 1955. Pequenas alterações foram feitas no texto, visando à sua atualização.

Sobre o assunto, a III Conferência aprovou uma Recomendação, a de n.º 21, que consubstancia muitas das sugestões do Sr. Bolaños Sánchez. É a seguinte, na íntegra, a Resolução:

A III Conferência Interamericana de Estatística, considerando:

Que muitos aspectos estatísticos do trabalho, de tanta importância para os estudos econômicos e sociais, não receberam ainda a devida atenção de todos os países do continente americano; e

Que há necessidade de uma ação comum para a execução de um programa que compreenda, pelo menos, os aspectos fundamentais dessas estatísticas, de acôrdo com o desenvolvimento econômico e social dos mesmos países,

RECOMENDA

1 Que, na formulação de um programa básico de estatísticas do trabalho, se dê prioridade às seguintes estatísticas fundamentais a Estatísticas de emprego, b Estatísticas de desemprego, c Estatísticas de salários; d Estatísticas de horas de trabalho, e Índices de preços ao consumidor, f Inquéritos sobre condições de vida das famílias

A fixação deste programa não exclui a conveniência de execução de outros mais amplos pelos países que estejam em condições de fazê-lo

2 Que o tema das estatísticas do trabalho de tanta importância para todos os países americanos, seja incluído na agenda de uma futura sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais

3 Que o Instituto Interamericano de Estatística, em colaboração com o Bureau Internacional de Trabalho realize um estudo das recomendações internacionais relativas às estatísticas do trabalho compreendidas no programa mínimo descrito anteriormente, conforme as necessidades e condições particulares dos países americanos, especialmente no que se refere à fixação do conceito de desemprego. As conclusões formuladas nesse estudo deverão ser submetidas aos países e, se estiverem disponíveis, deverão ser apreciadas na sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais acima mencionada

4 Que, do mesmo modo, o Instituto Interamericano de Estatística em colaboração com o Bureau Internacional de Trabalho, a Repartição de Estatística das Nações Unidas e entidades nacionais interessadas, estude a possibilidade de elaborar manuais metodológicos em todos os campos das estatísticas do trabalho, dando preferência especial aos inquéritos sobre condições de vida das famílias da classe trabalhadora, inclusive do setor rural

5 Que dentro de seu programa de trabalho futuro o Instituto Interamericano de Estatística promova um intercâmbio de experiência de ordem técnica entre os países do Hemisfério Ocidental, mediante

a Reuniões regionais de especialistas de vários países,

b Difusão ampla dos métodos e processos empregados em trabalhos recentes realizados pelos diversos países americanos nesses campos de investigação estatística, e

c Seminários interamericanos para estudar os problemas que as estatísticas do trabalho apresentam, nos países americanos

Para cumprir essas finalidades, os países devem prestar ao Instituto Interamericano de Estatística a mais ampla e decidida colaboração

6 Que em vista do desenvolvimento das estatísticas do trabalho nos países americanos, requerer, em determinadas circunstâncias, a utilização não só de investigações especiais mas também dos registros administrativos nacionais, os países instituíam programas permanentes de melhoria dos dados estatísticos oriundos de tais registros

7 Que o Instituto Interamericano de Estatística continue sua colaboração com o Bureau Internacional do Trabalho a fim de obter uma classificação ocupacional uniforme, aproveitando a experiência dos países americanos na aplicação da "Classificação Ocupacional para o Censo das Américas de 1950" e considerando a urgência de se dispor da referida classificação uniforme para a elaboração do programa censitário de 1960

JOHN HAJNAL

(Da Universidade de Manchester)

PERSPECTIVAS DAS PREVISÕES DE POPULAÇÃO

O IMPERADOR Romano Constâncio promulgou uma lei que proibia “a consulta a adivinhos, matemáticos ou augures. Possa a curiosidade de predizer o futuro ser silenciada para sempre.” Parece, entretanto, que mesmo a pena de morte foi insuficiente para fazer desaparecer a prática condenada. Em épocas mais recentes, novas técnicas “científicas”, e até mesmo matemáticas, de previsão do crescimento da população têm sido responsáveis pelo aparecimento de métodos modernos e de novos grupos de técnicos para atenderem a essa necessidade básica do homem.

Nos últimos vinte e cinco anos, as séries aperfeiçoadas de projeções da população tornaram-se parte essencial da literatura demográfica do mundo ocidental. As projeções realizadas por estudiosos especializados na matéria têm sido cada vez mais utilizadas pelos interessados — economistas, políticos, funcionários públicos —, os quais, há alguns anos, teriam sido obrigados a fazer, eles próprios, os prognósticos da população futura de que necessitassem. A atenção geral para as projeções foi despertada quando a perspectiva que elas apresentavam, de crescimento reduzido ou mesmo de declínio, causou um choque no público. A moda das projeções continuou, apesar da discordância entre as previsões e os fatos reais, e que se tornou evidente quando o súbito aumento do crescimento demográfico, na década de 40, desmentiu os profetas da destruição.

O objetivo deste artigo é demonstrar:

- 1° — que, no futuro como no passado, as projeções de população serão frequentemente tão distantes da realidade como as simples suposições,
- 2° — que, apesar disso, continuarão a ser feitas com regularidade;
- 3° — que uma projeção pode ser útil à análise, mesmo quando relativa a sua exatidão,
- 4° — que projeções simples, relativas a curtos períodos, podem ser utilizadas para atender às necessidades mais práticas de previsões da população; e
- 5° — que há necessidade de aumentar a flexibilidade e aperfeiçoar as técnicas utilizadas na projeção de nascimentos.

Se o leitor achar alguma coisa indevidamente dogmática ou intencional neste artigo, a única desculpa que posso apresentar é a da limitação do espaço de que disponho.

As previsões do futuro das sociedades humanas constituem um assunto incerto. Parece não haver razão para se esperar melhor resultado na predição dos números do que na previsão de outros aspectos básicos do desenvolvimento histórico. É verdade que a previsão da população, como a extrapolação econômica, é um assunto muito mais “científico” e sério do que, por exemplo, a previsão do início da próxima guerra ou do nome do futuro Papa. Sem dúvida, essa impressão é devida, em parte, ao uso das técnicas numéricas de extrapolação, que podem sugerir analogia com os cálculos astronômicos para determinar a posição das estrelas.

Uma versão resumida deste trabalho foi apresentada à Conferência Mundial de População, realizada em setembro de 1954 em Roma.

Foi divulgado na íntegra no “American Statistical Association Journal”, tendo sido traduzido, data vênica, por Célia Maria de Oliveira e Silva.

Por outro lado, há que considerar a garantia oferecida aos que fazem previsões demográficas pela lentidão com que ocorrem alterações na população. Quase todo método de extrapolação utilizado no passado poderá proporcionar resultados que não parecem absurdos durante alguns anos. Na verdade, métodos inteiramente diversos podem, muitas vezes, oferecer resultados semelhantes. Esse fato aumenta, num outro sentido, a fama dos autores dessas previsões.

O consumidor de previsões não percebe que, no tocante à exatidão, grande parte da complicada técnica dos demógrafos é perfeitamente dispensável, métodos rudimentares alcançariam resultados igualmente bons. Os demógrafos não são os únicos a se beneficiarem com essa ignorância por parte do público. As previsões sobre os resultados das eleições presidenciais, obtidas através de inquéritos de opinião pública, não foram melhores do que os resultados que seriam obtidos com cálculos baseados na suposição de que, em cada eleição, os votos dos partidos majoritários seriam repartidos na mesma proporção da eleição anterior.¹ É sabido também que na previsão econométrica o uso de métodos complexos tem produzido resultados piores do que a extrapolação mais elementar.²

No passado, os profetas muitas vezes ficaram desorientados, não tanto por errar em sua argumentação, como por vê-la tornar-se absurda diante dos fatos. De um lado, o fato de a história da humanidade não se repetir e, de outro, a emergência de situações novas e inesperadas tornam infrutífera a procura de métodos perfeitos de previsão. Por mais que aperfeiçoemos os nossos processos de conhecimento do passado, sempre surge alguma coisa para a qual não estamos preparados.

Vejamos, por exemplo, as predições de Malthus e de seus discípulos sobre o abastecimento de gêneros alimentícios na Inglaterra e, conseqüentemente, sobre o crescimento futuro da população daquele país. Não é que eles tenham subestimado as possibilidades da agricultura inglesa, mas as previsões dessas possibilidades perderam a significação diante do desenvolvimento da importação de gêneros alimentícios em escala tal que acarretou o declínio da agricultura na Inglaterra. Um fator insuspeitado — o desenvolvimento das ferrovias —, que permitiu o transporte mais fácil de gêneros provenientes do interior do Novo Mundo, alterou aquelas profecias.

A situação que se apresentou aos demógrafos na década dos 30 mostra, também, como um elemento essencialmente novo pode transtornar as melhores previsões, realizadas com base em acontecimentos do passado. Parece quase impossível, por maiores que fôssem a sua perspicácia e o seu conhecimento dos fatos, que alguém tivesse podido prever o "baby boom" da década dos 40. A pessoa que tivesse percebido na época o que se sabe hoje sobre as possibilidades do "agrupamento" de nascimentos (resultado de alterações da composição da distribuição dos nascimentos por coortes sucessivas através dos anos), poderia ter adotado uma atitude mais cautelosa em relação às previsões do declínio da população, mas dificilmente teria calculado taxas de nascimento tão elevadas como as da década dos 40.

Imaginemos uma pessoa com o dom de predizer tudo o que aconteceria naquele período, exceto o número de nascimentos. Teria previsto a guerra e a prosperidade econômica, porém, mesmo que fôsse o demógrafo mais competente do mundo, é quase certo que erraria em suas conjecturas a respeito dos nascimentos. Teria argumentado, por exemplo, que na Inglaterra, durante a guerra, com o país sob o peso de um regime de austeridade e exposto ao bombardeio dos alemães, o número de nascimentos (não obstante o pleno emprego) seria muito pequeno. Se, com a nossa visão retrospectiva, não podemos culpar os demógrafos da década dos 30, que motivos teremos para esperar melhores resultados no futuro?

Os fatores cujos efeitos sobre a população futura são passíveis de cálculo podem ser freqüentemente superados pelo imprevisto. É esta a razão por que as técnicas mais complexas deixam de produzir resultados mais precisos do que os processos mais simples, e que faz surgirem dúvidas sobre o valor da previsão. Não é possível esperar o desenvolvimento de melhores métodos que produzam previsões cada vez mais próximas da população real futura. As mais novas e complexas técnicas que ainda possam vir a ser criadas estarão, a meu ver, tão sujeitas a ser modificadas pelo imprevisto dos fatos quanto o estavam as antigas. É provável que venham a oferecer com a mesma freqüência resultados bem afastados da realidade e menos exatos do que simples hipóteses.

¹ Mosteller, Frederick, "Measuring the error", *The Pre-election Polls of 1948*. Report to the Committee on Analysis of pre-election Polls and Forecasts, Bulletin 60. New York: Social Science Research Council (1949), 54-80.

² Christ, Carl, "A test of an econometric model for the United States, 1921-1947", *Conference on Business Cycles*. New York: National Bureau of Economic Research (1951), 35-106.

Essa maneira de encarar a situação confirma-se no campo das estimativas locais, isto é, na previsão da população de unidades geográficas menores dentro de cada país. As estimativas nacionais não se repetem freqüentemente pelos mesmos métodos em circunstâncias idênticas. Entretanto, nas estimativas locais foi possível acumular-se muito mais experiência, principalmente nos Estados Unidos, o que permite julgar a eficácia de diversos métodos através de um número razoável de casos em situações comparáveis (por exemplo, as estimativas para cada um dos 48 estados). Séries estimativas foram especialmente calculadas para essas comparações.

A citação que se segue, extraída de um inquérito de Siegel sobre a experiência americana ilustra o ponto que desejo esclarecer. "Do ponto de vista da exatidão, os métodos simples parecem ser tão perfeitos como os métodos mais complexos. A média dos erros nem sempre chega a grandes proporções nas previsões a prazo curto, porém em determinados casos erros enormes podem aparecer logo no início, com qualquer dos métodos experimentados. Os testes são unânimes em acusar um aumento nos erros à medida que aumenta a duração do período da previsão, as previsões para 20 anos geralmente comportam grandes erros e uma proporção considerável de erros superiores a 10%".³

CONTRA o ponto de vista, aqui exposto, de que os acontecimentos futuros são essencialmente imprevisíveis, pode-se argumentar com a experiência adquirida nas previsões de população. A projeção de sobreviventes das coortes já nascidas — como, por exemplo, as projeções relativas à população economicamente ativa — tem sido razoavelmente bem sucedida. Pode-se, entretanto, ficar em dúvida se o êxito obtido nesses casos importa, na realidade, em uma previsão segura de futuros acontecimentos.

De fato, as taxas projetadas de mortalidade e as previsões do número de óbitos têm sido, com muita freqüência, bastante inexatas. No entanto, com as baixas taxas de mortalidade ora ocorrentes nos países ocidentais, um erro substancial na projeção da mortalidade corresponde a um pequeno erro proporcional em relação aos sobreviventes (exceto no caso de idades avançadas). Prever a população que terá 20 anos daqui a cinco anos, equivale, em essência, a observar que, os que agora têm 15 anos, terão 20 naquela época. Essa espécie de cálculo (que realmente pode implicar dificuldades técnicas devidas a erros de contagem, por exemplo), é muito útil mas dificilmente corresponderia à previsão de um fato seriamente pôsto em dúvida. O método, é claro, não admite a previsão ou a hipótese da ocorrência de qualquer mortalidade catastrófica (como, digamos, pelas bombas H). No entanto, para chegar-se a esse resultado, não têm aplicação as técnicas demográficas especiais.

Serão ainda calculadas e utilizadas pelo público projeções de população apenas pelo fato de não ter sido largamente divulgado, fora dos círculos demográficos, o seu fracasso no passado? Ou por que os especialistas, apesar de não ignorarem o destino das previsões anteriores, ainda alimentam esperanças de descobrir métodos mais aperfeiçoados? Nas condições atuais de progresso ilimitado das ciências sociais, parece pouco provável que seja adotada, de modo geral, uma atitude de pessimismo radical em relação às possibilidades das previsões. Mesmo que viesse a acontecer, isso não implicaria, entretanto, no desinteresse completo pelas projeções de população.

Parece ter aumentado o interesse pelas previsões da população futura. A principal razão desse fato talvez seja a multiplicação dos planos governamentais e o incremento do seguro e serviços sociais. Ao mesmo tempo, a matéria estatística existente para o estudo da população e as técnicas utilizadas em sua análise têm-se tornado muito mais numerosas e complexas, exigindo um número cada vez maior de especialistas para manipulá-la.

Não é provável que a análise pomenorizada dos fatores atuantes no crescimento da população e os cálculos feitos com base nessa análise sejam abandonados em favor dos métodos mais antigos de previsão, sem o emprêgo da análise, com base nos dados totais de população e nas simples taxas de crescimento. A análise não nos protegerá contra os imprevistos, mas poderá fornecer-nos, muitas vezes, uma advertência útil contra a extrapolação sem crítica de experiência passada. Além disso, nos tempos atuais, o interesse pelas projeções de classes especiais, como, por exemplo, determinados grupos de idade, número de pessoas

³ Siegel, Jacob S., "Some aspects of the methodology of population forecasts for geographic subdivisions of countries" Contribuição à Conferência Mundial de População, Roma, 1954. Inédito.

⁴ Pelo que sei, somente nos Estados Unidos têm sido feitas tentativas de se levar ao conhecimento do público as falhas das projeções de população. O professor Joseph S. Davis publicou alguns comentários incisivos com essa finalidade. Cf., Davis, Joseph S., *The Population Upsurge in the United States*, War-peace Pamphlets, No 12 Food Research Institute, Stanford: Stanford University, 1949.

com determinado número de filhos, etc, é muito maior do que pelas estimativas da população total, e tais projeções exigem, geralmente, a utilização de técnicas especializadas

Parece pouco provável que diminua o número de demógrafos ocupados parcial ou integralmente ou que tais especialistas deixem de produzir suas previsões com várias finalidades. A situação, no domínio da economia, oferece uma espécie de paralelo. Os economistas, muito antes dos demógrafos, mostraram haver falhado redondamente em suas previsões — por ocasião da grande crise econômica. Todavia, o número de economistas empregados na indústria, no serviço público nacional e nos órgãos internacionais tem aumentado prodigiosamente desde a depressão. A rápida expansão das atividades do governo e do volume das estatísticas econômicas tem, sem dúvida, contribuído para isso. Verifica-se idêntico fenômeno, em escala menor, no setor da demografia. Os demógrafos não precisam temer que o insucesso de suas previsões lhes acarrete o desemprego.

O interesse pelas previsões de população existe, em parte, por não se tomar conhecimento imediato da falta de exatidão evidente dessas previsões. Mesmo os prognósticos mais inexatos encontram, com frequência, uma aplicação, graças à eterna necessidade do homem de tomar uma decisão, necessidade essa que, talvez mais que a simples curiosidade, tem levado as pessoas à presença de adivinhos de toda espécie. Parece ser esse o significado da exigência tantas vezes feita aos estatísticos. “Dê-me uma previsão, qualquer dado é melhor do que nenhum”

É natural que se procure utilizar os recursos científicos existentes para se tomar uma decisão, porém isso implica em algum perigo. Uma pessoa que, no princípio da década dos 40, tivesse de planejar os recursos educacionais para as crianças em idade escolar elementar durante um período de dez anos, teria agido com muito mais acerto se, ao invés de consultar as projeções de população, tivesse ignorado a existência de quaisquer dados sobre o futuro número de nascimentos, admitindo a possibilidade tanto de um aumento quanto de um declínio e preparando-se para ambas as eventualidades. Como, entretanto, as decisões a serem tomadas nas esferas governamentais e econômicas devem ter em vista os acontecimentos prováveis do futuro, podemos presumir que as projeções de população continuarão a ser utilizadas.

Então, que poderá ser feito para a obtenção de melhores previsões de população? Poderíamos começar por determinar os erros cometidos nas previsões anteriores. Uma série impressionante de exemplos poderia ser extraída da compilação das grandes discrepâncias⁵ verificadas entre as populações previstas e as recenseadas.

Outra linha a ser seguida pela crítica, já mencionada anteriormente, é a de que os esforços despendidos pelos demógrafos resultaram em estimativas muito mais afastadas da realidade do que extrapolações elementares (baseadas, digamos, no crescimento dos cinco anos anteriores ao da realização da previsão). Essas críticas se referem à *exatidão* das previsões. Existe, porém, um outro problema. Os autores de projeções têm, em todos os casos, tomado suas precauções contra as críticas à exatidão das mesmas, declarando que projeções não são predições, mas registram apenas os resultados de certas suposições hipotéticas. Mas serão significativas essas suposições?

Embora não se possa culpar seus autores, as projeções feitas para a década dos 30 e princípios da década dos 40, destinadas principalmente a demonstrar a perspectiva do fim do crescimento demográfico e mesmo do declínio da população num futuro próximo, provaram ser erradas pela *análise*. Se hoje em dia as populações dos países ocidentais fôssem inferiores aos efetivos previstos na mesma proporção em que na realidade os excedem, é provável que esse fato fôsse considerado uma justificativa triunfante da análise como fundamento das projeções. Poderia também ser considerado uma confirmação da análise, ainda que as populações hoje em dia ultrapassassem as previsões feitas, se o declínio tivesse sido evitado apenas através da adoção de medidas drásticas para elevar a taxa de nascimentos (como geralmente se acredita seja o caso da França)

⁵ A relação das projeções da população dos Estados Unidos com os fatos reais tem sido estudada exaustivamente por Davis (Cf. nota 4) e Dorn (Dorn, Harold “Pitfalls in population forecasts and projections” in *Journal of the American Statistical Association*, 45 (1950), 311-34). Que a situação na Europa Ocidental também está longe de ser satisfatória pode ser facilmente verificado pelo exame, por exemplo, das coleções de projeções para vários países, feitas por diferentes pessoas, e compiladas por Glass, D. V. (*Population policies and movements* Oxford: Clarendon Press, 1940) e por Notestein, F. W., e outros (*The future population of Europe and the Soviet Union* Geneva: League of Nations, 1944). O último contém um apêndice que apresenta, através de gráficos, os resultados de antigas previsões anteriores para cada um dos países da Europa, assim como uma bibliografia completa das mesmas.

O êxito de uma projeção demográfica como parte da análise não é medido pela diferença percentual entre as populações estimadas e as efetivas.

Até ao presente, o maior acontecimento no campo da previsão de população talvez tenha sido a projeção executada por Edwin Cannan em 1895.⁶ Numa época em que a população da Inglaterra e do País de Gales ainda estava crescendo numa proporção superior a 10% em cada dez anos, sem nenhum sinal de enfraquecimento, e em que as previsões de população eram geralmente baseadas na hipótese de que essa taxa de crescimento iria continuar, Cannan predisse o término desse crescimento no Século XX.

Os métodos por ele utilizados foram essencialmente modernos; reduziu a população de cada grupo de idade da parcela referente à mortalidade e acrescentou-lhe uma estimativa dos nascimentos baseada na razão entre o número destes e o das pessoas em idade reprodutiva. Chegou assim a um resultado que estava em desacôrdo com as idéias comumente aceitas na época⁷ e previu um desenvolvimento significativo do crescimento da população através de uma análise dos fatores operantes. Em conseqüência, 36 anos mais tarde, em 1931, pôde publicar um trabalho em que afirmava, em resumo, — “Eu bem lhes disse”.⁸

Apesar disso, a exatidão da previsão de Cannan deixava a desejar. Em 1911, ou seja quinze anos depois de sua divulgação, a população recenseada excedeu de 7% a prevista e em 1916 já havia ultrapassado o máximo que ela deveria atingir.⁹

O trabalho de Cannan não podia ser considerado de utilidade segundo o ponto de vista do consumidor prático de previsões daquela época, que condenou, como não tendo fundamento racional, a extrapolação da taxa de crescimento do último período intercensitário. Entretanto, fazendo-se a população avançar por duas décadas, a partir do censo de 1891, e utilizando-se a taxa de crescimento de 11,65% relativa ao período 1881-91, os dados obtidos para 1911 diferem dos resultados censitários em menos de um quarto de 1%.

Não são raras, na história das previsões demográficas, projeções que apresentem maior grau de exatidão do que a de Cannan. Temos como exemplo a pesquisa realizada por Dorn (V. nota 5) em 1950 sobre projeções de população para os Estados Unidos e que nos oferece inúmeras comparações entre as populações projetadas e as efetivas.

Dois projeções realizadas na década de 1920 constituem dois exemplos particularmente interessantes. A primeira, de autoria de Pearl e Reed, foi executada ajustando-se uma curva logística aos recenseamentos de 1790 a 1910. As projeções correspondiam a menos de 1% dos resultados dos censos de 1920 e 1930, superestimavam a população de 1940 em 3,5% e subestimavam a de 1950 em cerca de 1%.

A segunda projeção, publicada por Whelpton em 1928, foi calculada pelo moderno método componente, com resultados muito semelhantes à logística de Pearl-Reed. A população total prevista excedia de 5% os dados censitários de 1940, mas em 1950 correspondia a 1% do resultado oferecido pelo censo.¹⁰ Mas os próprios autores demonstraram que o êxito por eles obtido tinha sido puramente acidental. Em conseqüência do rápido declínio da taxa de nascimentos, chegaram à conclusão de que suas projeções eram muito elevadas. Whelpton, e mais tarde Pearl e Reed, fizeram uma revisão das estimativas, que, apesar de mais baixas do que as primitivas, se mostraram ainda mais distantes da realidade.¹¹

⁶ Cannan, Edwin, “The probability of a cessation of the growth of population in England and Wales during the next century”, *Economic Journal*, 5 (1895), 505-16.

⁷ Ele escreveu, por exemplo: “Nos últimos vinte anos poucas pessoas têm conseguido perceber alguma modificação importante nos usos, costumes e práticas que afetam a natalidade, e no entanto basta que continuem as mudanças que, inquestionavelmente, têm ocorrido, para chegar-se a um estado de coisas capaz de permitir que a possibilidade de um declínio, ao invés de um excesso de população, se torne um espantinho para os alarmistas” (Isso foi escrito em 1895!).

⁸ Cannan, Edwin, “The changed outlook in regard to population, 1831-1931”, *Economic Journal*, 41 (1931), 519-34.

⁹ Esse trabalho de 1895 não contém, na realidade, outros dados projetados, a não ser os da população máxima. Para obter a previsão para 1911 servi-me do gráfico que Cannan construiu. Ele não alimentava nenhuma ilusão sobre o valor do cálculo de dados precisos de populações futuras. “O valor do diagrama não está na previsão de uma população máxima de trinta e sete milhões e sim no fato de ele mostrar como pode ocorrer uma interrupção do crescimento dentro de um espaço de tempo não muito longo e sem quaisquer alterações violentas ou anormais!”

¹⁰ Essa aproximação foi muito menor para os grupos determinados de idade.

¹¹ Pearl e Reed, entretanto, ao publicarem seus dados revistos “não demonstraram uma preferência nítida” por uma das duas logísticas, embora “parecessem ter uma ligeira preferência” pela última. A logística ajustada aos censos de 1790 a 1910 previu melhor os dados para 1950 do que a curva que também levou em consideração os censos de 1920, 1930 e 1940!

A façanha que Cannan realizou em 1895 é, realmente, rara. Só pode acontecer quando a oportunidade se junta à suficiência do preparo intelectual. Seu objetivo não é proporcionar uma previsão infalível (o que acredito ser impossível), e sim despertar a dúvida para as previsões consideradas seguras, demonstrar através da análise pormenorizada que as estatísticas atuais têm sido mal interpretadas e provar que, pela "continuação" do que tem sido realizado e "sem quaisquer alterações violentas ou anormais" (palavras de Cannan), o futuro pode se apresentar muito diferente do que se costuma supor. E esse é um objetivo de primeira categoria.

Em compensação, não é essa a qualidade exigida pela maioria dos consumidores de projeções demográficas. O que eles querem são previsões (feitas, geralmente, a prazo relativamente curto), que discordem da população efetiva apenas numa pequena percentagem, sejam elas baseadas na apreciação correta dos fatores operantes ou na magia negra.

As projeções preparadas sistematicamente pelos demógrafos não satisfazem essas necessidades, não só por serem pouco exatas como também por estarem atrasadas um ano ou dois em relação aos últimos dados existentes na ocasião de sua publicação, em consequência do trabalho que exige o seu preparo, e não poderem ser facilmente atualizadas. Essa é uma desvantagem muito séria numa época de grandes flutuações.

Nos últimos anos, uma pessoa que desejar uma previsão de população, digamos, para os próximos cinco anos, agirá mais acertadamente se utilizar os últimos dados existentes e fizer uma estimativa elementar, do que se valer de uma projeção de população publicada antes. É claro que o consumidor comum se encontrará muitas vezes em dificuldades para utilizar as estatísticas demográficas sem auxílio do especialista. Uma das tarefas que cabem aos demógrafos ou às repartições centrais de estatística é a de fornecer, periodicamente, estimativas de população baseadas em dados atualizados.

Nos países ocidentais já são consideradas como trabalho de rotina as estimativas de população segundo o sexo e a idade. Basta apenas utilizar as últimas estimativas para calcular os "sobreviventes" para os anos seguintes e acrescentar uma estimativa dos nascimentos (e da imigração, se se desejar). Tanto as taxas de sobrevivência como as estimativas da natalidade podem ser as mais elementares, mas não devem divergir dos últimos dados disponíveis. Assim, as taxas de sobrevivência não devem ser baseadas numa tábua oficial de mortalidade de cinco anos antes. (Nos últimos tempos, a diminuição da mortalidade tem freqüentemente ultrapassado as previsões apenas concluído o cálculo da projeção). Não há razão para que os dados relativos aos nascimentos deixem de representar o total dos últimos cinco anos ou coisa igualmente simples. É claro que métodos rápidos e elementares podem ser empregados também para construir uma série de projeções com melhores resultados do que uma só "suposição excelente".

Em algumas circunstâncias o ajustamento de simples curvas de crescimento¹² é de grande valia. Essas curvas, entretanto, de modo geral, encontram mais aplicação nos países subdesenvolvidos, de estatísticas deficientes. Nesses casos, as projeções constituem assunto à parte, fora do objetivo deste trabalho.

Não obstante o destino da maior parte das projeções feitas no período 1930-1945, a produção de complicadas séries de projeções tem continuado nos últimos anos. Na maioria dos casos, a técnica de cálculo é a mesma usada principalmente na década dos 30, ou seja, partindo de uma população base dividida segundo o sexo e a idade, calcula-se o número de sobreviventes por meio de taxas de sobrevivência baseadas em taxas de mortalidade por grupos de idades e acrescenta-se o número de nascimentos através da aplicação de taxas de ferti-

¹² Entretanto, a importância da curva logística neste campo parece exagerada.

a) Alguns autores acreditam que uma curva em S é, forçosamente, uma curva logística. Na verdade, até mesmo os dados biológicos, nos quais, em parte, se fundamenta a reputação da logística, podem ser igualmente bem ajustados por outras curvas em S com o mesmo número de parâmetros arbitrários. (Cf. Feller, W. "On the logistic law of growth and its empirical verification in biology", *Acta Biotheoretica*, 45 (1940), 51-65).

b) Ajustar-se uma curva logística a uma série de dados não constitui um processo especial. Muitas vezes é possível o ajustamento perfeito de duas curvas logísticas diferentes a uma mesma série de dados, oferecendo ambas, entretanto, resultados muito diversos quando extrapoladas. Isso acontece até quando se dispõe de várias observações sobre ambos os lados do ponto de inflexão. (Veja-se, por exemplo, Rhodes, E. C. "Secular changes in death rates", *Journal of the Royal Statistical Society*, 104 (1941), 15-42, especialmente pág. 35). No caso em que todos os dados em observação caem de um mesmo lado do ponto de inflexão, como acontece tão freqüentemente em demografia, pode-se obter uma enorme variedade de previsões pelo ajustamento de uma curva logística.

lidade por idades à população feminina. (Geralmente o cálculo é feito através de taxas específicas por grupos quinquenais de idade, obtendo-se dados da população futura a intervalos também quinquenais)

Podemos perguntar, inicialmente, por que constitui essa técnica um progresso em relação aos métodos mais antigos de ajustamento de curvas à população total ou de extrapolação das taxas de crescimento ou taxas brutas de natalidade e de mortalidade. A *moderna* técnica padronizada possui, a meu ver, duas vantagens principais, relacionadas entre si. A primeira é que o método revela certos desenvolvimentos futuros que são "inerentes" à atual distribuição por idades. Esse fato explica claramente a grande importância que tem sido dispensada a esse método de projeção. A análise dos efeitos da distribuição por idades sobre as taxas brutas de natalidade e de mortalidade tornou possíveis as predições do declínio da população que empolgaram a imaginação pública. A segunda vantagem consiste na correspondência que se acredita existir entre as taxas específicas de mortalidade e de fecundidade segundo a idade e os fatores operantes que os demógrafos julgam poder prognosticar. Suponhamos, por exemplo, que uma pessoa, ao fazer suas previsões sobre a população da Inglaterra há 30 anos, tivesse induzido corretamente a probabilidade de um grande declínio na mortalidade em consequência do aumento geral do padrão de vida, do progresso da medicina, etc. Se tivesse deduzido que a taxa bruta de mortalidade iria declinar teria errado, porque, enquanto as taxas de mortalidade segundo grupos de idade têm baixado enormemente, as taxas brutas têm sofrido alterações praticamente nulas devido às variações na estrutura das idades.

Essas vantagens são importantes. Mesmo o método comum de prever-se a natalidade através de projeções complicadas, parece pouco adequado às necessidades atuais. Não há dúvida que o número de nascimentos é influenciado pelo número de mulheres em idade de procriação, fixa-se assim, por exemplo, um limite máximo para o número de nascimentos que podem ocorrer. Contudo, dentro da margem de variação que é interessante prever, a relação observada entre as alterações ocorridas nesses dois fatores através do tempo não é aproximada. Por exemplo, o recente "baby boom" na Inglaterra (e em outros países), que ocorreu numa época em que o número de mulheres entre 20 e 40 anos estava começando a diminuir, seguiu-se a um período em que um número crescente de mulheres foi acompanhado por um número decrescente de nascimentos.

É de estranhar que tantos demógrafos tenham despendido tão grandes esforços para determinar o efeito do número de mulheres em cada grupo quinquenal de idade sobre o número de futuros nascimentos, ao mesmo tempo que desprezavam completamente outros elementos sobre os quais dispunham das informações estatísticas necessárias, tais como, alteração iminente na taxa de homens em relação à de mulheres, aumento anormal da população casada devido a novos casamentos, grande diminuição da população solteira, o que leva a esperar-se declínio do número de casamentos, grandes flutuações na distribuição de nascimentos nos últimos anos, etc.

Mesmo os cálculos mais elementares, elaborados no intuito de demonstrar as consequências que essas diversas influências poderiam provocar sobre o número de nascimentos futuros, parecem ser mais fideígnos do que as complicadas extrapolações das taxas de fecundidade segundo grupos de idade.

A justificação do preparo de projeções de população complexas deve ser a esperança de seguir as pegadas de Cannan. O demógrafo deve ter como objetivo uma visão analítica e não a realização de previsões exatas ou a prestação de auxílio prático aos administradores. A técnica utilizada deve ser apropriada para esse fim.

As técnicas de previsão do futuro, seja ou não por força das circunstâncias, estão intimamente relacionadas com os métodos de análise do passado. A técnica padronizada da projeção de nascimentos originou-se do hábito da análise de fecundidade em termos das taxas de mulheres segundo grupos de idade, taxas essas que eram somadas em taxas brutas e líquidas de reprodução.

Hoje em dia não é possível construir hipóteses lógicas a respeito da fecundidade futura em termos das tradicionais taxas segundo grupos de idade ou das taxas brutas de reprodução. A extrapolação direta da tendência passada — ou seja, um declínio a longo termo seguido de flutuações bruscas — não tem significação. Pode-se procurar extrair conclusões acerca dos fatores que levam as pessoas a desejar um número maior ou menor de filhos, porém a experiência do passado demonstrou que seria tão errado passar da crença de que o "povo quer menos filhos" para a conclusão de que "a taxa bruta de reprodução vai diminuir", como prever um declínio da taxa bruta de mortalidade em consequência da melhora das condições sanitárias. Em outras palavras, admitir a manutenção no futuro das atuais taxas de fecundidade segundo grupos de

idade pode implicar em hipóteses muito estranhas sobre o número de membros da família, do mesmo modo que a continuação da taxa bruta de mortalidade pode envolver hipóteses improváveis e imprevistas sobre a mortalidade.

Algumas projeções de antes da guerra ultrapassaram as simples taxas de fecundidade segundo grupos de idade na previsão do número de nascimentos, por exemplo, fazendo ajustamentos para as variações da proporção de homens para mulheres, ou projetando as proporções de mulheres casadas e aplicando taxas diferentes de fertilidade às mulheres casadas e às solteiras.¹³

Nos últimos tempos, os esforços despendidos no sentido de se aplicarem novas técnicas na análise do número de nascimentos têm, ocasionalmente, encontrado alguma expressão no campo das previsões. Assim, têm sido realizadas projeções de nascimentos calculando-se primeiro o número de casamentos e a seguir o número de nascimentos resultantes desses casamentos.¹⁴ O processo de fundamentar as previsões de casamentos da população solteira recomenda-se por si só, uma vez que nos últimos anos têm havido declínios acentuados nas proporções dos que permanecem solteiros nos diversos grupos de idade, o que sugere a perspectiva de uma diminuição do número de casamentos.

Para passar dos casamentos para os nascimentos, pode-se estabelecer hipóteses relativas a) ao número médio de nascimentos em cada casamento e b) à distribuição desses nascimentos pelos anos subseqüentes ao casamento. Pode-se variar o processo projetando-se os primeiros nascimentos dos casamentos, os segundos nascimentos dos primeiros, e assim por diante, utilizando-se diretamente, desse modo, os números conhecidos dos primeiros nascimentos, dos segundos, etc., bem como os dos casamentos, ocorridos nos últimos anos. Esse processo requer hipóteses relativas a) ao número de nascimentos da ordem $n + 1$ por nascimento da ordem n e b) à distribuição dos nascimentos da ordem $n + 1$ pelos anos subseqüentes à ocorrência dos nascimentos da ordem n .

Outro processo que parte de outro ponto de vista consiste em utilizar taxas de fecundidade segundo grupos de idade, dispondo-as porém em termos de coortes sucessivas e estabelecendo hipóteses sobre o número total de nascimentos das coortes. Também nesse caso, nascimentos de ordens diferentes podem ser considerados em separado.¹⁵

Inúmeros outros processos, desde métodos simples, tais como a projeção de nascimentos com base no número de homens, até os cálculos mais complexos, estão implícitos nos métodos modernos da análise da fertilidade. De certo modo, o trabalho realizado de acordo com essas diretrizes tornará ainda mais complexa a interpretação das previsões.

Novas técnicas podem sugerir a possibilidade de novas composições das alterações da população, diferentes das previstas pelos métodos tradicionais. Por exemplo, se duas projeções forem calculadas pelos métodos tradicionais, com o emprêgo de hipóteses diferentes sobre a fertilidade, a diferença entre os números de nascimentos resultantes será a princípio pequena e depois aumentará indefinidamente, mantendo uma direção constante. Se as projeções forem calculadas utilizando-se o princípio das coortes¹⁶ e a distribuição de nascimentos pelo curso da vida das diversas coortes, a observação anterior já não caberá e hipóteses muito naturais poderão resultar em composições inteiramente diferentes das de variação. Os nascimentos projetados poderão divergir largamente, mesmo para os primeiros anos. Além disso, poderá acontecer que em uma das hipóteses o número de nascimentos seja mais baixo no primeiro período e mais

¹³ Entretanto, este método de levar em conta as variações da composição dos casamentos é muitas vezes indesejável nas projeções, tanto como no cálculo das taxas de reprodução (Cf. com as razões apresentadas por Hajnal, J., "Births, marriages and reproductivity in England and Wales", *Reports and selected papers of the Statistical Committee*, London: Papers of the Royal Commission on Population, II (1950), 303-422).

¹⁴ Cf.: Quensel, C.E., "Om befolkningsprognoser med särskild hänsyn till äktenskapsfrekvens, familjebildning och erforderlig familjestorlek", *Statistiska undersökningar kring befolkningsfrågan utförda av 1941 års befolkningsutredning* Sweden: Statens Offentliga Utredningar, 53 (1945), 223-39;

Henry, Louis, *Fécondité des Mariages*. Paris: Institut National d'Études Démographiques, Travaux et Documents, Cahier No 16, 1953;

Hopkin, W.A.B., "Population projections for Great Britain 1947-2047", *Reports and Selected Papers of the Statistics Committee*, London: Papers of the Royal Commission on Population, II (1950), 213-301.

¹⁵ Cf.: Whelpton, P.K., *Cohort Fertility: Native White Women in the United States* Princeton: Princeton University Press, 1954, ou resumo desta obra, em: Kiser, Clyde V., "Fertility trends and differentials in the United States", *Journal of the American Statistical Association*, 47 (1952), 25-48.

¹⁶ Por princípio dos grupos humanos eu quero dizer um método que pode fazer um número elevado de nascimentos de um período resultar em um número menor de nascimentos no período seguinte, isto é, que permite modificações na distribuição de nascimentos durante o curso da vida de grupos humanos sucessivos. Nesse sentido, todos os métodos examinados nos parágrafos anteriores possuem alguma coisa do princípio de grupos humanos.

elevado no segundo do que em outra hipótese em relação ao comportamento da fertilidade. Essas diferenças de composição poderão fazer da estimativa dos dados máximos e mínimos, dentro dos quais ficará compreendida a população, um problema complexo do ponto de vista puramente técnico.

A aplicabilidade das técnicas de previsões depende, é óbvio, em parte de sua própria complexidade e da facilidade maior ou menor de se dispor de dados estatísticos. Alguns métodos exigem elementos que só raramente podem ser conseguidos. Entretanto, a utilidade de um método depende, principalmente, dos fenômenos que ocorrem com a população à qual êle deve ser aplicado. A análise pode revelar aspectos na história moderna e na estrutura da população passíveis de exercer influência nos nascimentos futuros, influência essa que não é levada em consideração da maneira devida pelos métodos tradicionais.

O problema da existência de dados tende, assim, a resolver-se por si mesmo. Se existem dados para demonstrar os efeitos de uma determinada alteração nos nascimentos ocorridos nos últimos anos, êsses dados quase sempre podem ser utilizados para um cálculo referente ao futuro. Seria inútil tentar descobrir o melhor método ou método perfeito para a projeção de nascimentos, da mesma maneira como, a meu ver, seria inútil procurar o método perfeito para medir a fertilidade. De fato, ambos representam a mesma coisa: a técnica de projeção subentende uma técnica de medição e vice-versa. Além disso, a demanda não é exatamente por projeções complexas segundo êste ou aquêle novo método.

Muito pelo contrário, cada demógrafo deveria tentar utilizar da melhor maneira possível as informações que pudesse obter, a fim de lançar alguma luz sobre um possível acontecimento futuro. Isso poderia resultar na utilização de diversos métodos, se necessário, através até de cálculos elementares.

Além disso, seria de todo desejável poder dispor-se de alguns estudos especiais para comparar as características das várias técnicas de projeção e para planejar métodos mais rápidos de cálculo, de modo que o demógrafo possa ter melhor visão dos vários recursos à sua disposição e utilizá-los sem um dispêndio proibitivo de tempo.

Se, de tudo o que foi dito acima, pode-se tirar alguma conclusão, esta será, a meu ver, em primeiro lugar, que se deve procurar fazer o menor número possível de previsões e, em segundo lugar, que se um prognóstico deve ser elaborado (mais complexo do que os rápidos cálculos examinados anteriormente), deve-se procurar empregar um número menor de cálculo e um número maior de reflexão, ao contrário do que tem geralmente acontecido.

As previsões devem surgir da análise do passado. Quem não dá valor à análise não deve fazer previsões. O trabalho despendido no cálculo de projeções complexas baseadas em um número variado de hipóteses, através de uma técnica já comum, seria muito melhor empregado num estudo do passado. Dêsse estudo poderiam surgir, ocasionalmente, opiniões importantes sobre as inesperadas possibilidades do futuro.

ARMANDO RABELLO

FONTES, PROCESSOS DE COLETA E NATUREZA DOS DADOS NA ESTATÍSTICA PERMANENTE DA HABITAÇÃO NO BRASIL

O ESTUDO do assunto objeto do presente tema, comporta a distribuição da matéria em dois capítulos distintos — o primeiro, situando o problema no período de tempo anterior à criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o segundo, apreciando-o na atual fase de organização da estatística nacional

I

O CADASTRO imobiliário mantido pelas Prefeituras Municipais é considerado, no Brasil, a principal fonte de coleta de dados necessários à elaboração de estatísticas sobre habitação. Esse cadastro é organizado, quase sempre, com a finalidade de superintender o lançamento e a arrecadação de impostos que incidem sobre a propriedade imóvel, razão pela qual muito deficientes são as informações que pode proporcionar aos fins estatísticos

A atualização do cadastro imobiliário é precária. Algumas Prefeituras, como a do Distrito Federal, por exemplo, limitam-se a exigir dos proprietários o registro compulsório das propriedades, deixando, todavia, de controlar o serviço através do levantamento direto e periódico das construções existentes. Devido a isso, admitem as próprias autoridades a existência de habitações não inscritas no cadastro. Outras Prefeituras, embora sem o auxílio de cartas topográficas, procuram atualizar o cadastro mediante lançamentos ex-officio de imóveis não inscritos, encontrados quando dos levantamentos periódicos procedidos por ocasião da revisão do lançamento de impostos.

Não dispondo de melhor fonte de coleta do que o cadastro imobiliário das Prefeituras e tendo em vista a deficiência dos dados que tal cadastro pode fornecer, por certo que a estatística da habitação, no Brasil, somente poderia divulgar aspectos muito singelos, restritos, quase sempre, ao tipo do material de construção exterior, à finalidade (residencial, não residencial e mista) e ao número de pavimentos.

No ano de 1929, tentou o Governo Federal, por intermédio da antiga Diretoria Geral de Estatística, do então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, organizar e manter atualizado o cadastro predial da Capital da República. Com esse objetivo, foi criado um órgão com a denominação de "Levantamento do Cadastro Predial". O arrolamento foi procedido através de rigoroso trabalho de campo, tendo por base a planta cadastral da cidade, sendo arroladas as construções encontradas e bem assim os terrenos vagos, medida a testada de cada um no logradouro.

Para orientação dos locadores foram elaboradas instruções, havendo sido utilizada uma caderneta de locação, a qual continha, no cabeçalho, informações sobre o logradouro, compreendendo nome, se a locação abrangia parte ou todo o logradouro, e existência, no mesmo, de melhoramentos constituídos de calçamento, por tipo, iluminação, água, esgoto e transporte. Quanto aos imóveis, era

indagado: número no logradouro, número de pavimentos, material da construção e testada no logradouro.

O serviço foi executado em duas fases, a primeira compreendendo os trabalhos de campo, iniciada em novembro de 1929 e concluída em dezembro de 1930, e a segunda, abrangendo os trabalhos internos, teve início em fevereiro de 1931, ficando concluída em julho de 1933.

No ano de 1935, foram dados à publicação os resultados do levantamento predial procedido, por circunscrição territorial e logradouro. Os prédios foram distribuídos segundo o material da construção (de alvenaria, de madeira, casebres, barracões e galpões) e segundo o número de pavimentos (1, 2, 3, 4, 5, 6 a 9 e 10 e mais)

Quanto à elaboração e divulgação de estatísticas sobre habitação, neste período anterior à criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, muito pouco ou quase nada foi feito pelos órgãos da estatística permanente, o que pode ser atribuído não só à circunstância de ser precária a fonte de coleta, como ainda ao fato de que muito poucas Unidades da Federação possuíam serviço de estatística e os raros existentes, de um modo geral, eram deficientes em sua organização. No âmbito nacional, caberia à então Diretoria Geral de Estatística a elaboração daquelas estatísticas. Esse órgão, entretanto, nada conseguiu fazer naquele sentido, pôsto que sendo o cadastro imobiliário das Prefeituras a única fonte de obtenção dos dados, muito dificilmente a repartição do Governo Federal poderia, em face da extensão territorial do País, das dificuldades de comunicação e outras, obter aqueles elementos sem a interferência direta de órgãos de estatística locais ou regionais

Admite-se que algumas Unidades da Federação hajam conseguido coligir e divulgar dados sobre a matéria focalizada, todavia, nada nos foi possível encontrar nas pesquisas que procedemos, a não ser em relação à Capital da República e referentemente ao cadastro organizado pela antiga Diretoria Geral de Estatística, cujos resultados foram condensados num volume sob a denominação de *Estatística Predial — Distrito Federal — 1933*, editado pelo Departamento de Estatística e Publicidade, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dado a lume no ano de 1935.

Em decorrência da inexistência de dados, na estatística permanente da habitação, nesta fase que precedeu à criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as referências sobre o assunto são as fornecidas pelos recenseamentos gerais do País, procedidos em 1872, 1900, 1920 e 1940. Nos censos de 1872 e 1900, a pesquisa limitou-se ao registro do número de prédios e às suas múltiplas aplicações domiciliárias. No censo de 1920 foram coletados elementos sobre: natureza do prédio (terreo, assobradados, indicando-se o número de pavimentos); condições de ocupação (habitáveis, em construção ou reconstrução e em ruínas); propriedade (particular ou pública e, neste último caso, se pertencentes aos governos federal, estadual ou municipal. Quanto ao censo de 1940, foram pesquisados os seguintes dados relativos aos prédios: natureza da construção (alvenaria, madeira e outros tipos); número de pavimentos: propriedade (particular ou pública, destacando-se, neste último caso, se do governo federal, do governo estadual ou do governo municipal); aplicação (domiciliária, não domiciliária e mista, destacando-se, quanto à ocupação domiciliária, os prédios ocupados com domicílios particulares e com domicílios coletivos). Quanto à aplicação domiciliária dos prédios, foram investigados os seguintes aspectos: condição de ocupação (particulares e coletivos, abrangendo, os primeiros, os ocupados por locatários, por proprietários e os ocupados noutras condições); aluguéis (domicílios particulares com aluguel declarado e valor dos aluguéis mensais); peças domiciliárias, destacando-se as alcovas e dormitórios; serviços de iluminação elétrica, água encanada e instalação sanitária e banheiro. Relativamente à operação censitária de 1890, deixaram de ser divulgados os resultados do censo predial, sendo que, em 1950, não foi procedido tal censo.

II

NO PRÓPRIO instrumento legal que deu origem ao atual sistema presidido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Convenção Nacional de 1936), já reconheciam o governo federal e o governo das Unidades da Federação, a conveniência de ser criado e mantido junto às Prefeituras Municipais o cadastro imobiliário, proclamando a sua imperiosa necessidade como fonte de coleta estatística. A cláusula vigésima-segunda daquele pacto convencional, dispõe:

“Os Governos Federados interporão seus bons ofícios junto aos Governos das respectivas Capitais, oferecendo-lhes para isso o concurso possível, no sentido

de ser criado e mantido em dia na administração comunal o cadastro predial e domiciliário indispensável à boa elaboração das estatísticas locais e principalmente à permanente atualização dos seus cálculos demográficos, reclamada pela bioestatística ”

Em reforço a êsse apêlo, foi aprovado, pela cláusula trigésima-segunda, o seguinte voto formulado às partes compactuantes:

“c) Para que as Prefeituras das Capitais dos Estados e do Acre se solidarizem num esforço eficaz, tendo em vista a criação, em seus Serviços ou Repartições de Estatística, de um eficiente cadastro predial e domiciliário, acompanhando quanto possível a organização padrão que o Distrito Federal fixar, visando não só aos objetivos sociográficos que a matéria comporta, mas principalmente ao conhecimento permanente dos efetivos prediais e demográficos do respectivo território segundo as zonas em que êste se dividir ”

Prosseguindo nos esforços que vinha empreendendo, no sentido de estabelecer as bases necessárias à criação do cadastro predial e domiciliário dos Municípios, o Governo Federal veio a promulgar o decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, dispondo sobre o início dos trabalhos do Recenseamento Geral da República em 1940. Em seu artigo 9.º, estabeleceu essa lei que as campanhas estatísticas nacionais relativas aos anos de 1938 e 1939 seriam planejadas visando ao aperfeiçoamento intensivo das estatísticas nacionais, a fim de que, nos seus dados de 1940, fôsem elas as mais completas e exatas possíveis, cogitando-se, ao mesmo tempo, do encaminhamento das medidas necessárias para que no ano do Recenseamento estivessem plenamente atingidos diversos objetivos relacionados com os elementos indispensáveis ao controle da coleta censitária, inclusive o “cadastro predial e domiciliário das Capitais Regionais, organizado na conformidade do serviço padrão que o Distrito Federal deverá instituir na forma prevista pela cláusula XXXII da Convenção Nacional de Estatística ”

No ano de 1942, o Conselho Nacional de Estatística, em sua reunião anual, debateu o problema da estatística das construções, reconhecendo que os registros então existentes nas administrações municipais eram deficientes e recomendando aos órgãos deliberativos do Conselho, central e regionais, que promovessem o estudo do assunto, juntamente com as repartições regionais especializadas em questões referentes ao Município, sugerindo, ao mesmo tempo, a instituição de uma ficha para o levantamento da estatística das construções (Resolução n.º 265, de 9-7-1942)

No ano de 1945, voltou o Conselho Nacional de Estatística a deliberar sobre o assunto, através da Resolução n.º 284, de 23 de julho, invocando o reconhecimento por parte dos Governos signatários da Convenção Nacional de 1936, da fundamental importância dos registros públicos para melhoria dos levantamentos estatísticos e os compromissos que assumiram as partes convencionais de envidar esforços no sentido de assegurar regularidade e eficiência a tais registros, pondo em prática as medidas de sua alçada que para isso se tornassem necessárias. Aquela Resolução delegou poderes ao Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para que fôsse estudada a possibilidade de estender-se a novos setores da estatística, o sistema de registro de informações que o decreto-lei federal n.º 4462 permitia instituir, inclusive tornando obrigatório, para as fontes de informação, o uso de livros e registros padronizados pelos órgãos filiados ao Conselho. A mesma Resolução recomendou, ainda, às repartições do Sistema, o estudo do aproveitamento, para fins estatísticos, das declarações prestadas aos diferentes órgãos da administração pública, para quaisquer objetivos, assim como determinou aos órgãos do Conselho que propusessem aos Governos das respectivas órbitas de jurisdição as providências aconselhadas pelos estudos procedidos na forma da recomendação.

Em sua reunião ordinária de 1952, o Conselho Nacional de Estatística debateu mais uma vez a matéria, reconhecendo, proclamando e recomendando, pela Resolução n.º 526

a) Que as estatísticas das construções civis, no Brasil, têm compreendido apenas os Municípios das Capitais e, mesmo assim, os respectivos levantamentos se limitam a investigar o número e a área das licenças concedidas, omitindo, portanto, aspectos da maior relevância,

b) Que a manutenção de atualizado cadastro predial e domiciliário em cada Município representa elemento da maior valia — como reconheceu a cláusula vigésima-segunda da Convenção Nacional de Estatística — para o levantamento de importantes estatísticas demográficas, sociais e econômicas;

c) Que a Secretaria-Geral do Conselho, em cooperação com o Serviço de Estatística Econômica e Financeira e com o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, estudassem as medidas necessárias à manutenção de atualizado cadastro predial e domiciliário, nas principais cidades brasileiras, assim como

as concernentes ao levantamento regular da estatística das construções civis, com os desdobramentos julgados indispensáveis à caracterização do custo, da finalidade e do tipo de cada construção, ao levantamento regular da estatística dos preços dos imóveis e ao levantamento regular das inversões em imóveis, tendo em vista a construção de índices específicos,

d) Que o plano dos levantamentos referidos no item anterior seja submetido à aprovação da Junta Executiva Central do Conselho, ouvidas, previamente, as Juntas Executivas Regionais das Unidades da Federação,

e) Que o plano teria caráter de urgência, de forma que os levantamentos respectivos pudessem ser iniciados no ano de 1953

As iniciativas até então adotadas no sentido de obter as bases legais e administrativas necessárias à organização do cadastro predial e domiciliário se limitavam ao plano federal e ao regional. Em face da autonomia municipal, assegurada pela Constituição da República, considerando que a Convenção Nacional de Estatística de 1936 permitia a adesão de outras entidades ao Sistema Estatístico por ela instituído e atendendo a que o cadastro imobiliário constitui, por sua natureza, um registro afeto à administração municipal, tornou-se necessário obter a adesão voluntária dos Municípios para sua organização, o que foi possível conseguir através dos "Convênios Nacionais de Estatística Municipal," firmados em 1942, pelo qual as Comunas brasileiras delegaram ao IBGE a função administrativa concernente ao levantamento da estatística local, em tudo quanto fôr da competência do Governo Municipal, assumindo este, ainda, o compromisso de "criar, quanto à alçada do Governo Municipal, os registros locais necessários aos serviços estatísticos do Município, na conformidade do que fôr sugerido ou proposto pelo Conselho Nacional de Estatística" (Cláusula XI, alínea g)

A ação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o fim de melhorar a fonte de coleta dos dados estatísticos sobre habitação, não se limitou às cidades e vilas. Estendeu-se, também, às áreas rurais, através das medidas sugeridas no sentido de ser criado e mantido o cadastro das propriedades rurais. Muito embora o objetivo visado com a organização desse cadastro tenha sido o de proporcionar segurança aos recenseamentos agropecuários e ao levantamento de estatísticas agrícolas de periodicidade anual, teremos de reconhecer que tal cadastro poderá proporcionar, quando oportuno, meios para investigações sobre habitação no âmbito rural brasileiro.

Reconheceu o Conselho Nacional de Estatística, através da Resolução n.º 366, de 16 de julho de 1953, "que assumem grande alcance as providências que tiverem por fim assegurar à estatística brasileira, no mais breve prazo possível, e em condições de progressiva suficiência e normalidade, a fonte que lhe é mister, anualmente, para manter em dia os levantamentos da propriedade territorial não urbana e conhecer, ao menos, as principais atividades rurais em todos os Municípios do Brasil" e "que tais levantamentos são hoje indispensáveis ao Governo e ao desenvolvimento da Nação, e se tornam mais prementes como medida preliminar ao próximo censo de 1950." Determinou o Conselho à Presidência do Instituto, pelo mesmo Ato, que entrasse "em entendimentos com os Governos Regionais a fim de conseguir de todos eles, em condições uniformes, as medidas legais e administrativas para que os proprietários rurais fiquem efetivamente obrigados a prestar as informações que se tornem necessárias à instituição do cadastro rural ou sejam essenciais ao levantamento da estatística agrícola." Foi determinado, ainda, às Juntas Executivas Regionais do Conselho que encaminhassem à Secretaria-Geral do Instituto sugestões sobre a organização do cadastro rural.

No ano de 1953, o Conselho volta a ventilar o assunto por meio do art. 3.º da Resolução n.º 572, de julho, recomendando aos órgãos centrais regionais de estatística, auxiliados pelas Inspetorias Regionais de Estatística, que organizassem cadastro permanente e atualizado das propriedades rurais, como base para a implantação do método de amostragem no levantamento da estatística agrícola.

Ainda com o propósito de promover a organização do cadastro rural, o Conselho deliberou, pela Resolução n.º 616, de 9 de julho de 1954, que a Secretaria-Geral do Conselho proporcionasse aos órgãos centrais regionais de estatística cópia dos elementos coletados pelo Serviço Nacional de Recenseamento na execução do Censo Agrícola de 1950, a fim de que os mesmos servissem de base para a organização do cadastro rural.

Os pronunciamentos e iniciativas do Governo Federal e do Conselho Nacional de Estatística, no sentido de melhorar a fonte de coleta de dados destinados à estatística permanente da habitação, no Brasil, ainda não se concretizaram,

infelizmente, em medidas práticas que permitissem fôsse atingido aquêlo objetivo.

Não obstante a precariedade da fonte de coleta, já demonstrada anteriormente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística deu início, em 1938, ao levantamento de informações sôbre os prédios existentes nas sedes municipais, relativas ao ano de 1937. Essas informações foram obtidas através do "Caderno B" da I Campanha Estatística Nacional, executada em cumprimento à Resolução n.º 86, de 18 de julho de 1938, do Conselho Nacional de Estatística. A indagação compreendia, apenas, o número de prédios, segundo a finalidade (residencial, não residencial e mista) e segundo o tipo (alvenaria, madeira e outros tipos). Essas duas características foram investigadas através das campanhas anuais de estatística, até o ano de 1941, quando foi acrescentado o número de pavimentos dos edifícios.

A PARTIR da XIII Campanha Estatística, foi ampliado o inquérito sôbre estatística predial nas sedes municipais. Um novo questionário foi adotado, sob a denominação de "Melhoramentos Urbanos na Sede Municipal," no qual, além de indagações sôbre logradouros públicos e prédios existentes, foi incluída uma outra investigação com o fim de obter o número de construções licenciadas e de licenças de ocupação concedidas pelas autoridades municipais, distribuídas as construções segundo o tipo do material exterior nelas empregado e segundo as zonas (urbana e suburbana). No item correspondente a "Prédios Existentes" eram investigados tipo de material da construção no quadro urbano e no suburbano, segundo a finalidade (residenciais, não residenciais e mistos) e segundo o número de pavimentos (1, 2, 3, 4, 5, 6, a 10 e mais de 10). Relativamente a êste item, o questionário contém as seguintes instruções destinadas a orientar o seu preenchimento:

a) Os prédios objeto da investigação compreendem, apenas, os existentes nas zonas urbana e suburbana da sede municipal, abrangendo, no primeiro caso, o núcleo principal da cidade e, no segundo, os prédios existentes entre êsse núcleo e a zona rural. Vale esclarecer que a delimitação dos quadros urbano e suburbano das sedes municipais consta de lei municipal,

b) Só serão considerados como "prédio" aquêles que o forem pela Prefeitura Municipal, contando-se como único prédio os edifícios de apartamentos, casas de habitação coletiva, etc;

c) Não serão computadas as edificações secundárias como sejam: garagens, quartos isolados, desde que façam parte da edificação principal, nem os galpões e os prédios em construção;

d) Os prédios de construção mista, bem como outros tipos permitidos pela Prefeitura local e pela mesma classificados distintamente dos demais (taipa, etc), devem ser registrados em "outros tipos".

Atendendo a que, em virtude do disposto nos "Convênios Nacionais de Estatística Municipal," de 1942, os Municípios delegaram ao Instituto a função administrativa concernente ao levantamento da estatística municipal, a Secretaria-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística baixou instruções de caráter experimental, a 1.º de setembro de 1949, destinadas à organização do cadastro imobiliário das cidades e vilas, junto às Agências Municipais de Estatística, e a sua permanente atualização.

O objetivo dessa iniciativa era o de fixar "normas uniformes e sistemáticas para a orientação dos servidores das Agências Municipais de Estatística quanto ao levantamento do efetivo imobiliário da cidade e das vilas do Município e à organização e manutenção do respectivo cadastro." As instruções em apêço fixaram conceitos atinentes às unidades sujeitas a registro. Assim, o prédio foi definido como "tôda construção permanente, de qualquer material, utilizada, ou destinada a ser utilizada, como habitação ou como sede de entidades, repartições ou estabelecimentos que exerçam atividades de natureza não doméstica."

Para fins do cadastro, foram considerados "prédios"

"Casa — construção destinada exclusivamente a moradia;"

"Edifício — construção constituída por um conjunto de domicílios (apartamentos) ou destinada a outros fins que não os de domicílio (repartições públicas, igrejas, fábricas, estabelecimentos comerciais, escritórios, etc) ou a um e outro fim, conjuntamente";

"Barracão — (galpão ou barraco) — construção ligeira de alvenaria ou madeira, coberta de telha ou outro material, com ou sem paredes externas, e destinada a habitação ou a outros fins", e

"Casebre — (palhoça, choça ou mocambo) — construção rústica de qualquer material, destinada a habitação"

“Terreno — é a porção de terra desocupada, situada no alinhamento ou à margem da área reservada aos logradouros públicos, aproveitável para a construção de prédios, segundo as exigências das posturas municipais”.

Para a execução do serviço foram adotados os seguintes instrumentos de registro:

- a) Caderneta de cadastro;
- b) Ficha “Cadastro Imobiliário Urbano-(Terrenos)”;
- c) Ficha “Cadastro Imobiliário Urbano-(Prédios)”

A Caderneta de Cadastro contém, na primeira parte, fôlhas para o registro dos dados, a saber:

- a) Logradouro (nome oficial, nome popular ou tradicional, bairro, quarteirão, lado).
- b) Número do prédio ou terreno.
- c) Categoria.
- d) Número de pavimentos.
- e) Natureza do material (da construção e da cobertura).
- f) Número de dependências segundo a aplicação (residência — hospedagem — indústria — comércio — escritórios — fins sociais — fins educacionais — serviço público — outras aplicações).
- g) Testada do terreno (m) (parte construída e parte livre)
- h) Melhoramentos (água encanada — luz elétrica — esgoto — telefone).
- i) Observações.

A ORGANIZAÇÃO do cadastro compreende duas fases: o arrolamento e a movimentação, competindo a primeira à Agência Municipal de Estatística, enquanto que, para a movimentação, torna-se necessária a interferência da autoridade municipal em auxílio da Agência de Estatística.

Recomendações especiais foram feitas no sentido de assegurar atualização ao cadastro, reconhecendo-se que, para isso, torna-se indispensável a cooperação das autoridades municipais no sentido de que a Agência de Estatística tenha conhecimento de todos os atos que importem na concessão de licenças para construção, demolição, modificação interna, etc.

Em decorrência da atual estrutura da estatística brasileira, integrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística todos os serviços estatísticos das três órbitas políticas em que se divide o País, existindo, em cada Unidade da Federação, repartição central de estatística e em cada Município uma Agência de Estatística administrada e mantida pelo Instituto, está a estatística brasileira perfeitamente aparelhada a coligir e divulgar dados completos sobre habitação, desde que se concretizem as providências adotadas no sentido de fazer funcionar com eficiência a mais adequada fonte de coleta representada pelo cadastro imobiliário municipal.

No atual estágio de desenvolvimento da estatística nacional, verificou-se, não obstante a reconhecida deficiência da fonte de informações, alguma melhoria na qualidade e na extensão dos dados divulgados sobre a matéria em foco. Pela primeira vez, foi possível divulgar séries estatísticas sobre habitação, de âmbito nacional, primeiramente, compreendendo as Capitais das Unidades da Federação e, mais tarde, ampliar o campo da investigação com a divulgação de dados relativos a todas as sedes municipais.

A partir do ano de 1937, tendo por base os dados obtidos através das *Campanhas Estatísticas*, teve início pelo *Anuário do Brasil* a divulgação de resultados da estatística da habitação relativos a todas as Capitais brasileiras. Os prédios existentes foram distribuídos segundo o número de pavimentos e segundo o destino (residenciais, não residenciais e mistos). No mesmo número do *Anuário* — Ano IV, 1938 — encontram-se dados sobre os prédios existentes no Distrito Federal (quadros urbano e suburbano), segundo a época da construção, tendo por base o levantamento cadastral de 1929, a que nos reportamos anteriormente e ainda segundo o número de pavimentos dos prédios de alvenaria. No *Anuário do Brasil*, Ano V, 1939, foram divulgados resultados sobre a construção de prédios no Distrito Federal, no período 1937-1939, segundo as circunscrições administrativas, o número de pavimentos e a área de piso construída, esta correspondente ao período 1938-1939. Essa mesma publicação contém dados sobre as edificações existentes nos quadros urbano e suburbano das Capitais das Unidades da Federação, relativas ao período 1937-1938, caracterizadas segundo o número de pavimentos e segundo o destino (residenciais, não residenciais e mistas), contendo ainda, um quadro, com as mesmas especificações, totali-

zando os prédios existentes em tôdas as sedes municipais de cada Unidade da Federação.

No número VI do *Anuário do Brasil*, correspondente ao período 1941/1945, foram divulgados dados sôbre os prédios recenseados em 1940, nas Unidades da Federação e em cada uma das respectivas capitais, segundo a localização (urbana, suburbana e rural). A estatística predial foi enriquecida com uma nova série, a partir do ano de 1940, relativa às construções civis licenciadas nos Municípios das Capitais, segundo o número de edifícios, a área (m²) e a área de piso (m²). Nesse número do *Anuário* foi omitida a série correspondente aos prédios existentes nas sedes municipais, obtida através das Campanhas Estatísticas.

No *Anuário do Brasil*, números VII, VIII e IX, correspondentes, respectivamente, aos anos de 1946, 1947 e 1948, os dados publicados se limitaram aos resultados do censo de 1940, já divulgados anteriormente. A partir do ano de 1948, foram omitidos no *Anuário do Brasil* os resultados sôbre prédios recenseados, prédios existentes e construções civis licenciadas, sendo que estes últimos passaram a ser divulgados através do *Boletim Estatístico*, editado pelo Instituto e de periodicidade trimestral.

O Serviço de Estatística da Educação e Cultura, do Ministério da Educação e Cultura, órgão integrante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cujo campo de atribuições compete a apuração dos dados sôbre melhoramentos urbanos, aí compreendidos os aspectos relacionados com a estatística da habitação, divulgou, pela *Revista Brasileira dos Municípios* — n.º 28, Ano VII — outubro-dezembro de 1954 — dados relativos ao número de prédios existentes em cada uma das sedes municipais do País. Foi essa a primeira publicação a conter dados dessa espécie com tal amplitude geográfica. Aquêlê órgão editou uma outra publicação sôbre melhoramentos urbanos, contendo dados relativos ao ano de 1952, sôbre os prédios existentes nas cidades, vilas e povoados brasileiros integrantes dos 1 933 Municípios então existentes. O número de prédios encontrados naqueles núcleos de população atingia, então, a 4 960 491, dos quais, 3 145 621 de alvenaria. Esses prédios foram distribuídos, em três tabelas, a primeira totalizando as cidades, por Unidade da Federação, a segunda distribuindo-os pelas respectivas Capitais e a terceira, condensando os relativos às vilas e povoados, por Unidade da Federação.

CONCLUSÕES

1. O cadastro imobiliário mantido pelas Prefeituras Municipais é a principal fonte de coleta, na estatística permanente, de dados sôbre habitação, no Brasil.

2. Não adotam as Prefeituras normas uniformes na organização e atualização do cadastro imobiliário, mantendo-o com a finalidade exclusiva de superintender o lançamento e a coleta de impostos incidentes sôbre a propriedade imóvel, sendo, em geral, bastante deficiente dito cadastro.

3. Não obstante a reconhecida deficiência da fonte de coleta, os dados estatísticos sôbre habitação continuam a ser obtidos por intermédio das Agências de Estatística de cada Município, através das Campanhas Nacionais de Estatística, de periodicidade anual.

4. O Governo Federal e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir de 1936, através de deliberações, pronunciamentos e recomendações, adotaram um conjunto de providências tendentes a proporcionar as bases legais e administrativas necessárias à criação e manutenção do cadastro imobiliário municipal, reconhecendo a sua importância como fonte de coleta dos dados indispensáveis à elaboração de várias estatísticas, inclusive as relativas à habitação.

5. Anteriormente à data da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, devido a ser, então, deficiente a estrutura da estatística brasileira, nenhum resultado de âmbito nacional foi divulgado sôbre estatística da habitação.

6. A partir do ano de 1937, sob o regime presidido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram divulgados os primeiros resultados obtidos pela estatística permanente, referentes à habitação, compreendendo as Capitais brasileiras, sendo dados à publicação, em 1954, os resultados correspondentes a tôdas as sedes municipais do País, relativos a 1952. Até então, os únicos resultados conhecidos, de âmbito nacional, eram os obtidos através dos recenseamentos gerais.

FREDERICO PIMENTEL GOMES

(Da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo)

DEMONSTRAÇÃO PELA ÁLGEBRA DE MATRIZES DO MÉTODO DOOLITTLE ABREVIADO

1 Introdução

AO APLICAR o método dos quadrados mínimos com um modelo matemático linear em que figurem os parâmetros p_1, p_2, \dots, p_k , obtemos um sistema de equações normais

$$(1.1) \quad \begin{cases} a_{11} \hat{p}_1 + a_{12} \hat{p}_2 + \dots + a_{1k} \hat{p}_k = Y_1 \\ a_{21} \hat{p}_1 + a_{22} \hat{p}_2 + \dots + a_{2k} \hat{p}_k = Y_2 \\ \dots \\ a_{k1} \hat{p}_1 + a_{k2} \hat{p}_2 + \dots + a_{kk} \hat{p}_k = Y_k \end{cases}$$

que, na notação da álgebra de matrizes, pode ser expresso por

$$(1.2) \quad A\hat{p} = Y,$$

onde $A = (a_{ij})$ é a matriz simétrica dos coeficientes de (1.1) e

$$\hat{p} = \begin{bmatrix} \hat{p}_1 \\ \hat{p}_2 \\ \dots \\ \hat{p}_k \end{bmatrix}, \quad Y = \begin{bmatrix} Y_1 \\ Y_2 \\ \dots \\ Y_k \end{bmatrix},$$

sendo Y_i ($i = 1, 2, \dots, k$) funções lineares das observações y_1, y_2, \dots, y_n . Conhecidas as soluções de (1.2), a soma dos quadrados dos desvios relativa aos r graus de liberdade ($r \leq k$) dessas k funções lineares pode ser calculada pela conhecida fórmula (1, pp 27-28)

$$S^2 = \sum \hat{p}_i Y_i,$$

que, na notação da álgebra de matrizes, se transforma em

$$(1.3) \quad S^2 = \hat{p}' Y$$

Mas o método Doolittle abreviado nos permite calcular de maneira mais simples e mais rápida essa soma de quadrados. Para isso pri-

meiro operamos com as equações (1.1) de maneira a obter um novo sistema

$$(1.4) \quad \begin{cases} b_{11} \hat{p}_1 + b_{12} \hat{p}_2 + \dots + b_{1k} \hat{p}_k = Z_1 \\ \dots \\ b_{22} \hat{p}_2 + \dots + b_{2k} \hat{p}_k = Z_2 \\ \dots \\ b_{kk} \hat{p}_k = Z_k \end{cases}$$

o que é sempre possível, desde que se tomem os parâmetros em ordem conveniente. Isto equivale a pré-multiplicar ambos os membros de (1.2) por uma matriz não-singular

$$C = \begin{bmatrix} 1 & 0 & 0 & 0 \\ c_{21} & 1 & 0 & 0 \\ c_{31} & c_{32} & 1 & 0 \\ \dots & \dots & \dots & \dots \\ c_{k1} & c_{k2} & c_{k3} & 1 \end{bmatrix},$$

tal que $CA = B$ tenha nulos todos os elementos abaixo da diagonal principal

Temos então

$$(1.5) \quad S^2 = \sum \frac{Z_i^2}{b_{ii}},$$

onde o somatório inclui só os termos para os quais $b_{ii} \neq 0$. Precisamos demonstrar esta fórmula a partir de (1.3)

2 Caso de A Não-Singular

Quando A é não-singular ($r = k$), a matriz diagonal

$$(2.1) \quad CAC' = D = \begin{bmatrix} b_{11} & 0 & 0 & 0 \\ 0 & b_{22} & 0 & 0 \\ 0 & 0 & b_{33} & 0 \\ \dots & \dots & \dots & \dots \\ 0 & 0 & 0 & b_{kk} \end{bmatrix} \\ = \text{diag} [b_{11}, b_{22}, \dots, b_{kk}],$$

congruente com A , é também não-singular (2, pp 89-91), logo existe D^{-1} . Então a fórmula (1 5) se transforma em

$$(2 2) \quad S^2 = (D^{-1} CY)' CY,$$

na notação da álgebra de matrizes. Esta é a fórmula que devemos demonstrar.

Consideremos a expressão

$$u = (D^{-1} CY)' CY$$

Como $A\hat{P} = Y$ e A e D são simétricas, temos:

$$u = (D^{-1} CA\hat{P})' CY = \hat{P}' AC' D^{-1} CY$$

Mas de (2 1) resulta que $AC' = C^{-1}D$. Logo

$$u = \hat{P}' C^{-1} DD^{-1} CY = \hat{P}' Y = S^2$$

3 Caso de A Singular

No caso, mais comum, de A ser singular, isto é, quando $r < k$, D também é singular, logo não existe a matriz D^{-1} . Mas mesmo assim subsiste a fórmula (1 5). Como representá-la na notação de matrizes e como demonstrá-la?

Se tivermos r graus de liberdade ($r < k$) então A terá característica r e

$$CAC' = M = \text{diag} [b_{11}, k_{22}, \dots, b_{rr}, 0, \dots, 0],$$

com $b_{ii} \neq 0$ para $i = 1, 2, \dots, r$. Além disso, para que o sistema (1 1) seja compatível é preciso que tenhamos

$$Z_{r+1} = Z_{r+2} = \dots = Z_k = 0,$$

isto é, que $Z = CY$ tenha nulas as últimas $(k - r)$ linhas.

Consideremos a matriz

$$D = \text{diag} [b_{11}, b_{22}, \dots, b_{rr}, 1, \dots, 1]$$

Então (1 5) se transforma em

$$(3 1) \quad S^2 = (D^{-1} CY)' CY$$

como anteriormente e é necessário demonstrar esta fórmula.

Consideremos o segundo membro de (3 1), que designaremos por u . Como $A\hat{P} = Y$, fica:

$$u = \hat{P}' AC' D^{-1} CY$$

Mas $CAC' = M$, logo $AC' = C^{-1}M$ e temos

$$u = \hat{P}' C^{-1} MD^{-1} CY.$$

Além disso

$$\begin{aligned} MD^{-1} &= \text{diag} [1, 1, \dots, 1, 0, \dots, 0] \\ &= \text{diag} [1, 1, \dots, 1, 1, \dots, 1] - \\ &\quad - \text{diag} [0, 0, \dots, 0, 1, \dots, 1] \\ &= I - G \end{aligned}$$

Segue-se que

$$u = \hat{P}' C^{-1} ICY - \hat{P}' C^{-1} GCY$$

Mas as r primeiras colunas de G são nulas, e o mesmo acontece com as $(k - r)$ últimas

linhas de CY . Logo o produto GCY é nulo e fica:

$$u = \hat{P}' Y,$$

o que demonstra (3 1) e, pois, também (1 5).

4 Abstract

Suppose we have the normal equations

$$(4 1) \quad A\hat{P} = Y,$$

where A is a $k \times k$ symmetric matrix and

$$\hat{P} = \begin{bmatrix} \hat{p}_1 \\ \hat{p}_2 \\ \vdots \\ \hat{p}_k \end{bmatrix}, \quad Y = \begin{bmatrix} Y_1 \\ Y_2 \\ \vdots \\ Y_k \end{bmatrix},$$

being p_1, p_2, \dots, p_k the parameters of the linear model and Y_1, Y_2, \dots, Y_k linear functions of the observations y_1, y_2, \dots, y_n . Then it can be proved (1, pp 27-28) that the sum of squares S^2 belonging to those k linear functions is given by the formula

$$S^2 = \hat{P}' Y$$

However the abbreviated Doolittle technique allows the use of a formula which is more convenient in many cases. We first pre-multiply both sides of (4 1) by a matrix

$$C = \begin{bmatrix} 1 & 0 & 0 & 0 \\ c_{21} & 1 & 0 & 0 \\ c_{31} & c_{32} & 1 & 0 \\ \vdots & \vdots & \vdots & \vdots \\ c_{k1} & c_{k2} & c_{k3} & 1 \end{bmatrix}$$

such that all elements below the diagonal of CA are zero. This is always possible if we take the parameters in a convenient order. We obtain

$$CAP = CY$$

Now assume that A is non-singular and consider the expression

$$u = (D^{-1} CY)' CY,$$

where $D = CAC' = \text{diag} (b_{11}, b_{22}, \dots, b_{kk})$.

Since $Y = A\hat{P}$, we obtain

$$\begin{aligned} &= (D^{-1} CA\hat{P})' CY \\ &= \hat{P}' AC' D^{-1} CY \\ &= \hat{P}' C^{-1} DD^{-1} CY \\ &= \hat{P}' Y \\ &= S^2 \end{aligned}$$

If A is singular, of rank $r < k$, then

$$CAC' = M = \text{diag} [b_{11}, b_{22}, \dots, b_{rr}, 0, \dots, 0]$$

is singular also and has the same rank. Let us consider now the non-singular matrix

$$D = \text{diag} [b_{11}, b_{22}, \dots, b_{rr}, 1, \dots, 1]$$

and let us take, as before,

$$\begin{aligned} u &= (D^{-1} CY)' CY \\ &= \hat{P}' AC' D^{-1} CY \end{aligned}$$

Since $CAC' = M$, we have $AC' = C^{-1}M$, so that

$$u = \hat{P}' C^{-1} MD^{-1} CY$$

Also

$$\begin{aligned} MD^{-1} &= \text{diag} [1, 1, \dots, 1, 0, \dots, 0] \\ &= I - \text{diag} [0, 0, \dots, 0, 1, \dots, 1], \\ &= I - G, \end{aligned}$$

hence

$$u = \hat{P}' Y - \hat{P}' C^{-1} GCY$$

But, if equations (4.1) are consistent, the last $(k - r)$ rows of CY must be zero. Since

the r first columns of G are zero, GCY is a zero matrix, so that

$$u = \hat{P}' Y = S^2.$$

This completes the proof of the formula

$$S^2 = (D^{-1} CY)' CY$$

used in the abbreviated Doolittle technique

5 Bibliografia

- (1) BOSE, R. C. — "Least Squares Agents of Analysis of Variance" (mimeografado)
- (2) PERLIS, SAM — "Theory of Matrices" Addison-Wesley Press, Cambridge (Mass.), 1952
- (3) DWYER, PAUL — "A Matrix Presentation of Least Squares and Correlation Theory with Matrix Justification of Improved Methods of Solution" *Annals Math Stat* XV : 82-89, 1944

CONSELHEIRO NICOLAU TOLENTINO

A PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO EM 1856

É ESTA a segunda e última parte do relatório do Conselheiro Nicolau Tolentino, Presidente da Província do Rio de Janeiro, apresentado à Assembléa Legislativa, cuja publicação foi iniciada em o número anterior desta REVISTA

OBRAS PÚBLICAS

CHEGO, senhores, ao assunto da mais transcendente magnitude para o desenvolvimento material da nossa província; ante êle, e em presença dos poucos elementos de estudo que possui a presidência, acanha-se ainda mais a pequenez de meus conhecimentos

Na falta de uma carta exata, ou quando menos, melhor do que a que possuímos, difícil é, àqueles mesmos que mais praticamente conhecem a província, o avaliar seu sistema de vias de comunicação; nem essa falta deixará que possa êste ser melhorado no sentido das verdadeiras conveniências do trânsito público

A isso talvez em grande parte se deva o estarmos continuamente abrindo novas estradas, sem tóda a atenção aos resultados que elas podem produzir em prejuízo de outras anteriormente feitas, matando às vèzes povoações nascentes, a que estas últimas deram vida e incremento, e destruindo assim capitais de que tanto necessitamos para fecundar as fontes de nossas riquezas naturais

Nas condições topográficas da nossa província, parece-me que suas vias gerais de comunicação deveriam prender-se a um sistema complexo e combinado com o das províncias limítrofes, estabelecendo assim grandes artérias, que partindo dos nossos centros, ou grandes mercados, e transpondo as serras, fôsem atravessando os lugares mais azados do interior, distribuindo aí sua rêde de caminhos vicinaes, e convergentes todos para essas grandes artérias, que judiciosamente estabelecidas, teriam a dupla vantagem de ser estradas nacionais adaptadas, ao mesmo tempo, ao trânsito peculiar da província e ao geral das outras

Por êste acôrdo sistemático creio ainda que atendíveis economias se poderiam realizar nessas grandes construções sob o mesmo regime, pensamento e execução

E já que toquei na questão da carta da província, seja-me lícito dizer, que enquanto não nos é possível conseguir uma carta corográfica fiel, muito convém ir desde já reunindo todos os dados existentes a respeito das inexatidões da que possuímos, e com êsses elementos, para o que devem por certo muito concorrer 13 engenheiros que tem a província em diversos pontos empregados, proceder-se ao que acertadamente dispôs o art 3º da Lei n.º 692, de 2 de outubro de 1854, que medindo bem as dificuldades práticas para a obtenção dêsse importante trabalho, limitou-se a mandar copiar a carta coordenada e desenhada em 1839 com tódas as correções desde já possíveis, que a tanto equivale o melhoramento gradual que, por ora, nos é dado pretender em matéria semelhante. Se me couber em tempo, esforçar-me-ei por preparar alguma coisa no sentido da execução da pré-citada lei

SÃO as verbas mais consideráveis de nossas leis de orçamento, as que consignam fundos para obras públicas, os quais em sua máxima parte são aplicados às vias de comunicação. Votando-os, o corpo legislativo compenetra-se da mais urgente necessidade da situação; porque, de fato, facilitar, abreviar e multiplicar as vias públicas, deve ser um dos nossos maiores empenhos; elas constituem por assim dizer o sistema arterial de um país. Quanto mais facilmente se operar a circulação pelos seus diversos ramos, tanto mais ativa será a sua vida industrial, e tanto maior, conseqüentemente, a sua riqueza. Se não fôra uma verdade intuitiva o que assim enuncio, e que *a priori* concebels, ter-se-lia sua demonstração prática nos estados norte-americanos, onde a abertura de canais e estradas, operaram em poucos anos uma maravilhosa transformação em suas matas, do meio das quais surgiram, como por encanto, cidades que hoje ostentam tódas as galas da civilização moderna. No entretanto pede a prudência que na decretação

de novos melhoramentos desta natureza, sejam bem consultados os recursos do tesouro provincial, já tão onerado de despesas, e sobretudo que tirando lição do passado nos não empenhemos em muitas empresas; porque a experiência de cerca de vinte anos nos mostra que grande número de obras em andamento ao mesmo tempo, com pequenas consignações, quer dizer numeroso pessoal, pouco serviço e ausência de fiscalização, pois que assim os cuidados da autoridade central têm de distrair-se para muitos pontos. Homem novo na administração, sem os necessários dados para avaliar todos os elementos de nossa riqueza, não posso assegurar se, para ocorrer aos melhoramentos materiais, havemos em demasia hipotecado o futuro; prevejo, porém, em vista da crise por que está passando a lavoura, principal fonte de nossa riqueza, e calculando os compromissos contraídos, que poderemos achar-nos diante de uma situação financeira embaraçosa, se desde já não procedermos com tento e economia.

Contrista, em verdade, a história das obras da provincia. Enormes somas se tem despendido na intenção de dotá-la com vias de comunicação cômodas e fáceis ao trânsito público; estradas se tem contratado sob condições que, a serem fielmente desempenhadas, já a esta hora teríamos magníficos caminhos de carro nas mais importantes irradiações da provincia; e no entretanto essas estradas, pagas por avultados preços, na crença de que serão construídas sólida e convenientemente, aí estão para atestar a perda dos dinheiros públicos, descobrir a mistificação de que foi vítima a provincia, e justificar os clamores que o povo levanta contra o mau uso das contribuições com que o tributam.

Os interesses dos empresários, as conveniências dos particulares, os caprichos das influências locais, e o desleixo de alguns agentes da administração, vêm todos acumulados embater sobre o tesouro provincial e destruir-lhe os recursos, sem o grande fim de sua applicação, que está na vantagem do serviço prestado ao público. Argumentam os empresários com delongas e protelações da parte da administração em mandar examinar as obras contratadas; e se por acaso sobrevém então alguma enchente, a ela se socorrem com acodamento, para explicar o mau estado dessas obras, assim destruídas pelo efeito de força maior, que sempre lhes acode com oportunidade; mas, de feito, desmanchadas pela ligeireza e imperfeição com que foram construídas.

Contudo, se é verdade que muitos contratantes deixam de cumprir as obrigações a que se sujeitaram para obter a fatura das obras da provincia, também não é menos certo que algumas vezes tem-se ela descuidado de exercer oportunamente, por intermédio de seus engenheiros, a inspeção que lhe incumbe, acontecendo mesmo, a respeito de estradas que os respectivos empreiteiros dão por concluídas, e que a provincia paga, o ficarem sem conservação; e sabeis bem que a melhor estrada, sem conservação, em breve torna-se péssima; de modo que não só serve esse fato de acobertar as faltas de tais empreitei-

ros, como de converter em pura perda dos cofres e da moralidade da fiscalização, os dispendios feitos com miras na utilidade e nos melhoramentos da provincia.

Longe, bem longe de mim, alto o declaro, está o menor laivo de censura nas palavras que venho de proferir. Conheço o zelo de todos quantos têm administrado a provincia do Rio de Janeiro, e que eu sou o primeiro a acatar cordialmente; circunstâncias porém mais fortes que sua vontade e seus meios de ação, filhas do modo de ser da nossa actual sociedade, e congênicas mesmo com a natureza desses trabalhos, ainda em países com outros elementos de obtenção, têm contrariado os desejos e os esforços desses ilustrados cidadãos neste pósto espinhoso e cheio de provações.

Desculpai o que porventura houver de aventureiro no que venho de dizer; sou a isso levado pelo mesmo móvel que aqui vos reúne: a prosperidade da nossa provincia.

Careço agora de toda a vossa indulgência para ouvirdes as poucas informações que sobre tão importante ramo de serviço me é possível prestar-vos, como um ligeiro aditamento ao que mais profusa e útilmente encontrareis no relatório do exmo presidente da provincia: referem-se elas tão-somente ao curto período de minha administração.

OBRAS DA CAPITAL

MATRIZ DA CAPITAL — Cabe-me felizmente o anunciar-vos que estão por fim terminadas todas as obras internas da Igreja Matriz de São João Batista de Niterói, faltando tão-somente acabar de colocar em tórno dela o lajedo e a grade que a devem circundar.

Despendeu esta construção mais de 14 anos de trabalho e a avultada soma de 487:476\$310, a saber:

| | | |
|-----------|------------------------|--------------|
| No ano de | 1842 a 1843 | 33:040\$000 |
| | 1843 a 1844 | 23:295\$100 |
| | 1844 a 1845 | 28:947\$067 |
| | 1845 a 1846 | 27:185\$950 |
| | 1846 a 1847 | 16:112\$334 |
| | 1847 a 1848 | 23:153\$781 |
| | 1848 a 1849 | 8:532\$663 |
| | 1849 a 1850 e semestre | 10:160\$641 |
| | 1851 | 28:457\$925 |
| | 1852 | 98:436\$392 |
| | 1853 | 113:687\$990 |
| | 1854 | 34:985\$977 |
| | 1855 | 27:699\$856 |
| | 1856 | 13:780\$634 |

487:476\$310

Esta soma ainda terá de ser aumentada com a de 14 ou 16 contos para concluir as obras externas acima referidas. Cumpre todavia observar, que algumas obras de pequena importância se fizeram na capital, à custa da consignação e dos recursos que eram peculiares a esta edificação. Foi um dos fardos pesados de que se aliviou a administração da provincia.

MATRIZ DE SÃO LOURENÇO — Ao tomar conta da presidência achei procedendo-se à desapropriação do terreno necessário para a matriz de São Lourenço, de conformidade com a autorização e a planta para a fatura d'êste edificio; confesso-vos, porém, que me não animei a comprometer os cofres provinciais neste novo empenho, quando apenas se está concluindo o de que venho de falar-vos, que tão oneroso lhes foi. Não sei mesmo se é uma daquelas necessidades mais urgentes, e que deva por isso merecer immediata preferência, em presença de muitas outras igrejas de diferentes localidades, com menos recursos espirituais. Para servir de matriz, a lei n.º 710, de 11 de outubro de 1854 havia mandado desapropriar a capela de Sant'Ana, que generosamente foi depois doada à provincia por seu possuidor; malograram-se, porém, as piedosas intenções do cidadão que fêz essa oferta, e dela só resultou um improficuo ónus aos cofres, da quantia de 1:000\$000 rs, em que importou a demolição que se mandou fazer da mencionada capela, por ameaçar imminente ruína; não se podendo no mesmo terreno edificar a nova matriz projetada, porque parece que não foi êste incluído na doação feita, segundo sou informado, a qual só havia sido do edificio

QUARTEL DO CORPO POLICIAL — Despendeu-se com êste edificio até principio de 1855, em que se suspendeu a obra, a quantia de 70:460\$149

Existindo por concluir-se uma parte dêle, no entretanto, que já estava com as paredes da frente acabadas, faltando apenas a dos fundos, estando com tôda a cantaria assente, e achando-se assim exposta esta porção importante de obra às intempéries do tempo, que poderiam trazer brevemente a perda das somas despendidas em levá-la ao ponto em que se achava, entendí como uma medida econômica utilizar, enquanto era tempo, as despesas feitas, tanto mais que, além da elegância e acabamento da fachada do edificio, que tenho agora por consideração de ordem secundária,

Compra da propriedade e sua planta
Obras — por administração
 por arrematação

Sustento de colonos e de africanos livres empregados nos enterramentos
Vencimentos dos empregados

| | |
|----|-------------|
| | 12:771\$750 |
| | 15:749\$820 |
| | 53:882\$744 |
| | 69:632\$564 |
| | 1:065\$440 |
| | 1:451\$109 |
| Rs | 84:920\$863 |

A maior algazarra, porém, devem necessariamente subir estas obras, atentas as exigências do serviço d'êste estabelecimento; e por isso cumpre que as computeis na designação dos fundos que autorizardes para a verba de obras públicas

Releva de mais informar-vos que, por ocasião da epidemia, e não estando ainda aterrada a parte inferior do cemitério, fizeram-se enterramentos em um terreno contiguo, de propriedade de herdeiros de C. Luis Machado, continuando-se ai a praticar sepulturas, por não estar ainda convenientemente preparada

dária, havia efetivamente necessidade de accommodações, senão para as praças que ordinariamente residem no quartel, ao menos para melhor serviço do corpo, sua arrecadação e cozinha, e até para uma prisão adicional à da casa de detenção, que atenta à pequenez desta, se pode ali provisoriamente estabelecer

Mandei pois orçar a despesa para a conclusão do lanço começado, e sendo ela estimada na importância de 19:722\$500 rs, entendi preferível fazer a obra por arrematação, para o que mandei pô-la em hasta pública.

A pedido do comandante do destacamento de linha existente nesta cidade, ordenel que se fizessem ligeiros reparos no pavimento que serve de quartel, por ter reconhecido sua necessidade.

CEMITÉRIO DE MARUÍ — Pelo art. 2.º da Lei n.º 501, de 9 de abril de 1850, autorizastes a presidência a despender até 10:000\$000 rs com a obra do cemitério público na cidade de Niterói

Em fevereiro de 1853 efetuou-se, como sabeis, a compra de uma propriedade particular, sita em Maruí, que importou em rs 12:402\$350. A especialidade do terreno de tôda a frente desta propriedade, tornou indispensável aterrar-se uma extensa linha à margem do mangue com que êle confinava, e bordá-la tôda de um cais sôbre o qual se assentou uma rua de 60 palmos de largo, que acompanha a testada do referido terreno, no sentido longitudinal do muro que a divide do cemitério. Tendo-se igualmente aterrado a parte interna d'êste, reconheceu-se mais tarde que o atêrro praticado não era ainda sufficiente para evitar que as sepulturas ficassem inundadas pela água que se encontrava logo nas primeiras camadas de escavação; sendo por isso mister fazer-se um novo aterramento, a que se está procedendo por arrematação

As despesas até fim de junho último feitas com êste serviço, são as seguintes:

a área do cemitério em que deviam elas ter lugar. Daqui resulta a necessidade de autorizardes a presidência a desapropriar a parte dos terrenos contiguos, que é hoje indispensável adquirir, não só para não dar a autoridade o mau exemplo de invadir a propriedade alheia, como para poder isolar o recinto dos jazigos existentes das chácaras vizinhas, por meio de um muro que o circule

Em presença dos dispêndios feitos, e do que tem ocorrido, força é fazer ainda êste sacrificio, que deve porém ser de pouco valor, uma vez que a desapropriação seja como

lgo, sòmente da parte dos terrenos próximos, e não de tôdas as propriedades a que elles pertencem.

Mandei levantar uma planta não só do cemitério como dos terrenos adjacentes, e sòbre ella traçar as porções destinadas aos enterramentos dos cadáveres pertencentes às irmandades, que ali têm seus jazigos separadamente do dos outros cadáveres, com designação das áreas para os carneiros e para as covas simples; bem como os espaços em que se devem praticar as ruas e plantio de arvoredos ou relva, para embelezamento do lugar, adaptado tudo à fisionomia e proporções do terreno

O resultado dêsse trabalho foi ficar dividida a área do cemitério em 8 grandes quadras, das quais 4 foram escolhidas pelas irmandades do SS Sacramento, de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Rosário. A primeira tem construídos na sua quadra 45 carneiros, e prossegue fazendo outros

Nas quatro quadras restantes, que constituem o cemitério para o público em geral, existem 55 carneiros para adultos e 30 para inocentes; procede-se à feitura de alguns outros para estes últimos, dos quais há mais falta

O custo médio de cada carneiro para adultos tem sido de 80\$000 e para os menores de 50\$000

Em regulamento de 16 de abril último estabeleceu o senhor conselheiro presidente da província o serviço dêste cemitério; e como não se tenha ainda podido fazer com que alguma irmandade ou empresário dêle se encarregue, conforme foi recomendado pela lei n.º 776 de 19 de setembro do ano findo, ficou sua administração provisoriamente a cargo do chefe de polícia, incumbindo-lhe a escrituração, contabilidade e todo o custeio do estabelecimento, e bem assim a percepção das taxas; as quais, porém, havendo sido marcadas pela deliberação de 30 de outubro do mesmo ano findo, que este regulamento mandou invalidar, indispensável era que fôsem de novo estabelecidas

Mandei organizar os modelos para a respectiva escrituração, e ordenei que por enquanto subsistissem as mesmas taxas, até serem definitivamente fixadas, quando esta administração fôsse entregue a qualquer emprêsa particular

Parece-me, no entretanto, exagerado o pesoal que lhe foi dado por deliberação de 30 de outubro passado, que só a quadra calamitosa por que passamos poderia justificar

OBRAS EM OUTROS PONTOS DA PROVÍNCIA

Matrizes

MATRIZ DE SÃO SALVADOR DE CAMPOS — Constando de officios do reverendo vigário e do chefe do distrito o mau estado desta igreja, encarreguei o seu exame à comissão que o exmo presidente nomeara para examinar o canal do Nogueira, e recomendei-lhe que apre-

sentasse a planta de um novo templo, indicando o lugar mais próprio para sua colocação. Em 16 de junho último, tendo-me officiado a Câmara Municipal, participando que uma das tórres ameaçava próxima ruína, expedi ordem ao chefe do distrito para dar tôdas as necessárias providências, de modo a evitar-se qualquer desastre

MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA — O atual vigário, por ocasião de participar-me a sua posse, representou-me que não há ali capella em que se celebrem os officios divinos, e logo após, em 21 de junho, comunicou-me que vários fazendeiros estão dispostos a concorrer com o dinheiro e madeiras para a ereção de uma igreja que se orça em sete contos e quinhentos mil réis. Em presença da exiguidade desta quantia, da dificuldade de encontrar pessoas que o auxiliem no trabalho, e sobretudo da falta de operários, receia o reverendo vigário empreender a obra, e solicita a intervenção do govêrno. Recomendei-lhe que procurasse realizar a subscrição e recolher o seu produto à coletoria provincial, e na mesma data exige informações do chefe do distrito, ordenando-lhe que levantasse a planta e orçamento de um templo modesto, mas proporcionado ao desenvolvimento do lugar. Aguardo o resultado destas ordens para deliberar o que fôr conveniente

MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO DESTÊRRO DE ITAMBI — Ainda não estão concluídos os concertos arrematados pelo sr Antônio da Costa Cordeiro, a quem concedi uma prorrogação de prazo, atendendo a motivos valiosos que me alegou. Espero, porém, que em breve estará terminada esta obra

MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA JURUJUBA — Da sua conclusão depende a inauguração da freguesia, aliás urgente, porque os moradores do lugar, para obterem os socorros espirituais, são forçados a caminhar uma légua de estrada, em alguns pontos de difficil trânsito, ou a fazerem uma viagem por mar, que nem sempre é sem perigo. Atendendo a isto, ordenei ao chefe do distrito que orçasse as obras indispensáveis para concluir-se o templo, de modo que nêle se possam celebrar os officios divinos, e conto que terá isso lugar com brevidade

MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA — Constando-me que o cidadão sr Antônio Leite Pinto promovia para as obras desta matriz uma subscrição, que já em maio último orçava por 6:500\$000, exigi do chefe do 3.º distrito informações sòbre a consignação que deva ter para sua pronta conclusão

MATRIZ DE CABO FRIO — A comissão encarregada das obras desta matriz, participou-me em 15 do mês findo, haver já comprado a madeira necessária, que tratava de conduzir, a fim de começar os trabalhos da construção

Estradas

ESTRADA DO PRESIDENTE PEDREIRA — Em virtude de ordens do exmo. presidente, o engenheiro-chefe do distrito foi autorizado a contratar com quem mais vantagens oferecesse os melhoramentos desta estrada: e assim, vários contratos recebi, celebrados com Custódio José da Cunha, José Ferreira Gonçalves e Cristiano Joaquim da Rocha, os quais mandei examinar, a fim de serem definitivamente aprovados

O primeiro contratante toma a si os melhoramentos de 408 braças, compreendidas desde a muralha do morro do Franco até os paredões colocados na descida do mesmo; o segundo, 590 braças correntes a contar da entrada da ponte na rua da Câmara até à gruta existente na descida do Alto do Espigão; o terceiro os melhoramentos de taludes, escavações, alargamentos, cortes de valas e abaulamento da parte entre o valo divisório das terras do veador Camilo José Pereira de Faro, e as de Matias Gonçalves de Oliveira Roxo, e porteira da entrada da situação denominada S Paulo, pertencente ao dito veador

Todos êstes melhoramentos importam em 14:479\$464 réis

Sendo conveniente substituir a antiga estrada entre o alto do morro do Franco e o rio Paraíba, por uma outra a partir do pé da ponte em construção no dito rio, até encontrar no alto do referido morro a entrada dos paredões que guarnecem o bueiro de pedra ali existente, enviou-me o mesmo engenheiro o contrato feito com José Rodrigues Moreira, orçando as obras em 12:000\$000

Para resolver sobre esta construção, exigi a planta do terreno e informações circunstanciadas, que ainda não vieram

Além do serviço da construção e melhoramentos de que tenho falado, faz-se mister continuar algumas secções desta importantíssima estrada, cujo estado não é infelizmente o melhor, apesar do muito que nela já se tem despendido

Para isso contratou o engenheiro a conservação da 1ª secção com o cidadão sr Cândido Luís Teles de Macedo, da 3ª, com o sr dr. João Caetano da Costa e Oliveira, e finalmente do ramal para Vassouras, com o cidadão sr Custódio de Araújo Padilha

Por último, representando-me o engenheiro em ofício de 30 de junho, a necessidade de macadamizar e calçar algumas valetas em diversos lugares desta estrada, a fim de prevenir a formação de atoleiros na próxima estação, por portaria de 10 do passado autorizei semelhantes consertos, cuja importância é orçada em 12:611\$820

Tenho recomendado instantemente ao engenheiro que empregue todos os esforços em melhorar quanto antes esta estrada, pela importância da comunicação que ela facilita

ESTRADA QUE COMUNICA A DO PRESIDENTE PEDREIRA COM A DO CARNEIRO NA FREGUESIA DE SÃO

PEDRO E SÃO PAULO DE ITAGUAÍ — O mau estado desta estrada e o péssimo traço com que foi lançada, segundo as informações que tenho, tornam infrutíferos quaisquer consertos que se façam

O engenheiro do distrito é de parecer que se empreenda uma nova estrada com melhor traço, que deverá começar vinte e cinco braças acima da atual, na estrada do Presidente Pedreira, tendo a largura de vinte e cinco palmos em terreno firme

Cada braça corrente desta estrada deverá importar em 6\$000, sendo sua extensão total de 1 771 braças, cuja importância, bem como a de duas pontes e três pontilhões que se fazem precisos, monta a 20:136\$200

Careço conhecer de espaço esta questão, para poder convenientemente resolvê-la

ESTRADA DO PRESIDENTE — Esta estrada, uma das principais da província, comunica não só vários pontos de São Paulo e Minas, como atravessa os importantes municípios de Itaguaí, Piraí, Barra Mansa e Resende

No intuito de apressar sua conclusão, promovendo assim a facilidade de transporte para o mercado dos produtos da lavoura daqueles municípios, resolveu-se dividi-la em secções, que foram arrematadas por fazendeiros das localidades onde ela passa

As três primeiras secções foram contratadas em 19 de agosto de 1851 com o sr Antônio José de Oliveira Sampaio; a 4ª com os cidadãos srs João Batista Vieira Ferraz e Manuel Antônio Pereira da Cruz, que as arremataram em 10 de setembro do referido ano; e finalmente a última com o cidadão sr Antonino Pereira Gustavo

Tanto as secções a cargo do sr Antônio José de Oliveira Sampaio, como a de que se incumbiu o sr João Batista Vieira Ferraz, acham-se concluídas, restando apenas as pontes, pontilhões e bueiros da 1ª, 3ª e 4ª secções, que não entraram nos respectivos contratos

As sete léguas de estrada a cargo do cidadão sr Antonino Pereira Gustavo, deveriam ficar concluídas em 30 do mês findo; mas representando-me o arrematante que fôra obrigado a suspender os trabalhos por motivo da epidemia, concedi-lhe uma prorrogação de quatro meses, que termina em 30 de novembro próximo

Esta parte de estrada, da qual tenho boas informações, vai sendo executada com solidez e perfeição, restando cerca de uma légua para conclusão final

Por conta dos trabalhos feitos nas três primeiras secções recebeu o arrematante a quantia de rs 71:436\$000, e à vista da atestação do engenheiro do distrito, mandei entregar ao sr João Batista Vieira Ferraz a quantia de 10:914\$000, bem como ao sr Antonino Pereira Gustavo a de 70:000\$000 por conta dos 120 de seu contrato, sendo em dinheiro 40:000\$000 e em letras a 4, 5 e 6 meses, 30:000\$000

Contratei com o cidadão sr Manuel Martins do Couto Reis a conservação das três

secções desta estrada, bem como da geral, desde o rio Itaguaí até ao Ribeirão das Lajes, pela quantia de 11.000\$000 tomando êle a barreira de Itaguaí por 8.000\$000

A construção das pontes, pontilhões e bueiros da 1.^a e 3.^a secções, incumbi à solicitude do major sr Manuel José Cardoso e as da 4.^a ao zêlo dos prestimosos cidadãos srs José de Souza Breves e Valério Luis de Meneses, que destarte dão mais uma prova do seu útil patriotismo

ESTRADA DE ITABAPOANA AO RIBEIRÃO DE SANTO EDUARDO — Pela planta e respectivo orçamento, que vos foi apresentado na sessão passada acêrca da direção e custo de uma estrada desde a povoação de Itabapoana até a barra do Ribeirão de Santo Eduardo, se reconhecia ser o traço diretriz de semelhante estrada quase todo pela margem esquerda do Itabapoana em uma linha de 8 léguas e 1 700 braças, e ser a sua despesa orçada em 173.437\$500

Acontece, porém, que o engenheiro H de Klass, um dos que levantou a mencionada planta e confeccionou o orçamento na referida importância, declara agora que cometera um erro aritmético, multiplicando por 1\$500 rs o número das braças cúbicas e do atêrro e desatêrro a fazer, em vez de multiplicá-lo por 4\$500, resultando pelo engano do fator dêste cálculo, que semelhante orçamento foi elevado à subida soma de 394.822\$500, como vereis da demonstração que vos farei apresentar e que, quanto ao mais, combina com o orçamento primitivo

À vista de tão enorme despesa, que de pouca vantagem fôra, a não continuar-se a estrada desde Santo Eduardo até a serra de Prepetinga, parte esta talvez a mais urgentemente reclamada por agora para os produtos desta porção de território, onde começam a estabelecer-se fazendas de cultura que, pela uberdade do solo, prometem vantajosos frutos, resolvi procurar obter informações mais precisas não só a respeito da utilidade desta estrada, nas proximidades de um rio, que talvez possa ser todo navegável até Santo Eduardo ou mui aproximadamente, com menor dispêndio que o exigido pela fatura da via terrestre, como a respeito dos valores do orçamento, que agora me parecem exagerados, em uma linha que em sua máxima extensão é por sôbre terreno plano e de fácil obra

No entretanto, trazendo à vossa consideração estas observações, resolvereis se não conviria mais começar pela estrada da serra de Prepetinga até Santo Eduardo, enquanto se colhem informações mais positivas sôbre a navegabilidade do Itabapoana, daí até sua foz, mediante a destruição de alguns saltos do rio que a impedem nas cercanias dêste ponto

É uma importante via de comunicação que deve atrair para essas paragens muitos agricultores, e povoar seus imensos e férteis sertões, cujo futuro promete a tôda aquela extrema da provincia um papel importante, tanto na cópia das produções como na facilidade de sua exportação pela barra do Itabapoana

ESTRADA DO ATANÁZIO — Tendo a Câmara de Mangaratiba pedido meios para fazer esta estrada que fica entre o Atanázio e o Atanázio Pequeno, na freguesia de Itacuruçá, mandei-a orçar e ouvir a respeito o engenheiro, a fim de deliberar como melhor convenha

ESTRADA DE ITAGUAÍ — Estragada pelas chuvas, a que val pelo sertão de Ingaíba até Angra, necessita de reparos, segundo me representou a Câmara: mandei orçá-los

ESTRADA GERAL DE ITAGUAÍ — Desabando com as últimas chuvas uma parte do paredão da serra desta estrada, é mister reconstruí-lo, e para isso autorizei o engenheiro a contratar as obras necessárias, que se orçam em rs 8:085\$040

ESTRADA DA PARAÍBA PARA VASSOURAS — Em officio de 30 de maio representou-me a Câmara Municipal da Paraíba do Sul a conveniência da abertura de uma légua de estrada que evite um morro que dificulta o trânsito: mandei fazer os necessários exames e orçar êste melhoramento

ESTRADA DA VILA DÁ PARAÍBA AO PÔRTO DA ERICEIRA — Representou-me a mesma Câmara, nessa ocasião, a necessidade de seus reparos: mandei-os também orçar

ESTRADA DA PARAÍBA A BEMPOSTA — Vários fazendeiros das freguesias da Bemposta e S José do Rio Prêto, na Paraíba do Sul, requereram à Câmara a abertura de um caminho que, partindo do arraial da Bemposta, conduza a esta vila; o qual, a seguir pelos pontos indicados, ficará mais curto do que o atual cêrca de cinco léguas. A Câmara, não podendo despender com êste melhoramento, que aliás julga necessário, mais do que 2:000\$000, recorreu à presidência da provincia em 29 de abril próximo findo. Mandei fazer as convenientes explorações, levantar a planta e organizar o orçamento

ESTRADAS DO CAVALÃO E DA VIRAÇÃO — Acham-se em mau estado, segundo me representou a Câmara Municipal em officio n.º 72, de 15 de maio, e como tive ocasião de verificar: exigi, no entretanto, do chefe do distrito, as informações precisas para deliberar sôbre a natureza dos concertos

ESTRADA PARA O GARAGAU — A Câmara Municipal de São João da Barra pediu-me autorização para abrir, a expensas suas, uma estrada que partindo do lugar denominado "Ilha do Franco", à margem esquerda do rio Paraíba, em frente à cidade e atravessando o Riacho Grande, vá ter à estrada do Garaguá Pôsto que a Câmara assegure que uma comis-

são por ela nomeada, abrindo picadas, verificara a praticabilidade desta via de comunicação, que evita uma viagem de meia légua pelo Riacho Garagaú, só navegável em ocasião de grandes marés, e seja da maior conveniência para os moradores do Distrito da Barra Sêca e povoação do Itabapoana, declarando-me ter em cofre 6:000\$000, que julga suficientes para levá-la a efeito, julguei contudo prudente ouvir primeiramente o chefe do distrito, como homem profissional, e ordenei-lhe que organizasse a planta e orçamento de semelhante estrada

ESTRADA DA ESTRÊLA — Tendo findado o prazo do contrato celebrado com o sr coronel Albino José de Siqueira para a conservação da parte compreendida entre a vila da Estrêla e o Fragoso, mandei novamente anunciar a sua arrematação, o que acaba de realizar-se com o sr Augusto da Rocha Fragoso pela quantia de 6:000\$000, menor do que a do último contrato

ESTRADA DO PATI — Está aberta a picada desta estrada a começar de Petrópolis com dez palmos de largo; e já se presta ao trânsito de animais de carga. De março a esta parte tem-se feito 1530 braças de caminho, cuja inclinação média é de 3 por cento. Segundo informa o diretor da colônia de Petrópolis, sob cuja direção se acha esta estrada, pode ser ela facilmente preparada para carros. Cumprido, porém, auxiliá-la com uma prestação suficiente, em ordem a conseguir-se a realização desta via importante pelas facilidades de trânsito que vai franquear a localidades que o tinham longo e difícil

ESTRADA GERAL DE NITERÓI — Contratei em 9 de junho com o major o sr Joaquim Otaviano César, pelo tempo de quatro anos, a conservação da parte compreendida entre a Ponte de Pedra, em Niterói, e a de Ferro no Rio Alcântara, pela quantia anual de 1:400\$000 afora certas obras de reparo da mesma estrada, que igualmente contratei pela soma de 1:200\$000

ESTRADA DO CURATO DO PÔRTO DAS CAIXAS AO SAMPAIO — Estão concluídos os reparos contratados, em virtude da portaria de 8 de fevereiro, segundo em 17 de junho me informou o engenheiro, sob cuja fiscalização elles se fizeram

ESTRADA DE PIRASSINUNGA AO SUBAIO — Os aterros desta estrada, que fica na freguesia de São José da Boa Morte, do município de Santo Antônio de Sá, arrematados por Clemente José da Silveira em 30 de agosto de 1852, acham-se concluídos, conforme o contrato, segundo informou o respectivo engenheiro em 17 de abril passado

ESTRADA DE CANTAGALO AO PÔRTO DAS CAIXAS — Tendo-me representado o respectivo conservador, o sr Visconde de Barbacena, a necessidade de alguns bueiros e pontilhões para melhor assegurar o trânsito, depois de ouvir o engenheiro-chefe do distrito, autorizei em 17 de julho a sua fatura

O mesmo sr visconde apresentou-me a planta da estrada para carros, a cuja construção se propõe por meio de uma sociedade anônima, a qual planta, na forma da 6ª condição do contrato de 18 de março último, por elle celebrado com a presidência, deve esta aprovar

Incumbi o seu exame ao engenheiro inglês Mr Lane, que para esse fim foi pôsto pelo ministério do Império à disposição desta presidência, propondo-lhe os quesitos que me pareceram necessários, a fim de chegar-se a um perfeito conhecimento da exequibilidade da estrada, da suficiência dos capitais que nela têm de ser empregados, da conveniência do projeto em todos os seus detalhes, e da controversa questão, allás importante, da escolha do ponto terminal da mesma estrada nas margens do rio Macacu; de modo a ficar o govêrno habilitado para garantir os transcendentes interesses particulares e públicos que estão ligados a semelhante empresa. Aguardo os trabalhos deste engenheiro para dar a solução devida a tal encargo

Pontes

PONTE SÔBRE O RIO FAGUNDES — Esta ponte na estrada da Estrêla, na secção da Pampulha, e que foi contratada com o sr Augusto da Rocha Fragoso, acha-se concluída conforme o respectivo contrato

PONTE DA VILA DA PARAÍBA — O sr Barão de Mauá, desejando construir com tôda a perfeição e solidez esta importante ponte, julgou conveniente ouvir, sôbre um novo sistema que para ela pretendia adotar, não só os profissionais do país, mas também engenheiros que na Inglaterra se dedicam exclusivamente a construções desta natureza; isso deu lugar a não ficarem concluídas as obras no prazo do seu contrato de 27 de abril de 1854, o que o levou a requerer-me uma prorrogação de prazo até 2 de dezembro deste ano, ao que aquiesci, não só como um ato de equidade, mas ainda como uma prova de consideração devida ao cidadão que em mais vasta escala tem procurado frutificar os recursos materiais do país.

Progridem no entretanto com rapidez os trabalhos desta obra monumental estando pronta tôda a cantaria

Um dos arcos de ferro já se acha no lugar em que tem de ser assentado, e tôdas as demais peças estão fundidas, e vão seguindo de Petrópolis para aquêl ponto, sem perda de tempo e conforme o permitem os meios de transporte, que proporçiona a estrada por onde têm de ser conduzidos esses pesados artigos

O empresário espera abri-la ao trânsito público no dia 2 de dezembro próximo futuro

Aprovei um contrato que, em virtude da ordem de 12 de março, havia sido celebrado com Manuel Joaquim Pacheco em 2 de maio, para os consertos da ponte parcial que existe naquele lugar, pela quantia de 1:861\$200, impondo ao empreiteiro a obrigação de conservar as obras que fizer por espaço de dois anos

PONTE SÓBRE O RIO MURIAÉ — A Câmara Municipal de Campos oficiou-me em 8 de julho findo, fazendo ver a necessidade de uma ponte neste rio no lugar denominado — Pôrto Alegre — a fim de facilitar o trânsito dos moradores do sertão do Carangola, e especialmente da freguesia de Nossa Senhora da Natividade, que tendo de transportar café e outros gêneros para a cidade de Campos, com a qual mantêm importantes relações comerciais, não podem no entretanto atravessar o rio naquele ponto sem grande dificuldade, mormente em ocasiões de cheias. Mandei fazer a planta e orçamento da obra, que terá comêço logo que me venham êstes trabalhos

PONTE SÓBRE O RIO LAMBARI — A Câmara de Mangaratiba representando que as cheias haviam arruinado as pontes e estradas gerais do seu município, apresentou o projeto de uma ponte para o rio Lambari, que deve ter vinte e quatro palmos de vão, vinte de largura e os pegões de dez palmos de altura, orçada em 5:108\$200

Ouvido o engenheiro das obras da capital, informou que o sistema adotado no projeto já está reprovado, mas que com algumas modificações poderia ser admitido, reduzindo-se a despesa a 2:000\$000 rs

Exigi a respeito informações do chefe do distrito, a quem ordenei que levantasse a planta de outras pontes mais necessárias

PONTE SÓBRE O RIO MACAÉ — O empreiteiro achou grande dificuldade em obter as madeiras da qualidade indicada no seu contrato, e pediu autorização para substituí-las por outras, também de lei: de acôrdo com o chefe do 5° distrito, e com a comissão encarregada da direção das obras, aquiesci à exigência, sem alteração do preço do contrato

PONTE SÓBRE UM SANGRADOURO DO RIO MACACU — Esta ponte, situada na estrada de Macaé para Campos, achando-se muito arruinada, foi mandada consertar por portaria de 16 de fevereiro último, e sendo contratados os seus reparos pelo chefe do distrito com o carpinteiro Joaquim da Silva Neves Sereno pela quantia orçada de 1:382\$000, aprovei o contrato, impondo ao empreiteiro a obrigação de conservar a obra, salvo casos de força maior, por espaço de três anos.

PONTE SÓBRE O RIO MAMBUCABA NO LUGAR DOS ILHÉUS — O chefe do 1° distrito cumprindo a ordem que lhe fôra dada em 4 de maio apresentou-me a planta e orçamento desta obra na importância de 8:246\$200 rs : mandei ouvir a respeito o engenheiro das obras da capital, e aguardo a resposta para resolver sobre esta construção reclamada pelos moradores da localidade

PONTE SÓBRE O RIBEIRÃO DAS LAJES, NA ESTRADA GERAL DE ITAGUAÍ — Esta ponte perdeu tôda a sapata de um dos pegões laterais, que foi totalmente arrojada pela enchente do rio, ficando êsse pegão sem amparo e sujeito a sofrer grande ruína

O pranchado e outras madeiras dos altos estão muito deteriorados, e por isso convém mandar fazer já os consertos, para evitar maior dano e despesa, a qual é orçada em 2:353\$200 rs. Por portaria de 26 do passado, autorizei o engenheiro a contratá-los

PONTES DA COMBICA E CARICIBU — Estas pontes e os respectivos aterrados, ainda não foram concluídos pelo arrematante, sr dr Antônio José Pereira das Neves, a quem neguei uma prorrogação que me pediu em 3 de junho, por já lhe haverem sido concedidas quatro para o acabamento desta obra

PONTE SÓBRE O CÔRREGO DA VARGEM GRANDE — Esta ponte, que se acha na estrada de Cantagalo para o pôrto da Sapucaia, no rio de São Pedro, município de Macaé, foi contratada pelo chefe do distrito em virtude de portaria de 30 de abril dêste ano, pela quantia de 550\$000 rs, com o carpinteiro Domingos Martins Viana, e deve ficar concluída até o último do corrente: aprovei o contrato em 7 de julho próximo findo

PONTE SÓBRE O RIO BONITO — Esta ponte, co locada no ponto em que o rio faz barra com o rio Prêto, no município da Paraíba do Sul, arrematada pelo sr Antônio José da Rocha Fragoso, está concluída na forma do contrato, segundo me participou o respectivo engenheiro em officio de 24 de maio

PONTE SÓBRE O RIO FAGUNDES — Os consertos desta ponte, que fica na estrada que conduz da freguesia de São José do Rio Prêto para a vila da Paraíba do Sul, arrematados pelo mesmo sr Antônio José da Rocha Fragoso, estão também concluídos, segundo na mesma data me participou o dito engenheiro

PONTE DO SECRETÁRIO — Representando-me o engenheiro encarregado da estrada da Estrêla, na Paraíba, a urgente necessidade de uma ponte no lugar acima denominado, e de um pontilhão de madeira — no córrego da Laje

— junto à Sambambala, autorizei-o a contratar estas construções com quem mais vantagens oferecesse, o que acaba de verificar-se

PONTE E PONTILHÕES SOBRE O RIO MAMBUCA — A enchente da lagoa de Maricá tem demorado a construção desta ponte e pontilhões contratados pelo capitão o sr Camillo Modesto Ricardo de Sá Rêgo; estão porém já concluídos 2 pontilhões e parte do aterrado, tendo o arrematante estabelecido uma passagem provisória, a fim de se não interromper o trânsito: logo que se esgote a lagoa, ficarão terminadas tôdas as obras, segundo me informou o engenheiro; e sendo necessário guarnecer-se o aterrado a fim de que o não prejudiquem as enchentes do rio, autorizei em 3 de junho este empregado a mandar fazer seis paredões de alvenaria, na forma por êle indicada, até a quantia orçada de 890\$000 rs

PONTE SOBRE O RIO PIRAI, JUNTO À VILA DO MESMO NOME — Contratei em 2 de julho findo com o carpinteiro João Vasques a construção desta ponte pela quantia de 19:261\$000 rs Deve ter 360 palmos de comprimento e 20 de largura, ser assentada sobre 7 ordens de estelões de madeiras de lei novos, e de 1ª qualidade, e ficar concluída no prazo de 8 meses, obrigando-se o empreiteiro pela sua conservação durante três anos Incluí no contrato tôdas as condições que me pareceram a bem da fazenda pública; não me sendo possível espaçar esta resolução, em face de instantes exigências das autoridades locais, que me davam a ponte velha, e única que para o trânsito havia, em estado tal de perigo que a cada momento se receava um desastre; é demais isso geralmente sabido

PONTE DE D ROSA SOBRE O RIO IGUÁ — Tendo a Câmara Municipal de Itaboraí representado em 5 de abril sobre o mau estado dessa ponte do seu município, mandei orçar os reparos necessários, a que farei proceder sem demora

PONTE SOBRE O RIO CAXIMBAU — O engenheiro do distrito orça-a em 6:810\$400 rs: esta ponte deve ter 90 palmos de vão, pegões e asas de pedra, bem como uma calçada de 24 palmos de largura e 15 de comprimento em cada cabeceira

PONTE SOBRE O RIO BARRA MANSÁ — A construção desta ponte está orçada em 5:142\$000 rs: tem 118 palmos de vão

PONTE SOBRE O RIO DA GUARDINHA — Tem de importar, segundo o orçamento, em 6:988\$800 rs: a planta dá-lhe 70 palmos de vão

PONTE SOBRE O RIO QUILOMBO — Orça-se em 4:250\$100 rs: tem 40 palmos de vão e 22 de largura livre, com pegões e asas de pedra.

PONTE SOBRE O RIO TEIXEIRA — Tem 100 palmos de vão, e 22 de largura: é orçada em 6:106\$800 rs

PONTE SOBRE O RIO BANANAL — Sofreu grandes estragos em um dos pegões, e mostra muitas madeiras danificadas: reclama maior despesa, que a autorizada no contrato feito com o arrematante, pelo que, depois de devidamente examinados, pretendo autorizar o excesso

PONTE SOBRE O RIO LARANJEIRAS — Fica a meia légua da vila de Pirai, onde comunica a da Paraíba do Sul, com a povoação dos Tomases: está em péssimo estado e necessário é refazê-la completamente, aproveitando-se apenas os estelões centrais, e os pegões das cabeceiras Orça-se a reconstrução em 8:682\$000 rs: o comprimento desta ponte é de 224 palmos, e a largura de 20

PONTE SOBRE O CÓRREGO DE SÃO PAULO — Precisa ser reconstruída, e é orçada a despesa em 2:121\$500 rs

PONTE SOBRE O RIBEIRÃO DO POCINHO — Carece de dois pegões, assim como assoalhar parte e prover de outros reparos, que importam em 2:889\$850 rs

Barcas de passagem

REPRESENTANDO-ME o arrematante das taxas de passagem da barca do Ubá, em 10 de maio, que esta se achava em péssimo estado, ordenei ao chefe do 3º distrito que desse, com urgência, tôdas as providências, a fim de não ser interrompido o trajeto

Quartéis

ACHANDO-SE muito arruinada a casa em que estava aquartelado o destacamento de polícia da vila de Magé, e sendo indispensável mudá-lo, não se encontrava, entretanto, outra nas convenientes condições para ser alugada. Nesta circunstância, ofereceu o presidente da Câmara a antiga sala das audiências, junto à cadeia; sendo porém necessário um telheiro para a cozinha, orçado em 150\$000, autorizei o respectivo delegado a construí-lo, poupando assim ao cofre provincial maiores despesas

Canais

CANAL DO NOGUEIRA — Uma comissão composta dos coronéis Galdino Justiniano da Silva Pimentel e Ernesto Augusto César Eduardo de Miranda, e do tenente-coronel Jacinto Vieira do Couto Soares, foi em junho último encarregada de examinar a questão que se tem

movido entre o arrematante da conclusão desta obra, o sr Antônio Justiniano Rodrigues e o govêrno da provincia, acêrca de acréscimos de obras e outros pontos controversos

Aguardo o parecer desta comissão, que mui brevemente me deve ser apresentado, e então terei talvez de submeter à vossa consideração semelhante negôcio

CANAL DE CAMPOS A MACAÉ — Aproveitando a oportunidade que se proporcionava com a ida da comissão acima referida ao distrito de Campos, um dos membros dela, o coronel Galdino Justiniano da Silva Pimentel, foi incumbido de examinar também, à vista das opiniões sôbre êste canal, emitidas pelo engenheiro Halfeld em seu relatório de 28 de agosto de 1854, e da planta que do mesmo levantou, se conviia abrir a parte do canal ainda não concluída, pelo mesmo sistema por que está feita a que presta navegação, organizando neste caso a planta e orçamento respectivos, de acôrdo com o engenheiro chefe do distrito. Aguardo igualmente êste trabalho para sôbre êle resolver como convenha

* * *

DEI as necessárias ordens para continuarem no corrente semestre as obras em andamento com as mesmas consignações do anterior; ficando porém dependente a distribuição definitiva do crédito desta verba, de informações que exigi dos engenheiros e comissões administradoras. Eis aqui a soma distribuída

CAPITAL

| | |
|--|-------------|
| 1 Matiz de São João Batista, para seu acabamento | 16:000\$000 |
|--|-------------|

PRIMEIRO DISTRITO

Matrizes

| | |
|--|------------|
| 2 De São João Marcos | 3:000\$000 |
| 3 De Santo Antônio de Capivari | 2:400\$000 |
| 4 De Nossa Senhora do Rosário de Mambucaba | 2:400\$000 |

Estradas

| | |
|----------------------------------|------------|
| 5 De Parati | 4:800\$000 |
| 6 De Mambucaba | 4:800\$000 |
| 7 Da Pedra, e de João d'Oliveira | 4:100\$000 |

Outras obras

| | |
|------------------------------------|------------|
| 8 Cemitério de São João do Pinçipe | 1:200\$000 |
| 9 Cadeia do mesmo lugar | 2:000\$000 |

SEGUNDO DISTRITO

Matrizes

| | |
|------------------------------------|------------|
| 10 De São Sebastião da Barra Mansa | 3:000\$000 |
| 11 De Saint'Ana de Resende | 2:400\$000 |
| 12 De São João Batista do Arrozal | 4:800\$000 |

Estradas

| | |
|--|------------|
| 13 Do Presidente, desde o Ribeirão das Lajes até o Arrozal | 6:800\$000 |
| 14 De Resende ao Ariró | 6:000\$000 |
| 15 Da Serra do Picu | 6:000\$000 |
| 16 De Itaguaí à freguesia do Bananal | 3:000\$000 |
| 17 De Itaguaí, desde a raiz da serra até Matias Ramos (a importância das férias) | \$ |

TERCEIRO DISTRITO

Matrizes

| | |
|--|------------|
| 18 De Nossa Senhora da Glória de Valença | 3:000\$000 |
| 19 De Santa Teresa | 8:000\$000 |
| 20 De Nossa Senhora da Conceição de Marapicu | 2:400\$000 |
| 21 De Santo Antônio do Rio Bonito | 3:000\$000 |

Outras obras

| | |
|---|------------|
| 22 Estiada do Comércio | 6:000\$000 |
| 23 Casa da Câmara e cadeia de Vassouras | 8:000\$000 |

QUARTO DISTRITO

Matrizes

| | |
|---|------------|
| 24 De Nossa Senhora do Amparo, de Maricá | 6:800\$000 |
| 25 De Nossa Senhora da Conceição, da vila do rio Bonito | 3:000\$000 |
| 26 De Nossa Senhora de Nazaré, de Saquarema | 2:000\$000 |
| 27 De São Gonçalo, de Niterói | 2:600\$000 |
| 28 De Nossa Senhora da Lapa, de Capivari | 1:200\$000 |

Estradas

| | |
|---|------------|
| 29 De Sampaio a Capivari | 722\$930 |
| 30 Das Sete Pontes | 7:200\$000 |
| 31 Cordão de Itaoca, e ponte do mesmo nome sôbre o rio Imboçu | 3:000\$000 |

QUINTO DISTRITO

Matrizes

| | |
|--|------------|
| 32 De São João Batista de Macaé | 4:800\$000 |
| 33 De Nossa Senhora das Neves | 2:400\$000 |
| 34 De Santo Antônio dos Guarulhos, em Campos | 2:000\$000 |
| 35 De Santa Rita | 3:000\$000 |
| 36 De São Salvador | 6:000\$000 |
| 37 De São Fidélis | 2:600\$000 |

Outras obras

| | |
|---|------------|
| 38 Ponte sôbre o Rio Macaé em frente à cidade | 6:000\$000 |
| 39 Muralha do Paraiba em Campos | 6:000\$000 |
| 40 Cadeia do mesmo lugar | 6:000\$000 |

SEXTO DISTRITO

Matrizes

| | |
|--|------------|
| 41 De São João Batista, de Nova Friburgo | 3:600\$000 |
| 42 De São José da Boa Morte | 2:400\$000 |

Estradas

| | |
|---|-------------|
| 43 De Cantagalo ao Pôrto das Caixas | 24:000\$000 |
| 44 Do Capim d'Angola | 4:000\$000 |
| 45 De São Sebastião ao Curato de Santa Maria Madalena | 6:000\$000 |
| 46 De Cantagalo a Macaé | 16:000\$000 |

SÉTIMO DISTRITO

Matrizes

| | |
|--|------------|
| 47 De Nossa Senhora da Piedade, de Inhomirim | 1:800\$000 |
| 48 De São Nicolau de Suruí | 1:800\$000 |

Estradas

| | |
|----------------------------------|-------------|
| 49 Normal da Estrêla | 36:000\$000 |
| 50 Da serra do mesmo nome | 24:000\$000 |
| 51 Entre o Paraíba e o Paraibuna | 3:000\$000 |
| 52 Da Taquara | 3:000\$000 |

Outras obras

| | |
|--|-------------|
| 53 Cadeia da Paraíba do Sul | 12:000\$000 |
| 54 Ponte do Rio Paraíba (a importância das fêrias) | \$ |

CASAS DE CARIDADE

DEZ são, como sabeis, as casas de caridade ora existentes na provincia

Para a expedição dos respectivos regulamentos sob um sistema uniforme que sujeitasse sua fiscalização immediatamente ao governo, como determina o § 4º do art 3º da Lei n° 725, do ano de 1854, já havia sido nomeada em 1851 uma comissão composta dos habilitadissimos cidadãos Srs Cândido Borges Monteiro, Francisco Otaviano de Almeida Rosa e Antônio Gonçalves de Araújo Leitão Sobrecarregados, sem dúvida, de outras importantes incumbências, não têm eles podido confeccionar semelhantes trabalhos, pelos quais aguardava a presidência para marchar com acêrto no desempenho dêste dever

Na ausência de qualquer elemento que me pudesse habilitar a apresentar-vos o estado actual de três estabelecimentos, visto como não têm eles mandado as respectivas contas de sua gestão, conforme lhes cumpre, e para o que já lhes expedi as necessárias ordens, limito-me apenas a falar-vos do

Asilo de Santa Leopoldina

ÊSTE estabelecimento, confiado, como sabeis, à irmandade de São Vicente de Paulo, e cujo

compromisso se acha confirmado pela provisão do Exmo Bispo da Diocese de 3 de novembro, e pela carta presidencial de 10 de dezembro do ano findo, recebeu a primeira pedra fundamental do seu edificio por occasião da última visita com que SS MM II honraram esta cidade, na chácara para êsse fim comprada a Bernardino Martins Ferreira de Faria A realização, porém, do plano aprovado por SS MM exigiu a aquisição de mais terreno contíguo àquela chácara Baseando-se na Lei n° 791, de 24 de setembro de 1855, mandou a presidência adiantar a quantia necessária para a compra, que se efetuou, da casa e chácara de Antônio José Gomes do Rio Araújo, por vinte e duas apólices da dívida pública do Estado de um conto de réis cada uma, que pelo seu preço então corrente, equivaliou a 23:430\$ rs

Não tiveram, porém, ainda continuação as obras do edificio, porque julgou-se mais conveniente reparar e acrescentar a casa recentemente comprada, para nela receber quanto antes os asilados, poupando-se assim a quantia de 1:500\$ rs que se está pagando de aluguel anualmente: êstes reparos estão a terminar, sendo de crer que mui brevemente se traslade para ali o asilo Já foi extraída a 1ª das loterias, concedidas na referida lei para a construção do novo edificio

O asilo conta hoje em seu seio 50 desvalidos, cujos nomes, idades, naturalidades, sexos e côres, constam do quadro apenso sob n° 25* O tratamento e a educação dêstes pupilos da provincia estão confiados aos cuidados de nove irmãs do Coração de Maria, contratadas por tempo de seis anos, e coadjuvadas, no que respeita à religião, por um sacerdote capelão do estabelecimento

A receita e despesa desta pia instituição, desde 24 de junho de 1854, data em que foi instalada, até 30 de junho de 1856, consta de um balanço que vos apresento no apenso sob n° 26 *

No dia 13 de julho passado foi eleita, na forma do respectivo compromisso, a administração que deve tomar posse no dia 7 de setembro próximo futuro, e servir no biênio que se conta daí a igual época de 1857

Não é por agora possível aventurar algumas considerações acêrca do serviço, que como valioso auxiliar do ensino primário das classes pobres da provincia pode vir a prestar êste estabelecimento; creio, porém, que deve êle concorrer eficazmente para a solução de alguns problemas, tendentes a êste estudo das questões sociais

Hospital da cadeia de Niterói

PELO mapa apenso sob n° 27, vereis o movimento dos presos e dos africanos livres ao serviço das obras da capital, tratados no hospital da cadeia d'Armação desde julho de 1855, até junho último, e cujo resumo é o seguinte:

* Deixou de ser incluído na presente publicação

| | | | | | |
|--------------------------|---|-------------------------------------|-----------|----|-----|
| Existiam no 1.º de julho | { | Da cadeia | { Livres | 1 | |
| | | | { Cativos | 1 | |
| | | Da casa de detenção | { Livres | 3 | |
| | | | { Cativos | 2 | |
| | | Africanos livres das obras públicas | | 3 | |
| | | | | — | 10 |
| Entraram | { | Da cadeia | { Livres | 46 | |
| | | | { Cativos | 10 | |
| | | Da casa de detenção | { Livres | 70 | |
| | | | { Cativos | 53 | |
| | | Africanos livres das obras públicas | | 38 | |
| | | | | — | 227 |
| Tiveram alta | { | Da cadeia | { Livres | 43 | 197 |
| | | | { Cativos | 10 | |
| | | Da casa de detenção | { Livres | 67 | |
| | | | { Cativos | 41 | 216 |
| | | Africanos livres das obras públicas | | 36 | |
| | | | | — | |
| Faleceram | { | Da cadeia | { Livres | 2 | 19 |
| | | | { Cativos | 2 | |
| | | Da casa de detenção | { Livres | 4 | |
| | | | { Cativos | 6 | 5 |
| | | Africanos livres das obras públicas | | 5 | |
| | | | | — | |
| Existiam em 30 de junho | { | Da cadeia | { Livres | 5 | 11 |
| | | | { Cativos | — | |
| | | Da casa de detenção | { Livres | 2 | |
| | | | { Cativos | 4 | — |
| | | Africanos livres das obras públicas | | — | |
| | | | | — | |
| Dos 19 falecidos, foram: | | | | | |
| | | De tísica pulmonar | | 7 | |
| | | De cólera-morbo | | 3 | |
| | | De diarréa | | 2 | |
| | | De diferentes enfermidades | | 7 | |
| | | | | — | 19 |

Vê-se, pois, que a tísica pulmonar é a enfermidade que maior número de vítimas faz; nem deve isso causar estranheza, atendendo-se à localidade em que se acha a cadeia. Situado na base extrema da montanha da Armação, à borda do mar, junto de uma rocha, e fronteiro à barra, este edificio, que faz parte de muitos outros armazéns construídos para o fabrico e guarda do azeite de baleia, não só está longe de satisfazer às exigências de uma prisão regular, como às condições higiênicas indispensáveis a uma casa onde existe constante aglomeração de indivíduos.

Demais, a falta de exercício ou trabalho, excessos reprovados a que porventura se dão homens corrompidos, e muitas outras causas deletérias, além da peculiar circunstância de não se poder aplicar aos enfermos, por sua especial posição, todos os meios conducentes a seu tratamento, devem forçosamente influir não só para aquela afeição, como para sua maior mortalidade.

No entretanto, é dever da sociedade, é ainda preceito constitucional, que as cadeias sejam casas convenientemente edificadas, de modo que não aumentem o castigo ao delinqüente. Não cabendo, porém, nos recursos da província prover de pronto a tôdas as suas mais urgentes necessidades, vou mandar assalhar o pavimento térreo da prisão, para evitar a maior umidade, que aí se sofre, limitando-me a mencionar aqui estas observações, que tomareis como uma informação que me corria o dever de apresentar-vos.

O apenso sob n.º 32 * mostra também o mapa dos enterramentos no cemitério de Marujá.

LOTERIAS

Não me pareceu extemporâneo apresentar-vos aqui um quadro dos diversos auxílios dados por meio de concessões de loterias a diferentes estabelecimentos, obras, indústrias e associações, que têm obtido este favor da assembléa provincial: vai êle sob o apenso n.º 28 *.

Daí se conhece que duzentos e oitenta e oito loterias têm sido concedidas por esta assembléa para os diferentes fins designados no referido quadro, além de quatro que devem anualmente correr, sendo duas para as obras das diversas igrejas e outras duas para as casas de caridade da província. Cento e quarenta e uma se têm extraído, restando ainda por correr cento e quarenta e sete, não entrando as referidas quatro por ano.

Pelos cofres provinciais têm sido adiantadas várias quantias para os fins que tiveram em vista as concessões, e acham-se hoje êles a descoberto da soma de Rs 57:916\$852, como do mesmo quadro se verifica.

Marquei quais as loterias que no corrente semestre se deveriam extrair, e ordenei que do seu produto entre metade para indeniza-

* Deixou de ser incluído na presente publicação.

ção destes adiantamentos feitos pelas rendas ordinárias da província, sendo a outra metade aplicada aos respectivos fins a que são tais loterias destinadas, parecendo conciliar assim as exigências do serviço público com as conveniências dos estabelecimentos auxilliados

Considerações de transcendente magnitude, naturalmente se deduzem do mencionado quadro. Ai se vê que uma coleta de Rs 34 560:000\$000 tem sido lançada à corte e província do Rio de Janeiro, onde em máxima parte se realiza ela. E é em verdade assombroso ver que 16 920:000\$000 têm sido parados por conta da província no jôgo colossal das loterias que correm na capital do Império, e que esta imensa soma tem produzido para a renda geral 1 542:660\$000 rs e para os fins de sua applicação provincial 1 545:340\$000 rs. É um pesado impôsto, cujo menor inconveniente está no algarismo que produz: sua ação sobre os atos e a moralidade pública, seus efeitos infalíveis, em tôda a escala das conveniências sociais, sugerem reflexões de suma gravidade, que porém eu me abstendo de apresentar, em deferência aos atos de onde emanam semelhantes concessões, e aos fins para que foram elas feitas

COLONIZAÇÃO

NO CURTO período de minha administração não pude colhêr os necessários dados para tratar d'êste importantíssimo objeto com relação à nossa província, por isso apenas me limito a informar-vos do estado da

COLÔNIA DE PETRÓPOLIS — Continua a prosperar, não obstante a presença de algumas passadeiras contrariedades, e mais rápido deve ser o seu desenvolvimento logo que estejam concluídas as estradas para Minas e Pati do Alferes

Pôsto não seja esta colônia essencialmente agrícola, porque os colonos applicam-se mais a officios mecânicos, à indústria fabril, ao serviço de estradas e ao pequeno comércio, produz todavia batatas, frutos, legumes, e trata-se agora de ensaiar a plantação do chá e da camélia oleosa, para o que tem a directoria feito uma sementeira em seiscentas braças quadradas de terreno. A sua indústria foi aumentada com uma fábrica de cerveja

Em fins de 1855 contava 940 casas, e êste ano fizeram-se 7, e 3 estão em construção

Conta 6 colégios particulares com 251 alunos

As 3 escolas públicas alemãs são frequentadas por 342 meninos de ambos os sexos, sendo 60 nacionais

Dos colonos naturalizados brasileiros, 285 estão qualificados votantes. Não obstante pertencerem a duas seitas religiosas não tem havido entre elles o menor conflito. Os católicos sentem vivamente a falta de um cura que fale o seu idioma, para as confissões e práticas

A caixa de socorro que no último de junho tinha um saldo de 1:604\$020, incluído um doativo de 1:400\$000 feito por Sua Majestade, neste ano despendeu 322\$ rs em pensões conferidas pelo respectivo conselho a vinte e cinco indigentes

Houve 61 nascimentos, 21 óbitos e 11 casamentos

Nos últimos seis meses foram tratados no hospital 244 doentes, dos quais 136 gratuitamente, tendo falecido 21. Vacinaram-se 70 crianças

Há 5 meses que ali se não dá um só caso de cólera. A despesa do hospital no 1º semestre d'êste ano foi de 4:368\$118, e o seu rendimento de 1:100\$000, por conta do qual só se arrecadou 966\$400. No mesmo período despendeu-se 36:042\$618 com as obras de que passo a tratar, observando que muitos serviços foram empregados na reparação de estragos causados nos canais, estradas e pontes da colônia, pela enchente de 10 de janeiro último

PONTES — Fizeram-se duas, uma na Westfália e outra no quarteirão da Mosela, em sua junção com o de Nassau

CANAIIS — Reparou-se a faxina do canal da rua do Imperador, na extensão de 86 braças e 15 palmos de altura, e 261 braças correntes de muralha de revestimento, contendo 27 405 palmos cúbicos, e fizeram-se 49 braças cúbicas de escavação para alargamento e fundação da muralha

RUAS E NOVOS CAMINHOS COLONIAIS — Terminou-se a abertura da rua do Imperador, quebrando-se 13 braças cúbicas de granito, e fizeram 355 1/2 braças do novo caminho da Presidência para a Renânia Central, 160 no quarteirão Suíço, 119 da Mosela para o quarteirão Brasileiro e 234 no quarteirão Nassau

EMPEDRAMENTO E CALÇADA DE RUAS — Fizeram-se 518 braças quadradas na vila Teresa, 133 na rua dos Artistas e 345 6/10 na dos Protestantes

MURALHAS DE SEGURANÇA — Fizeram-se 2 576 palmos cúbicos na rua dos Mineiros para sustentação das terras superiores da rampa da rua

REVOLVIMENTO DE TERRAS — Escavaram-se 224,75 braças cúbicas em diversos lugares

CANTARIA — Lavraram-se 2 083 1/2 palmos quadrados de pedra para os novos pedões da ponte de Westfália

CONSERTOS — Fizeram-se alguns reparos nos quartéis da directoria e das obras, que pouco

porém podem aproveitar-lhes pelo seu péssimo estado, e consertaram-se os caminhos de Bingen, Woerstad, Westfália, Renânia e Presidência, e as ruas de Bragança, dos Artistas, de Monte Caseros e de Joinville

CHAFARIZ — Começou-se a escavação para o encanamento d'água da "Garganta" à praça Municipal

CEMITÉRIO — Tem-se apenas podido preparar o terreno para este fim destinado

Com o fim de fazer conhecidas na Europa as vantagens que pode oferecer a nossa agricultura ao trabalhador inteligente, e assim chamar ao país a emigração espontânea, pediu a repartição geral das terras públicas informações sobre o custo médio das terras, despesas de sua preparação para o plantio, quantidade de gêneros que produzem e seu valor, preço dos salários dos trabalhadores e oficiais de officios, e importância do seu sustento, vestuário e alojamento. Das respostas que têm sido dadas à presidência por algumas municipalidades, fiz organizar um pequeno quadro, que não será para vós destituído de valor. Tê-lo-eis apenso sob n.º 28 *

AFRICANOS LIVRES

Não me é por enquanto possível apresentar-vos um quadro exato do número dos africanos livres existentes nas diversas obras públicas da província, e bem assim o dos que foram confiados a particulares para friírem seus serviços

Pareceu-me no entretanto necessário estabelecer uma matrícula fiel a semelhante respeito, e para isso tenho convidado os indivíduos a quem os serviços de tais africanos foram concedidos que participem à presidência o estado destes tutelados da nação

Sinto dizer-vos que à exceção da companhia da estrada de Magé a Sapucaia, e um ou dois particulares, ainda ninguém mais se tem prestado ao convite da presidência. Conto porém de qualquer modo chegar ao conhecimento de que careço

Da matrícula existente na secretaria, consta haverem sido concedidos pelo govêrno geral, desde 1837, até 1849, os serviços de 332 africanos a diversos particulares na mesma matrícula inscritos. Dêsses africanos tem a nota de haverem falecido 5, devendo por isso existir em poder de diversos 327. Consta mais que a presidência da província concedeu também a particulares 79 africanos, dos quais tem a nota de fugidos 5, mortos 3 e entregues às obras da província 3

Do referido documento conhece-se mais haver o govêrno geral concedido a esta província para o trabalho de suas obras públi-

cas, 447 africanos, dos quais estão notados como falecidos 111, e como fugidos 5, sendo que deverão existir neste serviço 332. O apenso sob n.º 30* é a relação dos africanos existentes em diversos serviços da província, de que pude até agora obter notícia em cumprimento das ordens que para esse fim tenho expedido. Há-os ainda em algumas localidades de onde me não têm por enquanto vindo as exigidas relações

MUNICIPALIDADES

UM dos meus primeiros cuidados tomando conta da administração da província, foi dirigir-me às Câmaras Municipais exigindo informações sobre suas mais urgentes necessidades

Algumas delas anuindo ao meu convite, remeteram uma exposição dessas necessidades, que aqui venho depositar em vosso seio, a fim de as tomardes na devida consideração, quando se tratar destas importantes corporações

CABO FRIO — Solicita as seguintes obras: Uma matriz para o curato de São Vicente de Paulo; Um cemitério no mesmo curato; Um dito no arraial do Cabo; Os consertos da matriz da aldeia; Os da capela de Nossa Senhora dos Remédios; Os da cadeia da cidade

Pede também que se autorize a compra de dois sinos para a matriz da cidade, e a criação de um fiscal suplente para o curato de São Vicente de Paulo; bem como a de um guarda municipal

ESTRÊLA — Reclama o melhoramento da estrada normal da Estrêla, principalmente nas duas léguas de várzea de difficilíssimo trânsito

A lei n.º 748 de 4 de novembro de 1854, no art. 24, autorizou a Câmara da Estrêla a construir e colocar duas barcas de passagem nos rios que limitam as estradas de comunicações com as freguesias do Pilar e Guia, cobrando taxa razoável, regulada por uma tabela aprovada interinamente pela presidência e sujeita à vossa definitiva aprovação. Em consequência de semelhante faculdade, officiou-me esta Câmara em 3 de maio último, pedindo autorização para cobrar no máximo duzentos réis por cavaleiro e oitenta réis por pedestre: assim lho concedi, de conformidade com a citada lei, por despacho de 2 de junho passado

ITAGUAI — Pede o reparo e conclusão da estrada do Piranema, alteando-se o atêrro e construindo-se mais dois bueiros

MAGÉ — Pede que se desobstrua a bacia e canal daquela vila, e bem assim a abertura da barra e a construção de um cais que defenda os prédios contra as enchentes do rio

* Deixou de ser incluído na presente publicação

* Deixou de ser incluído na presente publicação.

MANGARATIBA — Pedê que se lhe conceda a consignação de 20:000\$000 em quatro prestações anuais, a fim de poder com as sobras de sua receita, na forma do art 56 da lei n.º 850 de 15 de novembro último, construir uma casa para suas sessões. Outrossim, que a nova estrada chegue até à vila e faça no seu pôrto o competente embarque e desembarque. Também reclama a fatura do cemitério, para o que já agenciou algumas quantias: exige do engenheiro planta e orçamento

MARICÁ — Pedê que se mande fazer um atêrro em tôrno da casa da Câmara, para acautelar a ruína do edificio, cujos alicerces já estão descobertos. Pedê também um pontilhão na estrada geral que da vila vem a Niterói, no atêrro entre a fazenda de Joaquim da Silva Cunha e o rio Mambuca; por isso que não havendo esgôto para as águas, elas se espalham pela estrada e a tornam intransitável, e outro no campo da fazenda do referido Cunha, em um rancho que ali existe

Pedê mais a desapropriação do terreno que existe em roda da casa da Câmara e cadeia, pertencente a José Carlos Ferreira Duque-Estrada

RIO BONITO — Reclama um chafariz no largo da matriz, oito lampiões, uma ponte sôbre o rio da Domingas, e aterros na estrada geral próxima à ponte do rio Tanguá, pois que sem esse reparo torna-se o caminho aí intransitável.

RESENDE — Pedê que ao lado esquerdo da estrada do Picu se mandem fazer as seguintes obras:

Um lanço novo e rampa na ponte do ribeirão do Fernandes, dois pontilhões no campo da fazenda do finado padre Mariano sôbre dois valões que desembocam no rio Paraíba; um grande atêrro na freguesia de Campo-Belo e pontes nos ribeirões de Santo Antônio e Salvador Leite

Pedê mais que se continue com a consignação marcada para o conservação da estrada do Ariró, e se mande construir a cadeia da cidade; que se torne efetiva a consignação de 3:000\$000 rs marcada para alfaias da matriz, e que se aumente a consignação de 10:000\$000 rs designada para as obras da mesma matriz

SAQUAREMA — Pedê a fatura da casa da Câmara e a comunicação das lagoas de Araruama e Saquarema por meio de um canal ou vala navegável; o cemitério; o exame da barra de Saquarema; os reparos da estrada de Gururapina ou Uruçanga ao entrar no pôrto das Caixas; e o corte das voltas do rio Jundiá, como já resolvido pelas leis números 780, 842, 843 e 845 do ano findo

Pedê igualmente uma melhor divisão do seu município; visto como a divisa estabelecida na deliberação de 30 de maio de 1846, do

alto da serra do Tingui pela estrada geral até o rio Mole, e alto da serra do Boqueirão, dada à vila do Rio Bonito, prejudicou o termo de Saquarema, tanto por êsse lado como pelo da freguesia de Araruama

SANTO ANTÔNIO DE SÁ — Exige que se erga um muro que feche o cemitério público, criado em terreno dos religiosos Franciscanos, e que se edifique uma casa para encomendação e depósito dos cadáveres

Reclama também uma ponte, atêrro e pontilhões no rio Guapiaguá, na estrada provincial, no lugar de Pirassinunga, freguesia de S. José. Esta obra achava-se com os pegões da ponte na altura em que chegam as águas nas grandes enchentes, e com o atêrro e mais um dos pontilhões quase concluídos, quando faleceu o arrematante João Escossia, encarregado dessas obras

Desde então ficou tudo em abandono, conservando-se porém em bom estado o que já estava pronto

SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE — Lembra a necessidade, aliás já atendida pela Assembléa em lei, de providenciar-se sôbre a extinção das formigas saúbas, que destroem os cafézais de modo que reduzem a colheita à metade

VALENÇA — Atendendo à crescente população e importância do município, a Câmara indica como urgente necessidade a criação de uma aula da língua latina. Também insiste na conclusão do edificio que deve servir para as sessões da dita Câmara, e para as do júri

VASSOURAS — Pedê: 1.º) a criação dos empregos de partidores, contadores e distribuidores, sendo os últimos reunidos ao de primeiro partidor, e de um curador geral de órfãos, acumulando os de promotor de capelas e resíduos, curador de africanos livres e de colonos, e podendo todos ser reunidos na pessoa do promotor da comarca; 2.º) a criação do emprego de escrivão criminal e do júri com exclusivo nos processos crimes, e com o ordenado de trezentos a quatrocentos mil réis; 3.º) um ramal da estrada que vai ter diretamente à do Presidente Pedreira, e o melhoramento da estrada da policia na entrada e saída da vila; 4.º) a aprovação definitiva do seu código de posturas, que brevemente apresentará; 5.º) uma loteria do fundo de cento e vinte contos para conduzir ao seu principal chafariz as águas do ribeirão da Constança, por ser má a de que se abastece a vila; 6.º) a soma precisa para a conclusão do altar-mor da matriz

Ser-vos-ão presentes os orçamentos e contas da receita e despesa das Câmaras que têm cumprido a disposição do art 39 da lei n.º 849 de 5 de novembro de 1855

Apenas cinco a não têm satisfeito, sem que todavia possam ser acusadas de omissas, aten-

dendo-se a que o serviço de nossos correios ainda não é desempenhado com toda regularidade

Do apenso sob n.º 31*, vereis a receita e despesa das vinte e quatro Câmaras Municipais que remeteram seus balanços do ano de 1855, e orçamentos para 1857

OBJETOS DIVERSOS

DIVISAS DA PROVÍNCIA — Continua ainda sem solução o conflito ocorrido, entre as autoridades do município do Bananal, na província de São Paulo, e as do da Barra Mansa, por ocasião do inventário do padre Bento José Duarte, de que fez menção o excellentíssimo presidente em seu relatório do ano passado: depende ela da verificação da linha divisória das duas províncias, a que devem proceder dois engenheiros, cuja nomeação ainda não está feita, havendo-se oficiado à presidência de São Paulo para designar o que por parte dela deve concorrer para semelhante trabalho

DESAPROPRIAÇÃO DA PROPRIEDADE PARTICULAR

PELA lei provincial n.º 17 de 14 de abril de 1835, estabeleceu-se o processo a seguir nas desapropriações da propriedade particular por utilidade pública

Esta lei, modelada até certo ponto sobre a geral de 9 de setembro de 1826, presta-se na sua execução a delongas e chicanas que eternizam as questões, quando da parte dos desapropriados há opposição, forçando a autoridade a buscar um outro meio ou recurso de sair dos embaraços que lhe criam o interesse, ou, o que pior é, o capricho particular

É assim que, sobretudo na direção das estradas novas, sofre repetidas alterações a linha traçada nas plantas levantadas para semelhantes obras, depois de já se ter contratado sobre essa base a sua feitura por arrematação, originando-se daí questões, lutas e delongas que resultam sempre em prejuízo dos cofres provinciais, e muitas vezes em detrimento do trânsito público

Cumpra pois reconsiderar as disposições de semelhante lei, de modo a que, nos casos excepcionais à plenitude do direito de propriedade que a constituição estabeleceu, não se veja a ação administrativa constantemente entravada por todos os recursos legais dos processos ordinários, contrariada em seus meios, e prejudicada em seus fins, que aliás são só tendentes ao bem público

Nenhum receio se pode nutrir de dotar a autoridade com alguns recursos que tornem mais sumário este seu ato, e impeçam os tropeços muitas vezes insuperáveis que lhe opõe a chicana, com grave prejuízo de melhoramentos reclamados pelo interesse geral: não é de

crer que jamais abuse ela desses meios, que só lhe são concedidos para o bem; porquanto, se moralidade existe nos particulares, maior moralidade se deve supor nos poderes a quem está confiada a elevada missão de velar no bem-estar da sociedade, e de dirigi-la sobre as regras do justo e do honesto

Tampouco semelhante faculdade seria exercida senão nos casos em que o capricho ou a obstinação individual, repellido todo acôrdo conciliador e equitativo, pretendesse subordinar a seu alvitre o interesse do público. É só para semelhante luta que me parece indispensável que a autoridade possa lançar mão de recursos, que mediante a devida indenização da propriedade exigida, não a deixe desmoralizada pelo resultado do conflito, que sempre se dá, é ou em prejuízo do bem público, ou em lesão dos cofres provinciais

DIÁRIA DE 5\$000 RÉIS AOS ENGENHEIROS

PELO § 66 do art. 1.º da lei n.º 848, de 3 de novembro do ano findo, foi o govêrno autorizado a abonar a diária de 5\$000 réis aos engenheiros, quando estiverem fora de suas residências, incumbidos de explorações

Dúvidas se tem suscitado acêrca da intelligência desta disposição legislativa, não só sobre o que quis ela que se entendesse como residência dos engenheiros, mas ainda a respeito da natureza dos trabalhos de que fossem estes encarregados; porquanto, e no 1.º caso, a tomar-se como residência de tais empregados a casa ou quartel em que habitam, seguir-se-ia daí o contra-senso de caber-lhes semelhante diária por trabalhos que desempenhassem em pontos próximos de sua residência; no entretanto, que por outro lado se se dá a esta expressão toda a latitude legal de que é ela suscetível, os engenheiros que não fossem chefes-de-distritos só fruiriam de semelhante diária quando suas comissões tivessem lugar em pontos fora da província visto como a residência legal do empregado entende-se pelo lugar em que legitimamente pode ser exercido seu emprêgo ou autoridade, entendendo-se pela do que fossem chefes ou empregados dos distritos a zona dos mesmos distritos, e pela dos que estivessem disponíveis ao serviço da província, todos os limites desta. Pelos precedentes que achei firmados nos fatos resolvidos por meu antecessor acêrca da matéria sujeita, deu-se à lei a intelligência prática de que aos engenheiros ao serviço da província em geral, e que não eram chefes-de-distrito, cabia o gozo da diária quando fossem commissionados pelo govêrno, e que só o tinham estes outros quando a comissão os fazia sair de seus distritos

Queixam-se porém estes funcionários da desigualdade resultante de semelhante prática, podendo acontecer que, enquanto um engenheiro fizesse longas jornadas de um a outro extremo do seu distrito, desempenhando importantes trabalhos, e fazendo despesas extraordinárias, sem por isso perceber a diária estabelecida, outro, transpondo apenas as raias

* Deixou de ser incluído na presente publicação

do seu distrito pelos pontos mais próximos, e de mais fácil e módico transporte, a fruiria com menos razão e menor trabalho

A respeito do 2º caso cumpre observar, que para o abono de semelhante diária, além da condição de deverem os engenheiros estar fora de suas residências, há ainda uma outra circunstância expressa na lei, e é a de serem elles "incumbidos de exploração" o que restringindo aquela concessão a certa especialidade de trabalhos, vem a propósito o determinar a inteligência desta última expressão; por isso que não parece haver estado nas intenções da assembleia o dar-lhe o sentido literalmente restritivo d'este vocábulo

Compete-vos dilucidar esta matéria, que submeto à vossa ilustrada consideração

COMPANHIA DA ESTRADA DE FERRO DE MAUÁ

O PRESIDENTE da Companhia da Estrada de Ferro de Mauá, solicita isenção da contribuição de polícia e do respectivo impósto municipal para os carros que fazem o serviço de transportar os passageiros da companhia da raiz da serra a Petrópolis, que tem sido exigido do respectivo gerente pela coletoria e municipalidade da Estréla

Pela condição oitava do contrato de 27 de abril de 1852, entre esta presidência e o cidadão o sr Irineu Evangelista de Souza, ficou estabelecido que a "taxa pelo trânsito dos passageiros da dita estrada, que seguissem em veículos da companhia até Petrópolis, seria estabelecida de maneira que ninguém pagaria mais de seis mil réis de passagem da côrte até lá" Ora, sendo efetivamente este o preço da referida passagem desde a côrte até Petrópolis; preço por certo módico em nossas atuais circunstâncias; não tendo esta companhia, que realizou a primeira via férrea no país, proteção alguma especial do govérno, parece-me digna d'este insignificante favor, que reverte em prol do público: porquanto, desde que por qualquer transação desligar-se ela d'esse serviço da serra que diretamente faz, e a que não está absolutamente obrigada, poderão sofrer os passageiros pela elevação do preço das passagens nos carros considerados de outra empréza, ou de particulares; no entretanto que assim como se acha este serviço a cargo immediato da companhia, não pode ela alterar o preço estabelecido de seis mil réis pela cláusula do seu contrato Julgando pois digna de vosso benigno deferimento semelhante pretensão, peço-vos que a resolvais nesse sentido

COMPILAÇÃO DAS LEIS DE FAZENDA

A CABO de ser-me apresentado o trabalho da compilação sistemática de todas as disposições legislativas e regulamentares em vigor concernentes à criação, percepção e distribuição da renda provincial, recomendado por vossa lei n.º 672, de 31 de outubro de 1853, e que pelo excelentíssimo presidente foi cometido a uma comissão nomeada em 22 de março de 1854

É um trabalho importante que exigiu por certo aturado e refletido estudo d'este ramo de nossa legislação, e que compondo-se de 671 artigos, foi quase todo desempenhado pelo sr Luis Ferreira de Araújo e Silva, hábil empregado do Tesouro Nacional

Com igual cuidado carece êle ser revisto, e eu trataria de encarregar dessa tarefa alguma outra comissão ou individuo, se, acreditando que a reforma da administração é um fato que não pode por mais tempo espaçar-se, não entendesse, nessa crença, por mais conveniente aguardar a realização de semelhante fato, para, utilizando o trabalho que acaba de fazer-se, retificá-lo então no sentido das alterações introduzidas na reforma que se fizer; tanto mais quanto seu autor não se limitou a coordenar sistematicamente as disposições vigentes, indo além d'esse mandato na inserção que fêz de idéias novas, talvez convinháveis, mas que não são lei da provincia

TERRAS PÚBLICAS

PROIBIDA em 1822 a distribuição das terras por meio de sesmarias, entrou-se em um período que, sem preconizar o anterior, podemos denominar da devastação de nossas florestas. A par dos homens industriosos, que, movidos do desejo de ligar-se à terra pelo trabalho, levados da ambição razoável e instintiva no homem de possuir, abriram posses, que hoje usufruem mansa e pacificamente, hordas de vândalos, apenas dominados pela cobiça de um passageiro lucro, não possuindo mais do que o machado devastador, derrubavam e entregavam às chamas, extensas matas seculares de um valor incalculável, com o fim de legitimarem de algum modo o seu direito sobre o solo que estas ocupavam, a fim de transmiti-lo a outros, o que aliás faziam, as mais das vezes, por um preço inferior ao trabalho material da destruição. Por outro lado, nem todos os concessionários de sesmarias haviam cumprido as três cláusulas essenciais das concessões; medição, confirmação e cultura. D'este modo, vimos, particularizando a nossa provincia, e referindo-me a uma época mais próxima, brutalmente descortinadas as terras adjacentes aos rios Muriaé, Carangola, Prêto, Itabaipoana e outras, sem que as aproveitasse convenientemente a lavoura, e sendo elas no entretanto de espantosa uberidade; concentrando-se assim no domínio de poucas infinidades de léguas, que um bom sistema de distribuição gratuita e venda moderada houvera aplicado ao bem-estar de muitos, aumentando a riqueza pública

A este estado, que não podia continuar sem a futurição de graves conseqüências, veio pôr termo a lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, que, não alterando as condições da propriedade territorial, antes respeitando esculpulosamente os direitos adquiridos, mandou extremar o domínio público do particular, a fim de vender-se em hasta ou fora dela, quando e como fôr mais conveniente, todas as terras públicas, excetuadas as que tenham de ser concedidas gratuitamente nas fronteiras do

Império, ou as que convenha reservar para a colonização dos indígenas, fundação de povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões e estabelecimentos públicos, e para a construção naval, depois de medidas, divisões, demarcadas e descritas

O modo prático de conseguir-se este importantíssimo fim foi estabelecido no regulamento de 30 de janeiro de 1854, que baixou com o decreto n.º 1318 da mesma data

Apenas dêle teve conhecimento a presidência da província, transmitiu-o a todas as autoridades, exigindo as informações de que trata o art. 28, sobre a existência de posses sujeitas à revalidação, e dando as providências tendentes à realização do registro incumbido aos vigários pelo art. 97

As informações recebidas têm sido enviadas ao ministério do Império. O registro não se há conseguido com facilidade, antes encontra obstáculos que talvez não fôsem previstos, e que agora a prática vai demonstrando

No primeiro prazo marcado no art. 92, e que em virtude do aviso de 13 de fevereiro de 1854 findou no primeiro de março deste ano, não ficaram por certo registradas grande número de propriedades. No entanto, alguns vigários, ou porque entendam que a sua missão religiosa os inibe de concorrer para a aplicação do art. 95 aos omissos, ou porque não tenham conhecimento de todos os proprietários das suas freguesias, ou, finalmente, por pouco zelo, têm declarado que não lhes consta haverem pessoas que deixassem de fazer o registro

Expedi-lhes circular no 1.º do mês findo, recomendando-lhes a exata observação das disposições do capítulo 9.º do regulamento

Não estão ainda nomeados os juizes comissários de medições na forma do art. 30, nem, conseqüentemente, marcado o prazo em que deverão ser medidas as terras adquiridas por posse, sujeitas à legitimação, ou por sesmarias ou outras concessões, que estejam por medir e dependentes de revalidação. Também não se acha ainda criada a repartição a que deve ficar especialmente incumbido na província este ramo de serviço

ÁGUA POTÁVEL

A cabo de obter do Excelentíssimo Senhor Ministro da Marinha aquiescência à solicitação que lhe fiz, para encanar a água que existe desaproveitada no "Asilo de Inválidos", sito no princípio do morro da Armação, a fim de prover à necessidade que dela sentem os moradores do lado extremo da rua da Praia. À vista da planta, que mandei levantar do encanamento necessário e de seu respectivo orçamento na importância de 5:663\$600 rs, entendi como um melhoramento importante e urgente o ordenar semelhante serviço quanto antes, como acabo de fazer, tendo fundadas esperanças de que serei nesse empenho eficazmente auxiliado pelos moradores daquele bairro, onde tenciono fazer colocar uma ou duas bicas d'água

Também nutro esperanças de poder obter maior volume d'água para o encanamento ge-

ral da cidade, de modo a proporcioná-la aos moradores de São Domingos, que ainda sofrem falta dela

DÉCIMA URBANA DE PETRÓPOLIS

OS HABITANTES de Petrópolis reclamaram em agosto do ano findo, contra a imposição da décima urbana, a que não estavam sujeitas as propriedades daquela povoação, e a cujo lançamento se havia mandado proceder, por haver sido ela considerada na disposição do art. 21 do Regulamento de 7 de dezembro de 1842

Razões justificadas podiam dar-se para atender-se a semelhante reclamação, se não fôra ela inadmissível em presença da lei, que cumpria ser executada com igualdade. Creio porém que houve alguma exageração no arbitramento das casas habitadas pelos próprios donos, segundo me informa o diretor da colônia, em seu officio de 19 de julho passado, que acabo de receber, e por algumas outras informações que tenho tido. Entendo ainda conveniente alargar o perímetro passível do impôsto, para poder compreender prédios, que com justiça devem a êle ser sujeitos. No entanto, proponho-vos para, em tal caso, isentardes da décima as propriedades dos colonos nessa zona encravadas, como uma medida de favor merecido por esta classe de habitantes

Vou mandar fazer uma retificação do lançamento, enquanto aguardo vossa resolução

DOAÇÃO

AS OBRAS da estrada do Presidente, atravessando as fazendas do sr Barão de Itaguaí, entre a vila deste nome e a de Pirai, tornaram necessária a ocupação de seus terrenos, e a destruição de parte de seus cafézais, causando-lhes prejuizos que, pelo engenheiro do distrito foram avaliados em 2:018\$440 réis, de cuja indenização desistiu este cidadão em favor dos cofres provinciais, por officio que me dirigia em 16 de maio último. Com prazer consigno aqui este ato de louvável desinteresse, como um devido testemunho de público agradecimento

* * *

INCOMPLETA e cheia de graves omissões é a exposição que vos tenho feito dos importantes negócios da província, interinamente confiada à minha administração: não me foi porém dado desempenhar este dever a par de meus desejos, e na altura da ilustrada assembléa ante quem venho cumpri-lo

Já invoquei para minhas faltas vossa benevolência; agora, confiado na harmonia que deve, e me é lisonjeiro crer que há de reinar entre os poderes políticos da província, como seguro garante de sua prosperidade e princípio conservador dos direitos de seus habitantes, acabarei solicitando vosso poderoso auxílio para levar ao cabo minha difícil missão

Niterói, 1.º de agosto de 1856

AURÉO PINTO DE FIGUEIREDO
(Do Laboratório de Estatística)

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ALEMÃES E DOS AUSTRIACOS PRESENTES NO BRASIL EM 1950

O NÚMERO total dos naturais da Alemanha, presentes no Brasil em 1º de setembro de 1940, era de 77 756 dos quais 69 689, ou 89,63%, mantinham a nacionalidade de origem e 8 067, ou 10,37%, se naturalizaram brasileiros. Em relação à população total do país, naquela data, esses números correspondiam, respectivamente, às proporções de 0,19% (total dos naturais da Alemanha), 0,17% (estrangeiros) e 0,02% (brasileiros naturalizados). Os naturais da Áustria eram em número de 22 671, dos quais 18 984, ou 83,74%, conservavam a nacionalidade de origem e 3 687, ou 16,26%, tinham adotado a nacionalidade brasileira. Em relação à população do Brasil em 1940, os austríacos constituíam apenas 0,05%

Em 1º de julho de 1950 o número total dos presentes naturais da Alemanha ascende a 65 814 (0,13% da população total), dos quais 58 399 (88,73%) estrangeiros e 7 415 (11,27%) brasileiros naturalizados. O número dos naturais da Áustria neste último censo é de 17 413 (0,03% da população total), sendo 14 634 (84,04%) estrangeiros e 2 779 (15,96%) brasileiros naturalizados.¹

Segundo os resultados do censo de 1920, o número de nacionais da Alemanha ascendia a 52 870 e o de nacionais da Áustria a 26 354. Esses totais em 1940 alcançaram, respectivamente, 77 756 e 22 671, representando para os primeiros um aumento de 47,07%, e para os segundos uma diminuição de 13,98%. O decréscimo da imigração verificado após o ano de 1940 determinou uma redução desses grupos estrangeiros, tendo o censo de 1950 revelado a presença de 65 814 naturais da Alemanha e 17 413 naturais da Áustria. Em relação

a 1940, esses totais representam um decréscimo de 15,36% e 23,19%, respectivamente.

A partir de 1948 verificou-se algum incremento na imigração alemã, com entrada média anual superior a duas mil pessoas (veja-se, mais adiante, § 5)

* * *

Não é forte o desequilíbrio numérico entre os dois sexos verificado no grupo dos naturais da Alemanha e ainda menor no dos naturais da Áustria. Em 1940 havia, entre os alemães, 55,29% de homens e 44,71% de mulheres, e, entre os austríacos, 52,35% de homens e 47,65% de mulheres. Em 1950 essas proporções são, respectivamente, de 53,98% e 46,02%, para os alemães, e 52,39% e 47,61% para os naturais da Áustria.

A proporção do sexo masculino é maior entre os naturalizados, sendo, em 1950, de 67,48% entre os alemães e de 62,79% entre os austríacos.

* * *

A DISTRIBUIÇÃO territorial dos oriundos da Alemanha e da Áustria presentes em 1950 é caracterizada pela fortíssima concentração na região Sul, como consta da tabela A, onde estão resumidos, segundo as regiões fisiográficas, os dados das tabelas I (para os alemães) e I-a (para os austríacos) que encerram a discriminação segundo as Unidades da Federação.

É notável a concentração dos naturais da Alemanha e da Áustria, na região Sul, onde se acham, respectivamente, 78,53% e 82,60% do total, assim subdivididos: 37,19% e 47,03% em São Paulo, 18,18% e 8,47% no Rio Grande do Sul, 10,92% e 18,25% no Paraná e 12,24% e 8,85% em Santa Catarina.

¹ Os dados dos censos de 1940 e de 1950 não incluem os habitantes de algumas áreas, com população presente estimada, respectivamente, de 16 629 e de 31 597, os quais não puderam ser classificados segundo caracteres individuais pelo extravio do material censitário.

TABELA A

Naturais da Alemanha e da Áustria presentes em 1.º-VII-1950,
segundo as regiões fisiográficas

| REGIÃO | ESTRANGEIROS | | BRASILEIROS NATURALIZADOS | | TOTAL | |
|---------------|---------------|---------------|------------------------------|--------------|---------------|---------------|
| | Alemães | Austriacos | Alemães | Austriacos | Alemães | Austriacos |
| Norte | 165 | 20 | 21 | 4 | 186 | 24 |
| Nordeste | 689 | 81 | 105 | 14 | 794 | 95 |
| Leste | 10 685 | 2 338 | 1 802 | 477 | 12 487 | 2 815 |
| Sul | 46 245 | 12 117 | 5 439 | 2 267 | 51 684 | 14 384 |
| Centro-Oeste | 615 | 78 | 48 | 17 | 663 | 95 |
| BRASIL | 58 399 | 14 634 | 7 415 | 2 779 | 65 814 | 17 413 |

Núcleos de certa importância encontram-se também na região Leste, que abrange 18,97% dos naturais da Alemanha e 16,16% dos da Áustria. Estas quotas se distribuem, respectivamente, 12,23% e 10,62% no Distrito Federal, 2,33% e 2,46% em Minas Gerais, 3,18% e 2,30% no Estado do Rio de Janeiro, 0,65% e 0,31% na Bahia, 0,49% e 0,46% no Espírito Santo e 0,06% e 0,01% em Sergipe. São bem menores os contingentes de naturais da Alemanha e da Áustria nas demais regiões, apresentando a do Nordeste, respectivamente, 1,21% e 0,55%, a do Centro-Oeste, 1,01% e 0,55%, e a do Norte, 0,28% e 0,14% (as percentagens correspondentes aos Estados e Territórios destas regiões podem ser deduzidas da última coluna da Tabela II, que dá as proporções por 100 000).

* * *

As variações dos números dos alemães e dos austriacos presentes nas diferentes Unidades da Federação, de 1940 a 1950, constam da tabela II, onde está também especificada a distribuição proporcional de cada um desses grupos de imigrantes entre as diversas Unidades, nas suas datas.

Para o total do Brasil registrou-se uma redução, no decorrer desse período intermediário, de 15,36% entre os naturais da Alemanha e de 23,19% entre os oriundos da Áustria.

Entre os Estados com maiores contingentes, o de São Paulo apresenta pequena diminuição (menos de 7% em ambos os grupos de imigrantes); no do Rio Grande do Sul a redução foi acentuada, elevando-se a 26,64% para

os oriundos da Alemanha e 30,03% para os naturais da Áustria; o Estado do Paraná apresenta pequena redução no grupo alemão (6,11%), enquanto é muito forte o decréscimo do grupo austriaco (53,65%).

* * *

Segundo as estatísticas oficiais, no quinquênio 1950-54 imigraram para o Brasil 12 204 alemães e 2 407 austriacos, com entrada média anual, respectivamente, de 2 441 e 414 imigrantes. Enquanto as entradas anuais de alemães se verificam com algum declínio numérico, as de austriacos apresentam marcha oposta, tendo o Brasil recebido, em 1954, cerca de quatro vezes mais austriacos que em 1950.

Na data do censo de 1940 a Áustria estava incorporada à Alemanha e o Governo do Brasil reconhecera esta incorporação ("Anschluss"). Por isso na publicação oficial do censo demográfico de 1940 os habitantes que se tinham declarado nacionais da Áustria foram incluídos, na apuração da nacionalidade, entre os alemães. Eles ficaram, porém, discriminados nos estudos do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940 (veja-se especialmente o N.º 370 das "Análises de resultados do censo demográfico").

Entretanto, mesmo na publicação oficial, os habitantes que se declaram naturais da Áustria foram discriminados como tais na apuração de *naturalidade*; e justamente os dados desta apuração foram aproveitados para o presente estudo.

TABELA I

Naturais da Alemanha presentes em 1.º-VII-1950,
segundo as Unidades da Federação, por sexo

| UNIDADE DA FEDERAÇÃO | ESTRANGEIROS | | BRASILEIROS NATURALIZADOS | | TOTAL | | |
|----------------------|---------------|---------------|---------------------------|--------------|---------------|---------------|-------------------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens e Mulheres |
| Guaporé | 4 | 1 | — | 1 | 4 | 2 | 6 |
| Acre | 9 | 7 | — | — | 9 | 7 | 16 |
| Amazonas | 19 | 6 | — | 1 | 20 | 6 | 26 |
| Rio Branco | 2 | — | — | — | 2 | — | 2 |
| Pará | 68 | 46 | 10 | 8 | 78 | 54 | 132 |
| Amapá | 3 | — | 1 | — | 4 | — | 4 |
| Maranhão | 10 | 5 | 2 | — | 12 | 5 | 17 |
| Piauí | 4 | 1 | — | — | 4 | 1 | 5 |
| Ceará | 49 | 30 | 8 | 2 | 57 | 32 | 89 |
| Rio Grande do Norte | 19 | 5 | 3 | 1 | 22 | 6 | 28 |
| Paraíba | 63 | 40 | 9 | 3 | 72 | 43 | 115 |
| Pernambuco | 214 | 212 | 57 | 17 | 271 | 229 | 500 |
| Alagoas | 22 | 15 | 2 | 1 | 24 | 16 | 40 |
| Fernando de Noronha | — | — | — | — | — | — | — |
| Sergipe | 17 | 24 | — | 1 | 17 | 25 | 42 |
| Bahia | 247 | 138 | 38 | 7 | 285 | 145 | 430 |
| Minas Gerais | 693 | 629 | 153 | 57 | 846 | 686 | 1 532 |
| (Serra dos Aimorés)* | 2 | 4 | 6 | 4 | 8 | 8 | 16 |
| Espírito Santo | 149 | 115 | 43 | 18 | 192 | 133 | 325 |
| Rio de Janeiro | 912 | 960 | 151 | 73 | 1 063 | 1 033 | 2 096 |
| Distrito Federal | 3 227 | 3 568 | 834 | 417 | 4 061 | 3 985 | 8 046 |
| São Paulo | 11 376 | 11 201 | 1 239 | 657 | 12 615 | 11 858 | 24 473 |
| Paraná | 3 496 | 2 931 | 507 | 256 | 4 003 | 3 187 | 7 190 |
| Santa Catarina | 4 112 | 3 071 | 614 | 257 | 4 726 | 3 328 | 8 054 |
| Rio Grande do Sul | 5 421 | 4 637 | 1 281 | 628 | 6 702 | 5 265 | 11 967 |
| Mato Grosso | 186 | 75 | 18 | 2 | 204 | 77 | 281 |
| Goiás | 199 | 155 | 27 | 1 | 226 | 156 | 382 |
| BRASIL | 30 523 | 27 876 | 5 004 | 2 411 | 35 527 | 30 287 | 65 814 |

* Região contestada entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo

TABELA I-a

Naturais da Áustria presentes em 1.º-VII-1950,
segundo as Unidades da Federação, por sexo

| UNIDADE DA FEDERAÇÃO | ESTRANGEIROS | | BRASILEIROS NATURALIZADOS | | TOTAL | | |
|----------------------|--------------|--------------|---------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens e Mulheres |
| Guaporé | — | — | — | — | — | — | — |
| Acre | — | — | — | — | — | — | — |
| Amazonas | 1 | 3 | 1 | — | 2 | 3 | 5 |
| Rio Branco | — | — | — | — | — | — | — |
| Pará | 11 | 5 | 3 | — | 14 | 5 | 19 |
| Amapá | — | — | — | — | — | — | — |
| Maranhão | 2 | 1 | — | 1 | 2 | 2 | 4 |
| Piauí | 2 | — | — | — | 2 | — | 2 |
| Ceará | 3 | 3 | 1 | — | 4 | 3 | 7 |
| Rio Grande do Norte | — | 8 | 1 | — | 1 | 8 | 9 |
| Paraíba | 7 | 1 | 3 | 1 | 10 | 2 | 12 |
| Pernambuco | 24 | 22 | 3 | 3 | 27 | 25 | 52 |
| Alagoas | 5 | 3 | 1 | — | 6 | 3 | 9 |
| Fernando de Noronha | — | — | — | — | — | — | — |
| Sergipe | — | — | 2 | — | 2 | — | 2 |
| Bahia | 31 | 13 | 8 | 2 | 39 | 15 | 54 |
| Minas Gerais | 179 | 150 | 65 | 34 | 244 | 184 | 428 |
| (Serra dos Aimorés)* | — | — | — | — | — | — | — |
| Espírito Santo | 38 | 16 | 18 | 9 | 56 | 25 | 81 |
| Rio de Janeiro | 182 | 173 | 34 | 12 | 216 | 185 | 401 |
| Distrito Federal | 727 | 829 | 185 | 108 | 912 | 937 | 1 849 |
| São Paulo | 3 632 | 3 668 | 548 | 341 | 4 180 | 4 009 | 8 189 |
| Paraná | 1 183 | 1 258 | 446 | 292 | 1 629 | 1 550 | 3 179 |
| Santa Catarina | 682 | 536 | 195 | 128 | 877 | 664 | 1 541 |
| Rio Grande do Sul | 621 | 537 | 223 | 94 | 844 | 631 | 1 475 |
| Mato Grosso | 21 | 5 | 3 | 3 | 24 | 8 | 32 |
| Goiás | 27 | 25 | 5 | 6 | 32 | 31 | 63 |
| BRASIL | 7 378 | 7 256 | 1 745 | 1 034 | 9 123 | 8 290 | 17 413 |

* Ver nota d. tabela I

TABELA II

Distribuição dos naturais da Alemanha* e da Áustria*,
segundo as Unidades da Federação, em 1940 e em 1950

| UNIDADE DA FEDERAÇÃO | DADOS ABSOLUTOS | | | | PROPORÇÕES POR 100 000 | | | |
|-----------------------|-----------------|---------------|---------------|---------------|------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Alemanha | | Áustria | | Alemanha | | Áustria | |
| | 1940 | 1950 | 1940 | 1950 | 1940 | 1950 | 1940 | 1950 |
| Guaporé | — | 6 | — | — | — | 9 | — | — |
| Acre | 22 | 16 | — | — | 28 | 24 | — | — |
| Amazonas | 65 | 26 | 7 | 5 | 84 | 40 | 31 | 29 |
| Rio Branco | — | 2 | — | — | — | 3 | — | — |
| Pará | 194 | 132 | 15 | 19 | 249 | 201 | 66 | 109 |
| Amapá | — | 4 | — | — | — | 6 | — | — |
| Maranhão | 20 | 17 | 7 | 4 | 26 | 26 | 31 | 23 |
| Piauí | 15 | 5 | 10 | 2 | 19 | 8 | 44 | 11 |
| Ceará | 150 | 89 | 10 | 7 | 193 | 135 | 44 | 40 |
| Rio Grande do Norte | 34 | 28 | 8 | 9 | 44 | 43 | 35 | 52 |
| Paraíba | 114 | 115 | 15 | 12 | 147 | 175 | 66 | 69 |
| Pernambuco | 622 | 500 | 76 | 52 | 800 | 759 | 335 | 299 |
| Alagoas | 41 | 40 | 6 | 9 | 56 | 61 | 27 | 52 |
| Fernando de Noronha | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Sergipe | 55 | 42 | 2 | 2 | 71 | 64 | 9 | 11 |
| Bahia | 542 | 430 | 55 | 54 | 697 | 653 | 243 | 310 |
| Minas Gerais | 1 908 | 1 532 | 488 | 428 | 2 454 | 2 328 | 2 153 | 2 458 |
| (Serra dos Aimorés)** | 14 | 16 | — | — | 18 | 24 | — | — |
| Espírito Santo | 642 | 325 | 171 | 81 | 826 | 494 | 754 | 465 |
| Rio de Janeiro | 1 958 | 2 096 | 292 | 401 | 2 518 | 3 185 | 1 288 | 2 303 |
| Distrito Federal | 8 846 | 8 046 | 1 645 | 1 849 | 11 377 | 12 225 | 7 256 | 10 618 |
| São Paulo | 26 260 | 24 473 | 8 774 | 8 189 | 33 772 | 37 185 | 38 701 | 47 028 |
| Paraná | 7 658 | 7 190 | 6 859 | 3 179 | 9 849 | 10 925 | 30 255 | 18 256 |
| Santa Catarina | 11 568 | 8 054 | 2 040 | 1 541 | 14 877 | 12 237 | 8 998 | 8 850 |
| Rio Grande do Sul | 16 313 | 11 967 | 2 108 | 1 475 | 20 980 | 18 183 | 9 298 | 8 471 |
| Mato Grosso | 406 | 281 | 44 | 32 | 522 | 427 | 194 | 184 |
| Toiás | 306 | 382 | 39 | 63 | 393 | 580 | 172 | 362 |
| BRASIL | 77 756 | 65 814 | 22 671 | 17 413 | 100 000 | 100 000 | 100 000 | 100 000 |

* Estrangeiros e brasileiros naturalizados naturais da Alemanha e Áustria

** Veja-se a nota da tabela I

INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BARRO E CIMENTO

TRABALHOS regulares da estatística oficial têm ano a ano confirmado a destacada posição de Minas Gerais, no que diz com o fabrico de artigos derivados do barro. O primeiro posto, já há alguns anos, e por certo por muitos vindouros, pertence e pertencerá a São Paulo, que em 1950 quase alcançou a casa dos 500 milhões de cruzeiros. Segunda colocação vinha sendo disputada entre Minas Gerais e o Estado do Rio, este com a possibilidade de constituir-se o centro abastecedor da construção civil carioca. Últimamente, o movimento industrial mineiro conseguiu ser superior ao dos fluminenses, ou seja 147 592 279 cruzeiros contra 144 130 364.

No quadro nacional são ainda importantes centros fabris os Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Ceará, com cifras da ordem de 108, 45, 26 e 16 milhões de cruzeiros, respectivamente.

Nas tabelas oficiais, que discriminam para o país as várias espécies fabricadas, os tijolos representam 54,2 por cento do total e as telhas 32,6 por cento. Dêsse modo para o restante dos artigos não tocam senão 13,2 por cento, em cujo grupo preponderam as manilhas, tees, junções, sifões, cruzetas e curvas, com 65 milhões de cruzeiros, os ladrilhos de cerâmica com quase 43 milhões e os filtros, moringas, talhas, potes, etc., com 15. Segundo o IBGE, eis os produtos que mais se destacavam em 1950, no Estado de Minas Gerais:

| | <i>Quant</i> | <i>Cr\$</i> |
|---------------------|----------------|---------------|
| Manilhas | 2 027 646 unid | 12 863 346,00 |
| Telhas | 56 060 mil | 43 518 710,00 |
| Tijolos comuns | 280 052 mil | 63 410 683,00 |
| Tijolos refratários | 9 706 mil | 26 749 288,00 |

A produção regional, porém, continua com excelente ascensão, haja vista os resultados já obtidos pela repartição especializada e regional do IBGE, que atribui a Minas uma atividade, em 1951, da ordem de 232 001 600 cruzeiros, com o seguinte parcelamento, pelos mesmos títulos de mais acentuada expressão:

| | <i>Quant</i> | <i>Cr\$</i> |
|---------------------|----------------|---------------|
| Manilhas | 2 142 095 unid | 19 751 800,00 |
| Telhas | 66 194 mil | 60 436 200,00 |
| Tijolos comuns | 294 513 mil | 75 232 000,00 |
| Tijolos refratários | 12 050 mil | 26 084 100,00 |

A cerâmica constitui ocupação freqüente na maioria dos municípios do Brasil. Raro será aquele que não manipule o barro para o preparo de tijolos ou telhas. Em Minas Gerais, a contagem estatística somou 2 167 estabelecimentos, com um contingente operário de quase dez mil pessoas — 9 506. O Capital investido totalizou Cr\$ 70 972 800,00, oferecendo, em consequência, a cifra média de 32 750 cruzeiros por olaria ou cerâmica, valor que deixa ver bem claro a modestia com que se desenvolve entre nós tão comum atividade industrial.

Dentre os 388 municípios existentes em Minas, à época do inquérito, ficamos sabendo que os 42 seguintes foram os únicos a acusar uma produção anual, em 1951, superior a um milhão de cruzeiros. A presente lista se faz acompanhada do valor da produção, expresso em décimos de milhão de cruzeiros:

| | |
|----------------------|------|
| Alfenas | 1,6 |
| Araguari | 2,5 |
| Araxá | 1,0 |
| Arcos | 1,0 |
| Barbacena | 8,8 |
| Belo Horizonte | 33,3 |
| Betim | 4,6 |
| Bom Jardim de Minas | 1,5 |
| Caeté | 3,0 |
| Campo Belo | 2,9 |
| Caratinga | 1,4 |
| Cataguases | 2,2 |
| Conceição de Alagoas | 1,1 |
| Contagem | 21,9 |
| Dores de Campos | 2,2 |
| Frutal | 2,2 |
| Gov Valadares | 7,8 |
| Itajubá | 1,8 |
| Itanhandu | 1,9 |
| Ituiutaba | 1,9 |
| Juiz de Fora | 9,3 |
| Leopoldina | 1,7 |
| Mar de Espanha | 4,2 |
| Montes Claros | 2,9 |
| Muriaé | 1,1 |
| Pará de Minas | 2,2 |
| Patos de Minas | 2,6 |

| | | | |
|-----------------------|-----|---------------|-----|
| Patrocínio | 1,6 | Teófilo Otoni | 2,0 |
| Poços de Caldas | 1,1 | Três Corações | 1,2 |
| Ponte Nova | 1,8 | Uberaba | 3,1 |
| Pratápolis | 1,3 | Uberlândia | 4,1 |
| Recreio | 2,6 | Varginha | 1,0 |
| Rio Acima | 6,1 | | |
| Sabará | 3,6 | | |
| Santa Rita do Sapucaí | 1,5 | | |
| São Lourenço | 1,1 | | |
| Sete Lagoas | 4,6 | | |

L FARIA BRAGA

Publicado em "O Jornal" do Rio de Janeiro, edição do dia 22 de junho de 1956

SÃO PAULO, CENTRO DE IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO

O FENÔMENO das migrações interiores assume particular importância. Infelizmente, não possuímos dados completos a respeito. Somente São Paulo se ocupa do assunto, através do serviço de estatística do Departamento de Imigração e Colonização, da Secretaria de Agricultura. Os Estados de Emigração (Minas à frente) não têm nenhum órgão destinado a registrar a saída de seus naturais em demanda de outras unidades da Federação. Deve-se assinalar que, em virtude das condições especiais do País, o problema oferece grande complexidade, sendo difícil verificar, em números, o movimento de população.

Os recenseamentos, no entanto, apresentando a questão em dado instante, nos proporcionam elementos que permitem aquilatar a mobilidade das populações brasileiras que, em determinadas épocas, assume aspectos dramáticos (os "paus-de-arara" que trafegam pela Rio-Bahia, nos períodos das secas, carregando uma humanidade esfomeada e em frangalhos rumo ao sul).

O número de habitantes que os censos de 1940 e 1950 encontraram fora da unidade em que nasceram somavam respectivamente 3,4 milhões e 5,2 milhões, isto é, 8,5% e 10,3% do total dos brasileiros presentes no País à data das referidas operações censitárias.

São Paulo, mercê do seu intenso progresso econômico, encabeça o movimento migratório acolhendo brasileiros de todos os recantos do território pátrio, em busca de trabalho nas indústrias e nas atividades agropecuárias.

Em 1950, ali se encontravam 1 064 000 brasileiros nascidos em outras unidades federadas, correspondendo a 12,6% da sua população. Dêsse total, mais da metade se compunha de mineiros: 512 736. Seguíam-se, em ordem decrescente: Bahia, com 189 635 presentes;

Pernambuco, com 62 745; Alagoas, com 56 788, e Estado do Rio, com 56 076. Outras unidades oferecem contingentes inferiores a 50 000 pessoas.

Dados recentes do Departamento de Imigração e Colonização demonstram que São Paulo continua a ser o maior centro de imigração interna do País. Embora menor que o movimento de 1953 e 1954, buscou o território bandeirante, o ano passado, o apreciável contingente de 88 487 imigrantes nacionais. Minas e Bahia continuam à frente com 20 724 e 19 551 respectivamente, seguidos de Alagoas (19 631) e Pernambuco (16 450).

Sendo centro de imigração, São Paulo é também de emigração. O recenseamento de 1950 assinala que viviam fora do território do Estado 507 000 paulistas, correspondendo a 6,5% da sua população à época. Do confronto entre os números correspondentes às entradas e saídas, registra-se o ganho líquido de 557 000 habitantes.

O êxodo paulista se destina, de preferência, ao Estado do Paraná, tendo o movimento crescido consideravelmente no período intercensitário: 115 290 em 1940, e 353 471, em 1950. De todos os brasileiros emigrados para aquele Estado, a contribuição bandeirante corresponde a mais da metade (53%).

O fenômeno é facilmente explicável: a quase totalidade dos emigrantes se encaminha para o Norte do Paraná, região recentemente desbravada, que representa um prolongamento econômico de São Paulo. Os paulistas procuram ali novas terras, próprias para a lavoura do café, fecundando-as com os seus recursos, com o seu esforço e a sua experiência. — *Brasilio Machado Neto*

(De "O Diário", de Belo Horizonte, 9-III-56)

FLAGRANTES BRASILEIROS

EM SUA seção de crítica literária, no "Jornal do Commercio", do Rio, o sr. Berilo Neves publicou, na edição de 30 de setembro, a seguinte nota sobre o quinto volume de "Flagrantes Brasileiros":

"Temos acentuado, nestas colunas, o excelente teor das monografias organizadas e editadas pelo Conselho Nacional de Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Feitas com grande rigor histórico e geo-

gráfico, essas publicações focalizam, de cada vez, um município brasileiro, relatando-lhe a crônica, pesquisando-lhe as características e balanceando-lhe os recursos, a produção e as possibilidades. Neste folheto, intitulado "Flagrantes Brasileiros", deparam-se-nos vários e interessantes assuntos, tais como estradas de rodagem, Correios e Telégrafos, distribuição da renda nacional, rumos da migração interna, comércio de cabotagem, exportação de açúcar,

comércio exterior, ensino superior, frutas de mesa, a industrialização de Goiás, analfabetismo e urbanização, indústria em S. Paulo, aspectos econômicos da Paraíba e vários outros, o que tudo constitui novidade para a maioria dos leitores. Essa obra de divulgação, a cargo do Conselho Nacional de Estatística, é realmente, das mais completas e beneméritas que contamos "

OS SALÁRIOS NA INDÚSTRIA E NO COMÉRCIO ATACADISTA

O SERVIÇO de Inquéritos, da Diretoria de Levantamentos Estatísticos da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística acaba de divulgar os resultados de seu trabalho de levantamento do pessoal ocupado na indústria de transformação e no comércio atacadista, segundo idade e sexo, por classes de salário e de atividade. Constituem tais dados, apresentados para o conjunto do Brasil e, separadamente, para os dois maiores centros econômicos brasileiros — o do Distrito Federal e o Município de São Paulo — o resultado da investigação feita pelos Inquéritos Econômicos, em referência ao mês de abril de 1955.

Os estabelecimentos informantes dos Inquéritos Econômicos são representativos das diversas atividades econômicas, com preponderância dos de maior movimento. Dessa maneira, as classes de atividade em que predominam empresas de vulto estão melhor representadas do que aquelas em que é numeroso o contingente de unidades de menor porte. Verifica-se, contudo, que as alterações ocorridas nos diversos aspectos das atividades dos estabelecimentos informantes têm influência preponderante no movimento geral de cada setor da indústria de transformação e do comércio atacadista.

De acôrdo com o exposto, devem ser pequenas as diferenças entre os salários médios calculados para os estabelecimentos existentes (investigados e não investigados) e os correspondentes salários calculados para os estabelecimentos abrangidos pelos Inquéritos Econômicos. Especialmente no Distrito Federal e no Município de São Paulo, essas diferenças são destituídas de importância devido à própria estrutura do parque industrial e da organização do comércio atacadista desses centros, nos quais predominam unidades econômicas de grande porte.

Os salários, em cada Unidade da Federação e classe de atividade econômica, tendem a concentrar-se dentro de limites relativamente próximos. Isto se deve, em parte, às disposições legais que fixam mínimos para os salários regionais e, em parte, às leis de competição econômica, que não permitem, especialmente nas indústrias do mesmo ramo, sejam pagos, para iguais trabalhos, salários muito diferentes

No conjunto do País, dos 569 559 operários maiores, ocupados pelos estabelecimentos informantes, cerca de 20% recebiam salários inferiores a 2 000 cruzeiros; entre 2 000 e 3 999 cruzeiros (devido à influência do Distrito Federal e do Município de São Paulo) estavam 67% dos operários; ganhando 4 000 cruzeiros, e mais havia cerca de 13%. O salário médio estava situado na classe de 2 000 a 2 499 cruzeiros.

Dos 90 936 operários maiores investigados no Distrito Federal, pouco mais de 82% recebiam de 2 000 a 3 999 cruzeiros; o salário médio encontrava-se entre 2 500 e 2 999 cruzeiros.

No Município de São Paulo, dos 186 414 operários maiores, cerca de 78% ganhavam entre 2 000 e 3 999 cruzeiros. O salário médio em São Paulo, encontrava-se também entre 2 500 e 2 999 cruzeiros, sendo superior, contudo, ao da Capital da República, pois em São Paulo a proporção dos que ganhavam mais de 4 mil cruzeiros (20,2%) é maior do que a observada no Distrito Federal (14,5%).

Quanto ao comércio atacadista, quer para o total do País, quer para o Distrito Federal e São Paulo, observa-se uma distribuição equilibrada entre as várias classes de salários, a partir de 2 000 cruzeiros, notando-se ainda que o salário médio é pouco maior no Município de São Paulo.

A proporção dos operários menores era de 10,2% no Distrito Federal, de 14,6% em São Paulo e, para o conjunto do Brasil, de 13,5%.

No comércio atacadista os menores são empregados na proporção de 4,5% no Distrito Federal, 9,8% em São Paulo e 7% no País em geral.

As indústrias que mais empregam menores são as seguintes: "têxtil" (18,4%); "vestuário, calçados e artefatos de tecidos" (49,4%); "fumo" (48,7%); e "química e farmacêutica" (38,3%).

Finalmente, 66,6% dos operários eram homens e 33,4% mulheres, e dos empregados no comércio, 86,9% eram homens e 13,1% mulheres.

(Publicado em "O Estado de São Paulo", edição de 4 de setembro de 1956)

EMENTÁRIO DAS RESOLUÇÕES DA XVI ASSEMBLÉIA GERAL DO CNE

Nº 663 — Expressa congratulações pela realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia

Nº 664 — Expressa reconhecimento aos Inspectores Regionais e Agentes Municipais de Estatística

Nº 665 — Consigna pronunciamento sobre o “Anuário Estatístico do Brasil”

Nº 666 — Preenche vagas no quadro de Consultores Técnicos do Conselho

Nº 667 — Salienta a necessidade da realização do VII Recenseamento Geral do Brasil e faz recomendações nesse sentido

Nº 668 — Regula a elaboração e divulgação das “Tábuas Itinerárias Brasileiras”

Nº 669 — Registra pronunciamento a respeito do VI Recenseamento Geral do Brasil

Nº 670 — Manifesta congratulações à Secretaria-Geral do Conselho pelas atividades da estatística para fins militares

Nº 671 — Dispõe sobre a realização da XXI Campanha Estatística

Nº 672 — Altera dispositivos de Resolução JEC-495, de 28-12-55 e dá outras providências

Nº 673 — Registra pronunciamento sobre a criação de serviço censitário permanente

Nº 674 — Recomenda a generalização do uso da “Nomenclatura Brasileira de Mercadorias” em apurações estatísticas

Nº 675 — Sugere providências quanto ao projeto de lei relativo à guia de exportação

Nº 676 — Registra pronunciamento sobre as iniciativas da Secretaria-Geral do Conselho

Nº 677 — Manifesta-se sobre a conceituação jurídica do IBGE

Nº 678 — Exalta o significado das comemorações do decênio da Constituição Brasileira e dá outras providências

Nº 679 — Registra o alto significado dos instrumentos de informação e o reconhecimento do Conselho à contribuição que oferecem à formação de uma mentalidade estatística

Nº 680 — Faz recomendações quanto à denominação de logradouros públicos

Nº 681 — Homologa o Regimento Interno da Junta Executiva Regional do Estado de São Paulo

Nº 682 — Fixa gratificação dos delegados regionais e membros da Junta Executiva Central presente à XVII Assembléia-Geral

Nº 683 — Elege as Comissões Técnicas do Conselho e dá outras providências

Nº 684 — Reverencia a memória de Mário Augusto Teixeira de Freitas

RESOLUÇÕES DA JEC

Resolução nº 511, de 4 de julho de 1956

Aprova os resultados definitivos dos Censos Industrial e Agrícola de 1950

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, nos termos do disposto no art 2º da Lei nº 651, de 13 de março de 1949, a Junta Executiva Central organizou os planos de operação, e aprovou os instrumentos de coleta e as instruções correspondentes aos Censos Agrícola e Industrial de 1950;

considerando que a Junta acompanhou a execução dos Censos Agrícola e Industrial, em todas as suas fases, havendo aprovado, nas sessões de 19 de dezembro de 1952 e 20 de março de 1953, respectivamente, os planos de apresentação tabular dos Censos em apêço;

considerando que a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística vem divulgando, por intermédio dos órgãos competentes,

os resultados definitivos dos Censos Agrícola e Industrial, para cada Unidade da Federação, constantes do plano sistemático de apresentação dos dados censitários;

considerando que as apurações referentes às Unidades da Federação, já ultimadas, fornecem, para o conjunto do Brasil, os resultados concernentes às características gerais de organização e movimento dos estabelecimentos agrícolas e das empresas e estabelecimentos industriais investigados em 1950, resolve:

Art 1º — Ficam aprovados, para efeito de serem submetidos à ratificação do Governo, nos termos do art 9º do Decreto-lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, combinado com o art 2º da Lei nº 651, de 13 de março de 1949, os resultados definitivos dos Censos Agrícola e Industrial de 1950, constantes dos quadros sinóticos anexos:

A — Censo Agrícola:

I — Área, valor e pessoal, em 1.º-VII-1950, e despesa, no ano de 1949, dos estabelecimen-

tos agropecuários, segundo as suas principais características

II — Área, valor e pessoal, em 1º-VII-1950, e despesa no ano de 1949, dos estabelecimentos agropecuários, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação

B — Censo Industrial:

I — Características gerais de organização e movimento das empresas e estabelecimentos industriais, segundo a constituição jurídica, a classe e o gênero de indústria;

II — Características gerais de organização e movimento das empresas e estabelecimentos industriais, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação *

Resolução n.º 512, de 19 de setembro de 1956

Fixa novo limite para os adiantamentos mensais ao Serviço Gráfico

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que a Lei 2 755/56 estabeleceu novas bases para as contribuições de previdência social;

considerando que o Decreto n.º 29 604-A/56 estabeleceu, igualmente, novos níveis para o salário-mínimo; e

considerando que o limite de um milhão, novecentos e sessenta e dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 1 962 500,00) que vêm sendo concedidos mensalmente ao Serviço Gráfico, pela Secretaria-Geral deste Conselho, tornou-se insuficiente para atender aos encargos que lhes são específicos,

RESOLVE :

Artigo único — Fica a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística autorizada a efetuar adiantamentos mensais ao Serviço Gráfico, ate o limite de dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 2 462 500,00), por antecipação da Receita

Resolução n.º 513, de 25 de setembro de 1956

Autoriza a organização da Equipe de Apuração do Registro Industrial (EARI)

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando os compromissos assumidos pela Secretaria-Geral do CNE no acordo assinado com os Serviços de Estatística do Ministério do Trabalho — S E P T e do Ministério da Agricultura — S E P, visando à apuração dos Boletins de produção do Registro Industrial — modelo A, referentes aos anos de 1955, 1956 e 1957;

considerando que para execução dos trabalhos de crítica e codificação dos questionários e de revisão das apurações levadas a efeito se torna indispensável a organização de uma equipe de trabalho convenientemente selecionada;

considerando que o caráter transitório dos encargos ora atribuídos à Secretaria-Geral de-saconselham a criação de um órgão permanente na sua organização.

RESOLVE :

Art 1º — Fica o Secretário-Geral do CNE autorizado a organizar uma equipe de trabalho, que se denominará "Equipe de Apuração do Registro Industrial" — E A R I, destinada a dar cumprimento ao acordo firmado entre a Secretaria-Geral, o S E P T e o S E P, em 13 de setembro de 1956

Parágrafo único — A Equipe de Apuração do Registro Industrial — E A R I, enquanto durarem suas atividades, funcionará diretamente subordinada ao Diretor de Levantamentos Estatísticos e terá a seu cargo os trabalhos de crítica e codificação dos questionários do Registro Industrial referentes aos anos de 1955, 1956 e 1957 e revisão das respectivas apurações

Art 2º — A E A R I terá um Chefe, cuja indicação será feita pela Comissão do Registro Industrial e compor-se-á de duas turmas: Turma de Crítica e Codificação — T C C e Turma de Revisão de Apurações — T R A

Parágrafo único — Ao Chefe da Equipe e aos encarregados das Turmas serão atribuídas gratificações, correndo a respectiva despesa pela verba própria do orçamento da Secretaria-Geral

* Os quadros sinóticos constarão da publicação "Resoluções da JEC — 1956"

Bibliografia

STOLNITZ, George J. *Life tables from limited data: a demographic approach*. Office of Population Research, Princeton university. 1956.

A IDÉIA de aplicar o processo de "censo único" à construção de tábuas de mortalidade foi inspirada ao autor por um levantamento das tendências da mortalidade no Brasil. Sobre o assunto escreveu êle uma tese de doutoramento para o Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Princeton, mais tarde transformada no presente estudo.

Um dos maiores obstáculos para se traçar o processo das modificações de populações é a falta de estatísticas vitais fidedignas. Boas estimativas de fertilidade podem ser conseguidas, com relativa facilidade, através das distribuições de idade; já as estimativas de mortalidade são mais difíceis, principalmente quando o registro de óbitos é deficiente ou não existe. É dêsse segundo problema que o Prof. Stolnitz se ocupa. Baseando-se em experiências rigorosamente controladas, êle demonstra que aproximações bastante úteis das principais funções da tábua de sobrevivência podem ser conseguidas com a utilização das distribuições por idade e outras informações disponíveis.

Em resumo, seu estudo procura demonstrar que as tábuas de sobrevivência podem ser estimadas partindo-se de um censo único, ou de censos isolados, com escassas ou nenhuma informação sobre a mortalidade por idade. O Prof. Stolnitz analisa agudamente o problema — tão comum em tantos países — de organizar tábuas de sobrevivência com dados limitados, examinando os métodos atualmente em uso e sugerindo novos processos para maior exatidão dos resultados.

O autor ocupa-se detidamente das tábuas de sobrevivência brasileiras e dos trabalhos do Prof. Giorgio Mortara sobre o assunto.

PUBLICAÇÕES DO CNE NO TRIMESTRE

DURANTE o trimestre julho/setembro de 1956, o Conselho Nacional de Estatística editou e distribuiu as seguintes publicações:

Pela Diretoria de Documentação e Divulgação: *Flagrantes Brasileiros* n.º 5; *Brésil d'Aujourd'hui*; *Boletim Estatístico* n.º 54; Monografias municipais: São Caetano do Sul, Pesqueira, Itabaiana, Pôrto Calvo, Alegrete, Cabaceiras, Angra dos Reis, Araras, Crato, Itabuna (2.ª edição), Feira de Santana, Mococa, Lorena e Cachoeira.

Pela Diretoria de Levantamentos Estatísticos: *A Indústria e o Comércio Atacadista*, 1955; *Inquéritos Econômicos*: Resultados do primeiro trimestre de 1956; *A Indústria e o Comércio Atacadista*, abril de 1956; *Produção Industrial do Distrito Federal* em 1954; *Produção Industrial* de 1954.

Pelo Laboratório de Estatística: (edições mimeografadas) "Estimativa do desenvolvimento demográfico dos Municípios das Capitais nos anos de 1950 a 1960"; "Distribuição territorial dos sírios-libaneses no Brasil em 1950"; "A alfabetização das crianças no Distrito Federal"; "Números-índices das quantidades e dos preços do produtor de onze produtos da indústria extrativa vegetal nos anos de 1939 a 1954"; "A fecundidade feminina no Estado da Bahia"; "A alfabetização das crianças no Amazonas"; "A fecundidade feminina no Estado de Minas Gerais"; "Números-índices das quantidades e dos preços do produtor de 15 produtos da indústria extrativa mineral nos anos de 1939/54"; "A alfabetização das crianças em Sergipe"; "A fecundidade da mulher segundo o estado conjugal e a sobrevivência dos filhos, na população do Brasil"; "A fecundidade da mulher e a sobrevivência dos filhos nas populações urbanas e rurais do Brasil"; "A alfabetização das crianças em Goiás"; "A alfabetização das crianças no Espírito Santo"; "Números-índices dos preços e das quantidades em alguns setores de produção" (3.ª série).

Pelo Núcleo de Planejamento Censitário: *Estado de Alagoas — Censos Econômicos*; *Estado do Espírito Santo — Censos Econômicos*; *Estado do Ceará — Censos Econômicos*; *Estado do Pará — Censos Econômicos*; *Estado de Goiás — Censos Econômicos*; *Projeto de apresentação dos resultados definitivos dos Inquéritos Especiais sobre transportes e comunicações*.

XVI ASSEMBLÉIA GERAL DO CNE

REUNIRAM-SE na Capital Federal, entre 17 e 25 de agosto, as Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia. O adiamento dessas assembléias — que se deveriam realizar em julho — foi devidamente autorizado pelo sr Presidente da República, em virtude do XVIII Congresso Internacional de Geografia, levado a efeito no Brasil

A representação federal para a reunião do CNE estava assim constituída: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sr Rubens Pôrto; Ministério da Marinha, Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo de Oliveira; Ministério da Guerra, Tenente-Coronel Nelson Mesquita de Miranda; Ministério da Fazenda, sr Afonso Almiro; Ministério da Viação e Obras Públicas, sr Moacir Malheiros Fernandes Silva; Ministério da Agricultura, sra Dulce Meurer; Ministério da Educação e Cultura, sr Alberto Martins; Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sr Nirceu da Cruz César; Ministério da Aeronáutica, Brigadeiro Antônio Azevedo de Castro Lima; Ministério da Saúde, sr Achilles Scorzelli Júnior; Órgãos Filiados, sr Luiz de Abreu Moreira

A representação regional teve a seguinte constituição: Rondônia, sr Cirilo de Arruda; Acre, sr Osvaldo Pinheiro de Lima; Amazonas, sr Francisco Valadares Filho; Rio Branco, sr Aloísio Neves; Pará, Padre José Cupertino Contente; Amapá, sr Heitor de Azevedo Picanço; Maranhão, sr José Martins Dourado; Piauí, sr José Lopes dos Santos; Ceará, sr Tomás Gomes da Silva; Rio Grande do Norte, sr Agenor Bezerra de Araújo Lima; Paraíba, sr João da Cunha Vinagre; Pernambuco, sr Bernardo Pinto de Azevedo; Alagoas, sra. Maria Helena Silva; Sergipe, sr Rui Elói dos Santos; Bahia, sr Felipe Nery; Espírito Santo, sr Jaime Smith; Minas Gerais, sr Romeu Jacob; Rio de Janeiro, sr Aldeamar Alegria; Distrito Federal, sr Flávio Faria; São Paulo, sra Celeste Ângela de Souza Andrade; Paraná, sr Jair Leal; Santa Catarina, sr Walter Belo Wanderley; Rio Grande do Sul, sr Adalberto Tostes; Mato Grosso, sra Horminda Pitaluga de Moura; e Goiás, sr Geraldo Campos

★ *Sessão de instalação* — A instalação solemne das Assembléias Gerais dos dois Conselhos realizou-se no dia 17, às 17,30, no auditório do IBGE, sob a presidência do sr Jurandy Pires Ferreira, e com a presença dos representantes do Ministro da Saúde e do Ministro

do Trabalho, Indústria e Comércio, além de altas autoridades, diretores e funcionários dos órgãos integrantes do sistema estatístico.

Inicialmente, e de acordo com as normas tradicionais, os srs. Fábio de Macedo Soares Guimarães e A Teixeira de Freitas, na qualidade de Secretários-Gerais do CNG e CNE, respectivamente, procederam à leitura das relações dos delegados credenciados às reuniões dos dois Conselhos

★ *Discurso do sr Nirceu da Cruz César* — Em nome da delegação federal do CNG, falou o sr Murilo Castelo Branco, saudando as delegações regionais. Essa mesma saudação, da parte do CNE, foi feita pelo sr Nirceu da Cruz César, que pronunciou o seguinte discurso:

“Sente-se o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, nesta feliz oportunidade com que o distinguiu a Colenda Junta Executiva Central, sobremodo honrado em poder apresentar-vos, em nome da bancada federal com assento nesta Egrégia Assembléia, os melhores e mais afetivos votos de boas-vindas à Capital do País

Este apêrto de mão, porém, não representa mera atitude de cortesia, irmã xifópaga daquelas que se inscrevem, via de regra, na agenda de grandes conclaves como este Não, Meus Senhores. Este apêrto de mão é sincero e, sobretudo, fraternal. Traz o calor no fundo do coração e não o frio produzido pela maquinaria do protocolo. Revela, antes de mais nada, a ventura insuperável resultante de outro encontro com os membros da maior família brasileira que, frenando por instantes seu fecundo trabalho na Província, se reúnem na Casa Grande, não para gozar o descanso devido aos que trabalham, mas para se informarem, mutuamente, das tarefas que executam em todo o território nacional

Daí porque, Senhores Delegados, não ser este, por sua vez, um simples apêrto de mão, mas um caloroso abraço geográfico, trocado no momento preciso em que o Brasil conflui para o ponto central de seu sistema estatístico.

Reunidos na Casa projetada e construída por Mário Augusto Teixeira de Freitas para a Família Ibeana, onde cada tijolo representa um pedaço dos lídimos ideais que se alimentam de uma Nação forte e independente, estatísticos do Olapoque ao Chui, perfeitamente entrosados no programa de atividades que se traçaram, trazem, com a experiência acumulada na luta cotidiana, aquela parcela de inteligência e colaboração indispensável à revitalização, que há de ser constante, do espírito de equipe plasmado no cadinho do trabalho altamente construtivo, onde o único interesse existente é o de servir aos superiores destinos da nacionalidade

Fora de dúvida, Senhores Delegados, é a complexa responsabilidade que pesa em vossos ombros, responsabilidade que se agiganta à proporção em que o Brasil rompe as peias



Sr Níceu da Cruz
César

do conservantismo condicional e se projeta na larga e luminosa estrada que a Providência Divina lhe reservou Quanto maior fôr este maravilhoso país maior será implícita e necessariamente, a responsabilidade da participação dos estatísticos no seu processo de desenvolvimento. Por via de consequência, maior será também a Família Ibgeana e, se a deixarem trabalhar, maior será, igualmente, a Casa de Teixeira de Freitas

Construída à base do amor e do carinho com que se prospecta o imenso organismo nacional, com que se mensuram tôdas as suas variadas reações sócio-econômicas, desta Casa hão de sair no futuro, como no presente e no passado, e em moldes cada vez mais aprimorados, os grandes programas de realização estatística, inteiramente voltados para o supremo objetivo de descobrir o Brasil

Esta, Senhores Delegados, a missão maior que justifica, perante o altar da Pátria, o dever que assumimos, espontaneamente, de revelar, com a dignidade que caracteriza os homens de bem, com a dedicação e o estoicismo que embasam o trabalho estatístico, os aspectos, positivos ou negativos, do Gigante Acordado, a fim de que outros, apoiados nos diagnósticos que fizermos, possam prescrever o tratamento que se recomende à efetiva correção das deficiências que apontarmos

Com este espírito de perfeito discernimento do dever, de alta compreensão das responsabilidades assumidas, estamos, hoje, a iniciar os trabalhos da XVI Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que bem poderia ser denominada, num tropo de linguagem, a XVI Assembléia Geral dos Bandeirantes da Estatística

Este fato, por si só, já é um índice de unidade da instituição que Teixeira de Freitas logrou implantar no País e, com a vossa colaboração, impor ao respeito de brasileiros e estrangeiros. O que, porém, revela a existência intacta daqueles princípios que nortearam a criação do IBGE é, sem dúvida, a contribuição que tendes trazido a estes conclave, contribuição que representa, não há negar, a grande parcela da fonte e do conteúdo do sistema estatístico nacional

E é para essa valiosa contribuição que trazeis à XVI Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística que o SEPT na pessoa de seu Diretor aqui está, para, em nome da Colenda Junta Executiva Central e no seu próprio, augurar-vos o melhor êxito em vossos trabalhos

De permisso com esta saudação, entretanto, não poderia deixar o representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de ferir dois pontos extremos na linha funcional do IBGE O primeiro, a continência que presta, como sentida homenagem, àquele Ibgeano ilustre que tombou em pleno campo de luta, mas que permanece em nosso coração, a inspirar-nos cotidianamente: Máio Augusto Teixeira de Freitas O segundo, as congratulações que apresenta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por ter colocado à frente dos destinos desta Instituição o Professor Jurandyr Pires Ferreira, uma das mais brilhantes personalidades dos quadros in-tectuais do País

Recordando, pois, Teixeira de Freitas e falando, a seguir, em Jurandyr Pires Ferreira,

Pe Cupertino
Contente



outra coisa não pretende o SEPT fazer que não solicitar vossa atenção para o IBGE construído e para o IBGE a aprimorar-se Se a tarefa do saudoso Estatístico foi ciclópica, não menos ingente será a do Professor que hoje se encontra no comando desta grande unidade

Hoje, como ontem, entretanto, haverá sempre uma constante na vida desta obra monumental: os Delegados que neste momento se reúnem e que constituem, não há negar, o grande ponto de sustentação do sistema estatístico, em que se pode apolar todo aquele que, na Superior Administração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, queira trabalhar pelo bem do Brasil

Senhores Delegados: com estas palavras, termina o SEPT o caloroso abraço que lhe incumbiu a Colenda Junta Executiva Central de transmitir-vos Se mais prolongado não foi, é porque receu importunar-vos Não obstante, procurou apertar-vos bem ao coração, com o carinho da fraternidade, com o prazer de vos rever

Sede felizes "

★ *Discurso do padre José Cupertino Contente*

— Agradecendo a saudação da delegação federal do CNG falou o sr Carlos Buchelle Júnior e, em nome dos estatísticos regionais, o padre José Cupertino Contente, cujo discurso foi o seguinte:

"A mim, neste momento de elevada significação cívica, duas palavras, em nome de meus distintos companheiros, convencionais regionais

Em extremo grato me sinto, como, de maneira idêntica, se sentem os meus colegas, às palavras cativantes, de bondade tão delirantes com que fomos saudados Diante disto e depois disto, os nossos corações se abrem para um entrelaçamento de ideais que são todos os mesmos, na mesma igualdade de sentir, porquanto são ideais de amor à querida pátria brasileira

Reunidos aqui, nesta convenção, por todos os títulos memorável, para estudos e discussão de assuntos relevantes, a fim de imprimir mais bela marcha à obra insigne do saudoso Teixeira de Freitas, temos o compromisso de bem agir, no desempenho exato de nossos deveres, muito embora ateando labaredas de sacrifícios ou formando braseiros de desprendimentos que, ao final, se converterá tudo em florações magníficas de trabalho produtivo e em florões de alegria e tranqüilidade para as consciências

E isto se acentua muito mais, com expansiva claridade de vida e de agitação, quando sabido é que tudo gira, se alçando como espirais benditas, em torno do Brasil que espera, qual campo benfazejo e ubertoso, opimos frutos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em sua organização e nas suas múltiplas atividades

Sr Presidente e senhores convencionais Eu não sei como traduzir, em palavras, a admiração e consequente emoção que de mim se apoderou, à proporção que fomos examinando as contas deste Instituto Parece-me que isto é um mundo à parte, por completo



Aspecto de uma das mesas-redondas realizadas na Secretaria Geral

segredado bem distante do cenário nacional, e onde tudo canta e sorri, sorri faceiramente, com os enlevos da honestidade e com os carinhos do amor ao trabalho. As vozes do bem que segregavam ao filósofo antigo as mais sublimes inspirações, sonorizam as consciências de quantos aqui labutam, numa harmonia de entusiasmo e de perene patriotismo. Tudo é vida, tudo é compreensão, tudo é movimento.

Certa feita, um grande poeta, torturado pelo futuro da pátria, deixara, incompleta, esta frase: "Se nesta terra houvesse u'a mocidade" E o ilustre paulista Barão de Brasília Machado, impulsionado pelos seus sentimentos de mestre, em magnífico discurso, apreciando essa frase do vate acabrunhado, assim exclamara: "A mocidade existe, estuante de fé e de esperança; a mocidade existe, ruidosa como os nossos mares bravios; encantadora como a poesia; cheia de clarões como o céu, semeado de estrélas. E é nessa mocidade que repousa o alicerce da nacionalidade."

Se, parafraseando o poeta, lançássemos, a esmo, este pensamento — "Se nesta terra não houvesse organizações públicas como o IBGE" —, talvez tudo se perdesse, no espaço da indiferença, porquanto difícil seria responder com a mesma fibra, com a mesma eloquência e com o mesmo destemor, com que falara Brasília Machado.

Tristeza das tristezas, tristeza de morte para um povo tão digno de outros destinos.

De fato, Sr. Presidente e senhores convencionais. Pois muito difícil torna-se encontrar, na vida brasileira, uma entidade pública possuindo as características de lisura, de honra, de patriotismo, como o IBGE. E aqui surge, entre clarões de benemerência, a figura singular de Teixeira de Freitas, seu idealizador e seu realizador. Sonhou com o Instituto, despertou, risonho, do sonho de civismo, e ergueu este monumento de brasilidade que assinala uma etapa de vida nova para a pátria, porquanto, pensara ele, a Estatística dum país é marcha batida para o progresso, é força que clareia, no horizonte, prospectos de civilização.

Eis por que, Sr. Presidente e senhores convencionais, quero declarar, tanto quanto me foi dado observar, nas minúcias das contas e nas minúcias dos documentos comprovantes de despesas, minúcias até irrisórias, que a moralidade administrativa e o amor à Pátria assentaram tenda, fizeram moradia neste Instituto.

Diante desta escuridão imensa e imensa escuridão, como diria o poeta, que se observa

nos recantos nacionais, escuridão imensa de descalabro, de carência de moral administrativa, em face do que os nossos corações se contorcem, como se feridos nas arestas de velhos mármore dos campos de dor, eu levanto bem alto, numa partitura uníssona de todos os meus companheiros regionais, um hino de aplausos vibrantes ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

E ao Exmo. Sr. Presidente, aos Srs. Convencionais centrais, a reafirmação de nosso profundo agradecimento com votos de muitas e muitas felicidades."

ENCERRANDO a sessão, falou de improviso o sr. Jurandyr Pires Ferreira, presidente do IBGE, que enalteceu a figura de Teixeira de Freitas, idealizador e fundador da Casa, e teceu comentários à obra dos que o antecederam na Presidência do Instituto. Ressaltou as grandes realizações do IBGE e a atuação destacada de seus técnicos nas Reuniões Internacionais de Estatística de 1955 e no Congresso Internacional de Geografia.

★ *Reuniões plenárias* — Foram realizadas sete reuniões plenárias — a primeira no dia 20 e a última no dia 25 — durante as quais foram examinados 33 projetos, dos quais 29 foram convertidos em Resoluções.

Para apreciação preliminar das matérias a serem discutidas, ficaram assim constituídas as Comissões regimentais, das quais é membro nato o Secretário-Geral: *Organização Técnica* (por eleição) — os srs. Alberto Martins e Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo de Oliveira, representantes dos Ministérios da Educação e Cultura e da Marinha, respectivamente, e a sra. Celeste Angela de Souza Andrade, e os srs. Tomás Gomes da Silva e Felipe Néri, delegados, respectivamente, dos Estados de São Paulo, Ceará e Bahia; *Redação Final* (livre escolha) — Srs. Moacir Malheiros, Nirceu da Cruz César, Aldemar Alegria, Romeu Jacob e Adalberto Tostes; *Comissão de Tomada de Contas*, para a XVII Assembléia-Geral (por sorteio).

os representantes dos Ministérios da Saúde e da Marinha, e os delegados do Ceará, Paraíba, Espírito Santo, Mato Grosso e Território de Rondônia

★ *Mesas-redondas* — A exemplo do que ocorreu na Assembléia de 1955, foi dada especial atenção, este ano, à realização de mesas-redondas entre diretores dos serviços federais e os representantes regionais

Na mesa-redonda do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, realizada no dia 18 de agosto, foram discutidas as apurações relativas a desquites, cartórios, efetivo do pessoal judiciário, crimes e contravenções, desastres e acidentes. Vários Delegados manifestaram-se sobre os prazos de encerramento da coleta em suas Unidades

A do Serviço de Estatística da Saúde foi levada a efeito no mesmo dia. Foram discutidas algumas alterações a serem feitas nos questionários utilizados na XX Campanha Estatística, visando à sua simplificação e melhor conceituação. Dentre as deliberações tomadas, destacam-se duas: a) promover a fusão dos questionários 6 01 0 e 6 02 0 num único; b) obter a liberação do caráter sigiloso para os cadastros profissionais

A mesa-redonda do Serviço de Estatística Econômica e Financeira realizou-se no dia 20. Foi exposto pelo sr Afonso Almiro o critério de apuração do Movimento Bancário e os Delegados debateram aspectos do Comércio de Cabotagem e da utilização da *Nomenclatura Brasileira de Mercadorias* por todos os serviços encarregados de apurações que discriminem mercadorias. Examinaram-se ainda problemas das estatísticas do Comércio Exterior

O Serviço de Estatística da Produção teve sua mesa-redonda no dia seguinte. A sra Dulce Meurer solicitou sugestões para o calendário dos trabalhos deste ano, e reportou-se a divergências verificadas na classificação dos trabalhadores em certas profissões. Os Delegados apreciaram assuntos relacionados com o Registro Industrial, tendo feito uma exposição sobre estatísticas agrícolas. O Sr Sebastião de Aguiar Aires, Diretor de Levantamentos Estatísticos

O Serviço de Estatística da Educação e Cultura realizou sua mesa-redonda no dia 23. O sr Alberto Martins prestou informações sobre a atualização das estatísticas educacionais, apelando para os Delegados presentes no sentido de que retomassem os trabalhos de apuração dos resultados relativos a 1955. Dos vários pronunciamentos, verificou-se que as dificuldades encontradas decorrem principalmente de fatores estranhos ao plano adotado pelo SEEC, tais como: escolas vagas, transferências frequentes, etc

Na mesa-redonda do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, no dia 28, o Sr Nirceu da Cruz César expôs o plano de trabalho do Serviço, referindo-se detalhadamente aos estudos para a fixação dos novos níveis do salário-mínimo. Foram prestadas explicações sobre a apuração dos dados levantados pela extinta Comissão do Bem-Estar Social

★ *Votos* — durante os trabalhos da Assembléia foram aprovados os seguintes votos:

de congratulações — com o sr Tulo Hostílio Montenegro, pela sua investidura no cargo de Secretário-Geral do IASI; com o sr Valdemar Cavalcanti, por ter sido premiado pela Prefeitura Municipal de São Paulo em reconhecimento aos serviços prestados à difusão cultural; com o sr Moacir Malheiros, pela sua eleição e posse na Academia Carioca de Letras; com os srs Joaquim Ribeiro Costa e Eurico Arcieri, pela sua aposentadoria; com o Exército Nacional, pelo I Centenário de criação da primeira seção de estatística militar; com o sr Adolfo Frejat, pela sua atuação à frente da Inspeção Regional do Espírito Santo; com o prof Jorge Kingston pela sua reeleição para a vice-presidência do ISI; com o sr Herbert Moses, pelo transcurso do 25º aniversário de sua administração na ABI; com o Cardeal D Jaime Câmara, pelo êxito do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional; com o Bispo-Auxiliar D Helder Câmara, pelo 25º aniversário de sua ordenação sacerdotal; com o Governo do Estado do Amazonas e a Comissão Organizadora do I Congresso Amazonense de Municípios, pela realização daquele Congresso; com a Prefeitura do Distrito Federal, pela publicação dos volumes *Anuários Estatísticos do Distrito Federal 1950-54* e *Tábuas Itinerárias do Distrito Federal*; com a Diretoria de Levantamentos Estatísticos da Secretaria-Geral do CNE pela atualização de suas publicações; com a Diretoria de Documentação e Divulgação da mesma Secretaria, pela eficiência de seu trabalho no campo da difusão estatística; com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e com o diretor do DEE do Rio de Janeiro, pela publicação das *Tábuas Itinerárias do Estado do Rio de Janeiro*; com o sr Rubens Pôrto, por ter sido distinguido com a Medalha Militar; com o sr Afonso Almiro, pela sua nomeação para a Diretoria da Despesa Pública;

de agradecimentos — aos srs Presidente da República, Ministros de Estado, Governadores e Prefeito do Distrito Federal, pelo apoio que vêm dando à causa da estatística; aos prefeitos de Caucaia e Manacapuru, pela doação de prédios destinados às respectivas Agências Municipais de Estatística;

de elogio — ao Prof João Carlos de Almeida e à sra Amália Ricci de Almeida, pelos serviços prestados à estatística do ensino primário em Alagoas;

de saudade — a Alcindo Guanabara, pelo transcurso do 38º aniversário de sua morte;

de reconhecimento — à imprensa, pelo apoio e divulgação dos assuntos relativos à estatística; ao sr Waldemar Lopes, pelos serviços que tem prestado à estatística nacional;

de homenagem — ao sr Antônio Lugon, pela destacada atuação que teve frente ao DEE do Espírito Santo;

de pesar — pelo falecimento dos srs Leopoldino Sampalo, Manuel Martins Júnior, General José Carlos de Senna Vasconcelos, prof João de Barros Barreto, Carlos Dávila, Fran-



Flagrante de uma das reuniões plenárias

cisco Souza e D Aquino Corrêa; pelo transcurso do aniversário da morte do sr Getúlio Vargas e de D Hipátia Damasceno Ferreira

★ *Homenagem* — As delegações à XVI Assembléia Geral do IBGE visitaram, incorporadas, o túmulo de M A Teixeira de Freitas, tendo discursado na ocasião os srs Vilhena de Moraes, em nome do CNG, e Romeu Jacob, pelo CNE

★ *Visitas* — Uma comissão de geógrafos visitou, na forma da tradição, o plenário da As-

sembléia do CNE, apresentando votos de êxito aos trabalhos. A comissão de estatísticos que levou os mesmos votos ao CNG estava formada pelos srs Francisco Valadares Filho, Ruy Eloy dos Santos, Walter Belo Wanderley, Geraldo Campos, sra Maria Helena Silva e, como delegado federal, o Tenente-Coronel Nelson Mesquita de Miranda

Outras visitas recebidas pela Assembléia: Senador Fernandes Távora e General Cañas Montalva, presidente do Instituto Interamericano de Geografia e História

Mesa-redonda presidida pelo Sr Rubens Pôrto,
Diretor do Serviço de Estatística Demográfica Moral e Política



★ *Biblioteca Waldemar Lopes* — Foi inaugurada no dia 24, às 18 horas, na Biblioteca do Conselho, a placa com o nome "Biblioteca Waldemar Lopes" — que passou a ser a sua designação — doada pelos estatísticos paulistas. Discursou na ocasião o Prof. Milton da Silva Rodrigues, que veio especialmente de São Paulo para esta solenidade, e cuja oração foi a seguinte:

"Reunimo-nos hoje, a "família ibgeana", para realizar a solenidade ritual de uma inauguração. Mas esse ato, tão freqüentemente frio, travado de artificialismos formalísticos e sem outra significação além da de pôr em foco um poderoso do momento, alcança hoje um sentido todo especial que o aquece com o calor do afeto e lhe dá a viva desenvoltura dos atos espontâneos, pois que na sua essência se encontra a reafirmação da continuidade de um espírito tradicional.

Com efeito; ao consagrar, hoje, esta biblioteca ao nome de Waldemar Lopes, pessoa que tão bem soube receber, cultivar e transmitir uma herança espiritual valiosa, estamos, é natural, revivendo essa tradição e renovando explicitamente os nossos propósitos de bem servir-lhe, mantendo-a e aperfeiçoando-a. Estamos, por isso mesmo, rememorando, com respeito, admiração e saudade, o nome de Mário Augusto Teixeira de Freitas, o iniciador dessa tradição. E que outra melhor maneira de reverenciá-lo senão demonstrando que os ideais a que ele consagrou sua vida continuam vivos?

Faz já vinte anos que, sob a inspiração de Teixeira de Freitas, se fundava o Instituto Nacional de Estatística, dois anos mais tarde, ampliado e reorganizado sob o nome de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Animou-o desde os primeiros instantes, transmitindo-se a todos os seus servidores aquele espírito de intransigente dedicação aos ideais de trabalho produtivo e desambição pessoal, que caracterizavam o varão que o fundara.

Já nessa época, junto ao Conselho Nacional de Estatística, funcionava uma biblioteca especializada que, dentro em pouco, veio a ser enriquecida com valiosíssima doação feita por Giorgio Mortara. Dessa maneira, firmava-se o caráter todo especial que ainda hoje distingue o IBGE. De fato; além de organismo coletor, apurador e analisador de dados estatísticos, ele é um órgão de difusão cultural da estatística, que através de sua biblioteca, sua Revista, suas confrências, tem contribuído muito não só para despertar o interesse por aquele conhecimento, em seus aspectos teórico e aplicado, como mesmo para preparar e lançar vários dos nossos especialistas. Assim, é de notar-se que o mesmo grupo de pessoas que, no princípio, compôs o IBGE foi o que resuscitou e vem sustentando brilhantemente a Sociedade Brasileira de Estatística, da qual a mesma Revista Brasileira de Estatística é órgão oficial.

Ingressando no IBGE já na época de sua criação, Waldemar Lopes tem sido um dos melhores representantes do seu espírito. Trabalhador dedicadíssimo, a ponto de pôr em jogo a sua saúde, soube, no entanto, ser um chefe querido pelos seus subordinados, exigindo de si próprio por vezes mais do que suas forças físicas lhe permitiam, mas dispensando aos outros um trato afável, paciente e cheio de palavras animadoras.

A inteligência dele deve esta Biblioteca sua atual organização; aos esforços dele, a riqueza de seu acervo. Foi por isto que um intelectual, pela sua condição capaz de apreciar-lhe o valor e, pela sua posição independente, insuspeito — o Dr. Nirceu da Cruz Cézar — lembrou em carta dirigida a um dos membros da Junta Executiva Central de Estatística o quanto seria oportuno, justo e exemplar que a esta Biblioteca se desse o nome de Waldemar Lopes. Esse membro, o Dr. Afonso Almira, em sessão da Junta de 3 de

janeiro deste ano, converteu a sugestão em proposta sua, apoiada firmemente entre outros, pelo então presidente do IBGE, o embaixador José Carlos de Macedo Soares. Era, evidentemente, inevitável que Waldemar Lopes se opusesse a tal proposta. Começou por pedir com afincão que ela fosse sumariamente posta de lado e, na impossibilidade de tal ato, pediu que sua discussão fosse adiada, conforme reza a ata da sessão, "para quando, não sendo mais Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, pudesse ela (a homenagem) representar julgamento isento de qualquer suspeição, uma vez que os homens só podem ser julgados imparcialmente quando, despidos de autoridade, não são mais considerados capazes de fazer o bem ou o mal".

Infelizmente para todos, o desejo por ele expresso foi, em parte, atendido. Embora aprovada a proposta contra o seu único voto, somente hoje a homenagem prestada se completa materialmente, com a inauguração dessa placa com que os estatísticos de São Paulo entenderam de para ela contribuir. É a um Waldemar Lopes "despido de autoridade" (mas tão-somente da autoridade funcional) que hoje homenageamos. Que ela permaneça, pois, a fim de, com o abrandamento que a sucessão dos anos traz às paixões e enganos de momento, lembre ela sempre um dos muitos serviços desinteressados que Waldemar Lopes prestou".

★ *Publicações* — Numerosas publicações do próprio Conselho, dos diversos serviços estatísticos, do CNG e de órgãos oficiais, foram distribuídas aos delegados, no decorrer dos trabalhos. Destacamos, entre elas, as seguintes: *Relatórios* das atividades do sistema estatístico no Pará, Rio Grande do Sul, Paraná, Acre, Maranhão, Distrito Federal, Rondônia, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Goiás, Espírito Santo, Alagoas, Rio de Janeiro e Minas Gerais; *Relatórios* do SEEC e do SEP; *Anuários Estatísticos* do Espírito Santo, do Distrito Federal (1950/54) e das *Estatísticas Educacionais do Rio Grande do Sul* (1951/52); *Monografias Municipais da DDD sobre Resende, Itabuna, Araras, Ribeirão Preto, Quipapá e Baturité; Tábuas Itinerárias* do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro; *Levantamento Piloto* realizado no Espírito Santo; *Brasil, produção agrícola* (1951/52); *Crimes e contravenções, Distrito Federal*, (1950 e 1951); *Flagrantes brasileiros n.º 4; Problemas de base do Brasil* (4.ª edição); *Quadros sintéticos da safra 1956/57, do IAA; Estatísticas do culto católico romano de 1946 a 1950*, em Belém, São Paulo, Minas Gerais, Salvador e Distrito Federal; *Estradas de ferro no Brasil, aspectos gerais e traçados esquemáticos; Técnica da chefia e do comando; Publicações da DLE: Algumas informações estatísticas; A indústria e o comércio atacadista, maio de 1956; A indústria e o comércio atacadista, 1955; Comércio interestadual — Exportação do Distrito Federal por vias internas, 1954/55; Produção industrial de Minas Gerais, 1954; Produção industrial de Mato Grosso, 1954; Produção industrial do Pará, 1954; Produção industrial de Alagoas, 1954; Exportação do Espírito Santo por vias internas, 1955; A indústria e o comércio atacadista, abril de 1956; Exportação do Distrito Federal por vias internas — principais mercadorias, 1955; Exportação do Distrito Federal por vias internas, 2.º trimestre de 1956; Exportação do Ceará por vias internas, 1954; Amazonas, produção industrial, 1954;*

Espírito Santo, produção industrial, 1954; Distrito Federal, produção industrial, 1954; Piauí, produção industrial, 1953

★ *Sessão de encerramento* —

A sessão solene de encerramento das Assembléias Gerais dos dois órgãos dirigentes do IBGE realizou-se às 20,30 do dia 25 de agosto. Os srs A Teixeira de Freitas e Fábio de Macedo Soares Guimarães leram um resumo das atividades desenvolvidas durante as Assembléias Discursaram, em nome das delegações regionais, os srs Altair Brandão, pelos geógrafos, e Walter Belo Wanderley, pelos estatísticos. Em nome das delegações federais falaram, pelo CNG, o General Dulcardo Moreira Lobato, e pelo CNE o sr Moacir Malheiros cujo discurso foi o seguinte:

“É praxe, em nossas Assembléias Gerais, escolher-se, para saudar os Delegados Estaduais e Territoriais, o mais moderno dos delegados federais

Lógico esse procedimento, pois os mais novos — os mais moços, digamos, — têm muito mais calor para as saudações afetuosas de boas-vindas

Também parece lógico que, para as palavras difíceis da despedida, tanto vale dizer, da separação, seja escolhido um dos mais antigos, se não o mais velho dos delegados federais

Está no consenso geral que os mais idosos sentem muito mais as separações, as despedidas, os afastamentos

É que eles aprendem isso, sofrendo na própria carne; quero dizer, vendo fugir-lhes a mocidade e, com esta, a própria vida. De fato, de nada nos despedimos tão demoradamente, tão dolorosamente como da própria mocidade. Já ela vai bem longe, como dizia o poeta, “na curva extrema do caminho extremo” e nós ainda continuamos a acenar-lhe, replicando, comovidamente: “Não te afastes tanto assim! Não fujas tão depressa! Fica um pouquinho mais comigo, ou, ao menos, um pouco mais perto de mim!”

Mas é tudo em vão, pois que a mocidade continua a afastar-se, cada vez mais, inexoravelmente!

Por isso, quando o Senhor Presidente deste Instituto com os demais ilustres colegas da Junta Executiva Central houveram por bem designar-me para esta difícil alocação, meu sentimento imediato foi de melancolia. Tal escolha equivaliu, sem sombra de dúvida, a um atestado de velhice irremediável

Pensei em recusar, em não aceitar, mas, depois, recordei-me de algumas passagens daquele volumezinho de Faguet sobre a velhice, tão melancólico aliás, e disse de mim mesmo para comigo: “Os velhos não têm outra cousa a fazer senão resignar-se”

E, desde o momento em que recebi a difícil incumbência, senti-me cercado por qua-



Sr. Moacir Malheiros Fernandes Silva

eu te entrego a Deus, que tudo sabe, tudo vê e tudo pode e assim, espero: há de restituirmo-me um dia, em algum lugar, a ventura de tua presença!”

La palavra portuguesa *saudades*, cuja etimologia é tão nebulosa, tão controvérsida, aprendi, faz alguns anos, de uma jovem do Estado da Bahia, que *saudades* constituem apenas, em anagrama, a frase: “Deus as dá” Sim! Deus dá as *saudades* como uma forma divinizante de purificação espiritual. Não constituem as *saudades* uma coroa de espinhos, mas sim uma chuva de violetas, cujo perfume suaviza a nossa maneira de sentir

Estou certo de que todos vós, meus ilustres colegas da delegação federal, esperáveis que eu fosse fazer agora, aqui, nesta tribuna e nestes poucos momentos, uma alocação que pudesse ter por título: “Teoria e prática da separação daqueles que se admiram e estimam”

De fato, seria esse o trabalho a esperar-se de quem, pelos anos vividos, já está na fase da separação . da própria vida; de quem já começa a sentir *saudades* antecipadas de todos e de tudo

Mas Não conseguindo dizer-vos de tal teoria e de tal prática da separação, permiti-me que vos recorde, apenas, que jamais compreendi bem a razão que teria dado origem a esta praxe de oração de despedida

Despedida implica em separação

E eu considero o Brasil uno, contínuo, inseparável

A própria Estatística, tanto quanto a Geografia, são ciências, são atividades que precisam dessa continuidade, que exigem essa inseparabilidade

Em qualquer ponto em que estejamos, em nosso território, no Amazonas, como no Rio Grande do Sul, em Pernambuco como em Mato Grosso, no Distrito Federal como em Goiás, na Bahia como em Minas, *estamos sempre no Brasil!* . Então, na realidade, nós não nos separamos nunca!

Por isso, meus ilustres colegas dos Estados e dos Territórios, vou concluir, decepcionando os meus colegas da delegação federal, pois não vos direi *adeus*, nem empregarei neste momento a palavra *saudades*. Vou apenas repetir-vos, fazendo-as minhas, as conhecidas palavras alienígenas:

“Tudo nos une, nada nos separa!”



Sr. Walter Belo Wanderley

Encerrando a sessão, discursou, de improviso, o sr Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, que salientou os bons resultados obtidos, do ponto de vista técnico e cultural, pelas Assembléas Gerais de 1956

★ *Relatório do Secretário-Geral* — Foi o seguinte o discurso-relatório do sr A Teixeira de Freitas, Secretário-Geral do CNE, historicando as atividades do Conselho no interregno entre a XV e a XVI Assembléas, e que foi lido na primeira sessão plenária:

“É com emoção bem compreensível que me dirijo neste momento aos Srs Delegados a esta Assembléia. Circunstâncias eventuais, mesmo estranhas à minha vontade, determinaram que aqui me veja no pósto ocupado, por longos anos — os mais intensos de sua vida pública — por meu saudoso pai Deffrontando-me, nesta oportunidade, com tantos de seus diletos amigos e nobres colegas que prestaram à sua memória homenagens tão generosas e cativantes, peço licença para expressar em minhas palavras iniciais a profunda gratidão da família Teixeira de Freitas

No interregno da última sessão da Assembléia Geral a esta data, sofreu a direção do Instituto e, em particular, a do Conselho, as modificações que são do vosso conhecimento. Em 25 de novembro do ano passado, em virtude dos acontecimentos que determinaram a mudança do governo da República, deixou a presidência o Dr Elmano Cardim, cuja passagem nesta Casa ficou assinalada pelo alto descortino e pela integração no espírito ibgeano. O julgamento do primeiro ano de sua atuação, esta Assembléia mesmo o fez, em indicação aprovada na sessão anterior:

Assumiu então o cargo o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, assim voltando, em caráter interino, às funções em que tanto se recomendara ao reconhecimento cívico do país desde a criação do Instituto Nacional de Estatística até 1950.

Em maio último, houve por bem o sr Presidente da República dar provimento efetivo ao cargo, com a nomeação do sr Professor Jurandyr Pires Ferreira

Os discursos então pronunciados pelo eminente chefe do governo e pelo ilustre técnico que se empossava são documentos altamente expressivos como testemunho do conceito de que goza esta instituição e do respeito votado aos fundamentos em que assenta.

Atendendo às razões de saúde invocadas pelo nosso prezado colega Waldemar Lopes, cuja capacidade e devotamento tantas vezes foram ressaltados neste plenário, o sr Presidente concedeu-lhe exoneração do cargo de Secretário-Geral. Coube-me, na qualidade de seu substituto eventual, como Diretor da Diretoria de Administração, ficar respondendo pelo expediente da repartição. E, a meu pensar, atendendo a motivos relevantes, não tendo sido ainda possível o provimento definitivo da honrosa comissão, prolongou-se até agora minha permanência nestas funções.

É bem de ver que, em virtude das próprias condições dessa permanência e, decorrentemente, das condições em que se encontram os ocupantes de quase todos os cargos em comissão e funções gratificadas, em virtude do sistema de confiança recíproca em que repousa o provimento desses cargos e dessas funções, poderão o ritmo e a eficiência dos trabalhos ter sofrido repercussão que serei

o primeiro a lamentar. E não só a lamentar, mas também solicitando desculpas pelos retardamentos e omissões que houverem notado e que ocorreram no andamento dos nossos trabalhos. Devo mesmo solicitar-vos o máximo de vossa indulgência para o Secretário-Geral interino e para os que com ele colaboram nesta emergência.

Entre aquelas omissões, não desejo que se aponte a de uma prestação de contas, dispondo-me a seguir a praxe observada nas sessões anteriores, e que no caso é bem menos minha do que do meu ilustre antecessor.

E entre os fatos relevantes a mencionar, nos últimos doze meses, aludirei à discussão em torno da conceituação jurídica do Instituto. O ensejo de reabertura dessa discussão originou-se de referência à entidade, em leis e decretos relativos a vencimentos do pessoal, merecendo, a propósito, vosso exame as considerações expendidas em exposição dirigida pelo ex-Secretário-Geral ao então Presidente, na qual aprecia sinteticamente, mas com segurança, essa relevante questão.

O ponto de vista da Junta Executiva sobre a matéria tem sido, reiteradamente, no sentido da defesa da concepção de que o Instituto não é uma autarquia federal comum, sujeita à legislação ordinária sobre as instituições desse tipo, mas uma autarquia nacional, de características especiais, em virtude dos compromissos assumidos pela União, os Estados e os Municípios para criá-la, mantê-la, dirigi-la. Daí a solicitação do sr Presidente no sentido de um novo estudo, pela Consultoria-Geral da República, cujos resultados estão sendo aguardados. Parece-me escusado frisar a importância, para o fiel cumprimento da Convenção Nacional de Estatística e dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, do problema que se acha pósto, merecedor da especial atenção dos governos que representam nesta Assembléia.

A Convenção é a lei fundamental do sistema e bem empregado será tudo quanto se fizer para cada vez mais vivificá-la e explorá-la em suas virtualidades.

Quanto aos Convênios, não tem sido tranqüila a sua execução. Ratificados por 141 novos municípios, entretanto sofreram também denúncias por 7 outros, em Minas Gerais e São Paulo, motivadas por fatores diversos, jamais da responsabilidade do Conselho, que diligenciou sempre em manter as melhores relações com todas as municipalidades, obtendo de duas delas o restabelecimento do pacto de cooperação que serve de infra-estrutura do nosso sistema.

Em cumprimento dos deveres que incumbem à Secretaria-Geral, foram instaladas 135 agências, em 13 diferentes Estados.

É-me grato registrar, por outro lado, o alto espírito de colaboração manifestado por diversos governos municipais que

estão promovendo a votação de créditos especiais destinados à construção de sedes próprias. Já a Prefeitura de Maragogi, em Alagoas, doou ao Instituto o prédio onde funciona a AME, e a de Caucaia, no Ceará, inaugurou o prédio “Teixeira de Freitas”, construído especialmente para a agência local.

Para essa e outras providências muito contribuiu a dedicada atuação das Inspetorias Regionais, que continuam a desempenhar o seu papel de instrumento ativo das ligações entre as diferentes órbitas do sistema. Receberam elas, no período que vem da assembléia do ano passado até maio último, a fiscalização e a assistência da Secretaria-Geral, através da Inspetoria Técnica, em 37 visitas.



General Cañas Montalvo

Quando aos demais órgãos integrantes do sistema, creio ser justo assinalar que a costumeira e proveitosa cooperação da Secretaria-Geral com os Serviços estatísticos federais foi grandemente intensificada e também que um importante compromisso da direção, perante os srs Delegados à assembléia anterior, foi integralmente cumprido. Refiro-me ao auxílio anualmente concedido às repartições centrais regionais, o qual foi duplicado no corrente exercício, em relação ao ano anterior.

No setor das atividades-meios, que competem à Diretoria de Administração, além do processamento de vultosa e complexa rotina, verificaram-se estudos que permitiram úteis modificações na legislação de pessoal e no aparelhamento material do Conselho, assim como o aperfeiçoamento dos trabalhos contábeis.

Merece registro especial a reestruturação dos Quadros das Inspetorias Regionais e Agências de Estatística Pela Resolução JEC-479, modificada posteriormente pela de n° 485, desapareceram as Tabelas Numéricas de Mensalistas, cada uma correspondendo a uma Inspetoria Regional, dando lugar ao Quadro II da Secretaria-Geral e passando o pessoal estável das Inspetorias a ocupar cargos de carreira esta de âmbito nacional e equiparada, quanto aos vencimentos e escalonamento de classe, às similares do serviço público.

Pela mesma Resolução foram atribuídos vencimentos de cargos em comissão, aos cargos em que se transformaram as antigas funções em comissão de Inspetor Regional, Assistente do Inspetor e Chefes de Serviço, enquanto as antigas comissões de Chefe de Secção passaram a constituir função gratificada.

No tocante ao Quadro III — Agências de Estatística, processou-se a criação de funções gratificadas de Chefe de Agência, com valores variáveis em relação à importância do município e aos encargos da chefia, e a instituição da função gratificada de Agente Itinerante, em substituição aos Agentes-Modelo até então existentes e cuja atuação não correspondia, na prática, aos objetivos para que foram criados os cargos em comissão respectivos.

O aumento do volume das tarefas decorrentes do disposto nas Resoluções JEC-479 e 485 obrigou a deixar sem andamento os processos de interesse menos imediato ou de caráter individual, do que decorreu atraso no estudo de pedidos de gratificação adicional e contagem de tempo para licença especial, serviços esses já em fase de atualização.

Em janeiro e fevereiro do ano corrente realizaram-se concursos para provimento de cargos vagos do Quadro II, abrangendo as carreiras de Contabilista, Datilógrafo, Escrivão, Estatístico, Estatístico-Auxiliar e Oficial Administrativo. Apesar das dificuldades de correção das provas, em face do grande número de candidatos, foram já identificadas as dos concursos de Contabilista, Estatístico e Oficial Administrativo e está em vias de acontecer o mesmo em relação ao de Estatístico-Auxiliar. Entretanto, está bastante adiantada a correção das provas para Escrivão.

Igualmente, foi realizado concurso específico de transferência para o cargo isolado de Dentista e estão abertas inscrições ao de transferência para a carreira de Agente de Estatística.

No Setor de Assistência Social registraram-se 4 556 consultas, 2 188 visitas domiciliares, 94 inspeções para fins de admissão, além de 217 inspeções diversas, 3 258 curativos, 3 847 injeções e 517 aplicações de fisioterapia.

Ressente-se o Serviço de Pessoal da necessidade de instalações mais amplas, notadamente a Secção de Cadastro de Pessoal (responsável pelas atividades dos órgãos regionais e locais) e a Secção de Assistência Social.

Aparentemente de pouco interesse, as estatísticas do movimento de protocolo e arquivo são, entretanto, um espelho da atividade da repartição, dos seus contatos, do vulto de sua rotina cotidiana: movimentação de 4 637

processos, arquivamento de 16 844 papéis, expedição de 10 853 peças de correspondência.

Por intermédio do Serviço de Material, foi dado prosseguimento ao plano de dotar as Inspetorias Regionais de sedes próprias, efetuando-se a aquisição de prédios nas capitais do Amazonas e Santa Catarina.

No Distrito Federal as agências distritais estão sendo gradativamente instaladas em boas condições, como aconteceu, no exercício findo, com as do Centro, Santo Antônio e Estácio e está sendo providenciado quanto às do Méier e Botafogo.

Também o equipamento necessário a 446 novas Agências Municipais em diversos Estados foi expedido e em 236 delas já se acha utilizado.

A mingua de espaço para serviços da Secretaria-Geral deverá desaparecer com a efetivação da compra de seis pavimentos do prédio vizinho ao edifício-sede, já objeto de transação que resultará também na eliminação de avultadas despesas de aluguel.

Deve ser mencionado ainda que, no período de que se está tratando, foi convenientemente aparelhada a Secção de Transportes e Oficinas de Reparo.

Quanto às atividades no campo financeiro e orçamentário, do detido exame realizado na contabilidade pela vossa Comissão de Tomada de Contas haverá de resultar o oferecimento de impressões mais valiosas do que os dados do cumprimento da árdua e vultosa rotina do serviço responsável. Para ter-se idéia desse vulto, seja mencionado o manuseio de 86 927 documentos e anexos instrutivos de 312 processos de prestações de contas, o despacho de 8 311 expedientes diversos, a emissão de 19 065 fichas de contabilidade e outros trabalhos dessa natureza.

O movimento de arrecadação do selo de estatística, por outro lado, expressa-se em números altos, pois nos treze meses a que nos referimos foram vendidos, só no Distrito Federal, pouco menos de 30 milhões de selos, no valor de 56 milhões e 860 mil cruzeiros. O controle de estoque e toda a escrituração respectiva encontram-se em dia.

No setor de atividade da Diretoria de Levantamentos Estatísticos, quer no que diz respeito às tarefas de responsabilidade exclusiva da Secretaria-Geral, quer em relação às desenvolvidas em caráter de colaboração com outros órgãos do sistema, afigura-se-nos que bastante foi realizado.

É indiscutível que o grau de atualidade dos dados que apresentamos melhorou muito, havendo mesmo atingido índices mais do que satisfatórios. E tal é o ritmo atingido agora pela rotina, nesse setor, que já chegou o momento, previsto no plano fixado em fins de 1954, de voltar a Secretaria-Geral as suas atenções para novas tarefas, se assim o entenderem os órgãos deliberativos do Conselho.

A coleta dos formulários da XX Campanha Estatística processou-se com real eficiência, pois já em 28 de maio haviam sido encaminhados aos Órgãos Centrais Federais 95% dos formulários previstos, percentagem que atualmente se eleva a 99%.

O planejamento dos formulários destinados a pesquisas, na XXI Campanha Estatística, com base na lista de assuntos anexa ao projeto de Resolução n° 6, organizado com a cooperação de todos os Órgãos Centrais Federais, já se encontra em fase final. Assim, logo após a aprovação da Resolução que fixe o plano anual, será possível encerrar-se aquele planejamento, de acordo com a orientação que vier a ser firmada pela Assembléia.

O levantamento da exportação do Distrito Federal por vias internas, como se previu quando da Assembléia de 1955, alcançou a maior atualidade, já se achando concluída a apuração referente ao 2° trimestre deste ano. Foi possível também preparar um trabalho especial, que discrimina as principais mercadorias exportadas pelo Distrito Federal em 1955,



O Secretário Geral,
Sr Antônio Teixeira
de Freitas, quando
lê o seu relatório

com indicação dos destinos predominantes. Esse trabalho, para o qual solicitamos a crítica autorizada e construtiva de todos, servirá de base para o preparo de outros, do mesmo tipo, para as demais Unidades da Federação.

Iniciou a DLE a divulgação dos resultados apurados pelos órgãos regionais em referência à Exportação das Unidades por vias internas, havendo sido distribuídos, até o momento, os informes relativos a 8 Estados correspondentes a 1954. Dentro de poucos dias serão divulgados os resultados de mais três Unidades da Federação.

Sendo seu propósito continuar a apresentar esses trabalhos, alimenta a Diretoria responsável a esperança de que sejam divulgados os resultados pertinentes a cada uma das Unidades da Federação em referência a 1955. Se, para tanto, for possível contar com a cooperação de todos os órgãos regionais, ter-se-á dado o passo decisivo para o conhecimento das nossas correntes internas do comércio, com a possibilidade de cada uma das Unidades da Federação poder levantar seu intercâmbio com as demais.

Quanto aos Inquéritos Econômicos, em julho do ano passado, quando vos reunistes pela última vez, ainda não haviam sido distribuídos os resultados concernentes a janeiro de 1955. Explicou-se, na oportunidade, que, graças ao grande esforço realizado no sentido de melhorar a atualidade desse levantamento, haviam sido concluídas, em 1 ano, as apurações referentes a 22 meses, bem assim, que já estavam praticamente vencidas as dificuldades decorrentes das sensíveis alterações introduzidas na coleta.

Hoje, apraz-nos comunicar que já estão divulgados os elementos referentes ao mês de abril último, sendo provável que até o pró-

ximo dia 25 sejam distribuídos os correspondentes a maio. Vale dizer que o grau de atualidade dos Inquéritos Econômicos melhorou consideravelmente, como se verifica pelas indicações seguintes: quando se reuniu a Assembléia de 1954 estavam distribuídos os resultados referentes a fevereiro de 1953; até à época da reunião da Assembléia de 1955, haviam sido divulgados os dados apurados até dezembro de 1954; agora, quando se instala a Assembléia de 1956, já estão entregues ao público as publicações referentes a abril de 1956.

Além das apurações mensais, a Diretoria de Levantamentos Estatísticos divulgou 2 trabalhos de vulto, relacionados com os Inquéritos Econômicos: "A Indústria e o Comércio Atacadista em 1955" e "Pessoal ocupado na indústria e no comércio atacadista em abril de 1955".

Em relação ao Registro Industrial, podemos anunciar que, graças à decidida cooperação dos Órgãos Regionais, foi grandemente melhorada a situação desse inquérito. Após divulgar os dados relativos a 1952 para os três Estados que ainda não haviam concluído suas apurações quando esta Assembléia se reuniu da vez anterior, a Secretaria-Geral elaborou a síntese nacional da produção industrial brasileira em 1952. Foram publicadas, também, as apurações referentes a 1953, para 23 Unidades da Federação, aguardando-se esclarecimentos de dois Departamentos Estaduais para concluir-se a série correspondente a 1953 e preparar a síntese da produção industrial brasileira do mesmo ano.

Quanto à produção industrial apurada para o ano de 1954, concluiu-se o preparo dos volumes relativos a 7 Unidades da Federação, com base na apuração feita pelos Órgãos Regionais. Os resultados referentes a 11 outras Unidades Federadas serão divulgados tão logo receba a Secretaria-Geral respostas às consultas que formulou aos órgãos apuradores. Registre-se, ainda, que até o momento não foram recebidas as apurações a cargo de 7 órgãos regionais.

A coleta dos boletins de produção de 1955 vem se desenvolvendo em condições satisfatórias, não alcançadas nos anos anteriores. Assim, já foram recebidos pela Secretaria-Geral 85% dos boletins modelo "A" e 92% dos boletins modelo "B", quando, na mesma época do ano passado, aquelas percentagens andavam em redor de 50% e 60%, respectivamente.

No setor da Estatística para Fins Militares, a Secretaria-Geral, além de cumprir as tarefas normais, elaborou diversos trabalhos estatísticos especiais.

Aos Estados-Maiores das Forças Armadas foram encaminhadas 483 tabelas com discriminação municipal, relativas aos assuntos investigados na XIX Campanha Estatística, encontrando-se em fase final de preparo outras 150 tabelas.

Enviadas pelos órgãos regionais do sistema, deram entrada na Secretaria-Geral 1.006 apurações da XIX Campanha Estatística e 323 da XX, tôdas sobre assuntos de interesse das forças armadas.

No que tange à elaboração de trabalhos específicos, ainda no 2º semestre do ano anterior foram distribuídos os seguintes: "Divisão Territorial para Fins Militares" e "Faixa de Fronteira". No ano corrente já foram con-



Inauguração da placa comemorativa da "Biblioteca Waldemar Lopes", quando falava o Prof Milton da Silva Rodrigues

cluídos cinco outros, a saber: "Regiões Militares — algumas informações estatísticas", "Zonas aéreas — algumas informações estatísticas", "Distritos Navais — algumas informações estatísticas", "Entroncamentos ferroviários" e "Órgãos Territoriais Militares — produção das áreas compreendidas"

Em fase final de preparo encontram-se os trabalhos "Zona litorânea de defesa", "Aeródromos do Brasil" e "Melos de travessia", e, em impressão, o volume "Estradas de Ferro do Brasil — 1955" que enfeixa, além de informações gerais, uma série completa dos traçados esquemáticos das 41 ferrovias existentes no país

Com o objetivo de sistematizar o aproveitamento das apurações efetuadas pelos órgãos regionais e, ainda, permitir a crítica construtiva através do confronto dos dados coligidos, foi preparado o volume "Algumas informações estatísticas" que reúne elementos apurados pelos órgãos regionais para os assuntos de interesse militar

Por não terem sido recebidas tôdas as contribuições, não foi possível até o momento nova edição das "Tábuas Itinerárias Brasileiras". Dada a importância desse trabalho, sua divulgação está programada para este ano, se as contribuições dos Órgãos Regionais, ainda não recebidas, estiverem disponíveis até fins de setembro próximo

Registre-se, finalmente, que nova edição de "Ferrovias do Brasil", relativa a 1955, provavelmente será entregue ao público nos próximos meses

Como informações subsidiárias, que mostram também o vulto dos trabalhos realizados pela Diretoria de Levantamentos Estatísticos no último ano de trabalho, anote-se ainda que, nesse período, foram perfurados 3 839 583 cartões, distribuídos 34 500 exemplares de 65 publicações, impressos dois folhetos com um total de 18 000 exemplares, destinados estes últimos aos informantes dos Inquéritos Econômicos e às firmas exportadoras do Distrito Federal. Não há dúvida quanto à proveitosa repercussão dessa iniciativa. Acreditamos mesmo que sua continuidade facilitará de muito, no futuro, a coleta de dados

Pela Diretoria de Documentação e Divulgação, a Secretaria-Geral deu cumprimento a diversos de seus relevantes encargos, a começar pelo da prestação de informações estatísticas solicitadas por entidades públicas e privadas

No exercício de que estamos tratando, êsses pedidos chegaram a 1 835, dos quais apenas 140 escritos, prestando-se um serviço vivo, quase imediato

Resultados estatísticos por municípios têm despertado crescente interesse, constituindo o melhor estímulo para a elaboração das monografias que documentam os aspectos demográficos, econômicos, sociais, culturais e administrativos das comunas. 58 dessas publicações foram lançadas nos últimos doze meses, estando em fase de elaboração ou de impressão cerca de 40

Para o exterior foram enviadas não só respostas a pedidos de informações mas também tabelas destinadas a anuários e outras publicações de organismos internacionais

Em decorrência de compromissos assumidos por ocasião das Reuniões Internacionais de Estatística, a Diretoria de Documentação e Divulgação incumbiu-se da distribuição dos documentos apresentados naquelas Reuniões e do Seminário de Estudos Demográficos, no total de 28 834 exemplares

A documentação de material estatístico de natureza municipal foi mantida, enriquecida e aperfeiçoada com a organização de pastas, elaboração de fichas de controle e arquivamento de 4 462 documentos, tendo sido efetuadas novas pesquisas

Os elementos informativos de interesse nacional passaram a ser arquivados, classificados e fichados segundo a Classificação Decimal Universal

Foi organizado um arquivo de instrumentos de coleta da estatística brasileira

Os fichários de evolução política dos municípios brasileiros, de povoados e dos topônimos de cidades e vilas, o de legislação estatística brasileira e o fichário analítico de publicações nacionais entradas na Biblioteca foram mantidos e atualizados, constituindo um rico acervo de informações e referências.

Muitas dessas informações foram entregues ao mais intenso consumo público, por meio de comunicados distribuídos à imprensa escrita e falada que lhes dá a mais ampla divulgação. Foram também utilizadas nas monografias municipais, no "Anuário Estatístico do Brasil", aparecido em dezembro de 1955, no "Boletim Estatístico", na "Revista Brasileira de Estatística" e "Revista Brasileira dos Municípios", na publicação "Flagrantes Brasileiros" (4 volumes) e no volume, em inglês, "Brazil Up-to-date".

Nesse campo, cumpre ainda destacar a regularidade das coleções de resoluções baixadas pela Assembléa Geral e pela JEC em 1955, a reedição de volumes de interesse permanente da instituição e de obras didáticas. Entre os próximos lançamentos, é grato mencionar o "Vocabulário Brasileiro de Estatística", do professor Milton Rodrigues, "Vida e Morte nas Capitais Brasileiras", do Dr. Lincoln de Freitas Filho, "A Análise Estatística do Estilo", de Tulo Hostilio Montenegro, "Fundação e Evolução do IBGE", de Valdecir Lopes, e a monografia "O que é o IBGE" de Manoel Diegues Júnior, vitoriosa no concurso instituído no ano passado.

O vulto da receita oriunda da venda de publicações, apesar do elevado número de distribuições gratuitas, foi bastante expressivo no exercício que estamos considerando, pois se elevou a mais de 700 mil cruzeiros, dos quais 190 mil de vendas efetuadas nas Inspeções Regionais.

Por decisão da JEC, tomada em consequência de sugestão feita pelo atual Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, a Biblioteca Central do Conselho foi denominada Biblioteca Waldemar Lopes, devendo ser inaugurada, com a vossa honrosa presença, a placa de bronze oferecida pelo funcionalismo da Inspeção Regional de São Paulo em homenagem ao ilustrado e devotado ibgeano.

Possui ela atualmente um acervo de 71 766 volumes registrados e cerca de 4 mil a inventariar. O movimento de leitores foi de 1 846, subindo a 6 316 o número de consultas.

Quanto às atividades que competem ao Laboratório de Estatística, é grato assinalar o prosseguimento dos trabalhos de análises nos domínios da estatística demográfica, cultural e econômica.

Na série dos "Estudos de estatística teórica e aplicada", parte demográfica, foram divulgados novos volumes — *Pesquisas sobre a mortalidade no Brasil*, 3ª série, *Análises críticas de resultados dos censos demográficos e Estudos sobre a alfabetização das crianças no Brasil, baseados nos censos de 1940 e de 1950*, 1ª série.

Foi iniciada uma nova série de publicações, com a coletânea de *Contribuições para o estudo da demografia do Nordeste*. Além deste volume, já foi publicado o referente à região do Norte e está no prelo o referente à região do Sul.

Na série dos "Estudos demográficos", edição mimeográfica, foram continuadas ou concluídas pesquisas iniciadas anteriormente e promovidas novas pesquisas, sobre a composição da população segundo a cor, as previsões do desenvolvimento demográfico das Capitais até 1960, alfabetização das crianças e migrações interiores. Entre as novas pesquisas iniciadas, merecem relevo as referentes à distribuição territorial dos estrangeiros; frequência das uniões conjugais livres; composição da população adulta dos diversos grupos de cor segundo o estado conjugal e as repercussões dessa composição na fecundidade; a fecundidade nos diversos Estados, em geral, segundo a cor e segundo os quadros administrativos, e a mortalidade dos filhos tidos pelas mulheres proflícas.

Na parte de estatística comercial dos "Estudos de estatística teórica e aplicada" foi publicado o volume 4, *Números índices das quantidades e dos preços no comércio exterior*

e está no prelo o que contém as continuações desses estudos e dos estudos paralelos referentes ao comércio de cabotagem.

Na parte de estatística da produção, foi preparado o volume 3, que está no prelo, *Números índices dos preços e das quantidades em alguns setores da produção*.

Foi continuada a série dos "Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas" (edição mimeográfica), da qual foram divulgados os ns 47 a 56. Prosseguiram todas as elaborações anteriormente iniciadas e iniciou-se uma nova importante elaboração, a dos números índices das quantidades e dos preços das mercadorias exportadas e importadas, calculados de acordo com os valores em dólares, oportunamente divulgados pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

O Laboratório contribuiu eficazmente para os trabalhos do Seminário de estudos sobre a demografia latino-americana, realizado no Rio de Janeiro, em dezembro de 1955 por iniciativa das Nações Unidas e do IBGE. O diretor do Laboratório, professor Giorgio Mortara, organizou e dirigiu, com a colaboração do Dr. J. Bourgeois-Pichat, esse Seminário, e apresentou um relatório sobre os estudos demográficos no Brasil; seu assistente contribuiu com um relatório sobre os problemas demográficos nacionais e participou das discussões como um dos delegados do Brasil; outros colaboradores do Laboratório também participaram ultimamente dos trabalhos como assistentes dos presidentes das sessões.

Passando a outros setores das atividades da Secretaria-Geral cumpre assinalar o considerável reforço que teve o equipamento do Serviço Gráfico do Instituto acrescido de novas e aperfeiçoadas máquinas, com o objetivo de aumentar as possibilidades de produção, de sorte a atender não só às necessidades dos dois Conselhos mas também à preferência que lhe está sendo dispensada por entidades públicas e privadas.

O funcionamento da grande oficina especializada decorreu em condições de receber amplos louvores. Foi ela também premiada no 2º Salão Brasileiro de Artes Gráficas, no qual seus trabalhos foram grandemente apreciados.

Seu operariado continua a receber adequada assistência e prosseguem os estudos relativos à ampliação do núcleo residencial, realização que a atual administração decerto levará a cabo em cumprimento de Resolução da Assembléa.

No que se refere à Escola Nacional de Ciências Estatísticas, cabe anunciar que se forma, neste ano, a primeira turma de Bacharéis em Ciências Estatísticas. Dos 96 que iniciaram o curso, há 4 anos, há 5 alunos na última série. É crescente, cada ano, a apresentação de candidatos, mas a Congregação limitou em 100 o total das matriculas iniciais, em virtude de as instalações da Escola não comportarem maior número de alunos.

Atendendo à solicitação do Primeiro Congresso Nacional de Ensino Comercial, realizado em São Paulo, por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, a Escola começou a ministra, em 1956, o Curso Técnico de Estatística, com a duração de 3 anos. Fixou-se em 100 o número inicial de matriculas. Esse curso, instituído pelo Decreto-Lei n.º 6 141, de 28 de dezembro de 1943, confere aos que o concluem o diploma profissional de "Técnico de Estatística", com prerrogativas asseguradas em lei, inclusive a de o diplomado poder ingressar em qualquer curso superior.

O Curso Intermediário, livre, com a duração de um ano, ministrado em caráter intensivo, criado, em princípio, para servir ao aperfeiçoamento do pessoal do Conselho, teve de ser franqueado aos demais órgãos da administração pública e, bem assim, a organizações particulares, dado o interesse que despertou, principalmente no seio da Comissão Nacional de Assistência Técnica, na Organização das Nações Unidas e no Instituto Interamericano de Estatística. A Escola vem, através desse curso, formando técnicos procedentes da Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Haiti, Nicarágua, Honduras, Peru e outros países latino-americanos.

Em cooperação com o Instituto Internacional de Estatística e com o Instituto Interamericano de Estatística, a Escola fez realizar, nesta Capital, seminários de Controle de Qualidade, Estatística Matemática, Econometria e Demografia. Efetuaram-se 36 conferências, pronunciadas por cientistas e professores de 14 países, americanos, europeus, asiáticos e africanos. Houve interesse desusado em torno dessas reuniões científicas, particularmente o de Controle de Qualidade, do qual participaram técnicos e engenheiros de Volta Redonda e de outras grandes empresas industriais do Brasil.

Em vista da ausência de literatura especializada para as cadeiras do curso superior, os professores da Escola têm elaborado tratados próprios, distribuídos, em partes, em feição mimeográfica, aos alunos. Devidamente revisados, esses trabalhos serão oportunamente publicados, constituindo a "Biblioteca de Ciências Estatísticas".

A Congregação deu início à elaboração do "Dicionário Brasileiro de Estatística", o qual conterá não apenas vocábulos técnicos, como, ainda, a sua notação, a sua definição precisa, a sua expressão matemática e a sua tradução em Inglês, Francês e Espanhol.

Decidiu, ainda, fundar o Laboratório de Pesquisas e Análises, para atender não apenas às exigências de formação profissional do discipulado como para servir ao Conselho e a organizações de direito privado. Tem sido a Escola solicitada a projetar pesquisas e análises de mercados, modelos de psicométrica, análises e planejamentos de controle de qualidade da produção industrial, experimentação agrícola etc. Já no próximo ano, poderá começar a atender a essas solicitações.

Tem ela prestado assistência técnica e científica a órgãos de pesquisas e a faculdades. Dentre estas, há destacar as faculdades de Ciências Econômicas das Universidades do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de Goiás. Cooperou, também, na revisão dos programas de ensino das cadeiras de Estatística da Escola Naval. Em cooperação com a Nunclatura Apostólica, tem ministrado cursos intensivos de Estatística a religiosos de ambos os sexos, e assistido diretamente o Departamento de Estatística da Conferência dos Religiosos do Brasil. Tem, ainda, cooperado com a Marinha de Guerra, no aperfeiçoamento de oficiais de Intendência. Colaboração de igual natureza vem sendo prestada à Confederação Nacional da Indústria, a autarquias e sociedades de economia mista.

Em sua exposição perante esta Assembléia, o ex-Secretário-Geral do Conselho, após dar conta das providências que haviam sido tomadas para a conclusão das tarefas de apuração e sistematização dos resultados do Recenseamento Geral de 1950, anunciou as datas em que esperava essa conclusão, segundo os di-

versos Censos. O calendário foi observado de maneira amplamente satisfatória, pois o encerramento daqueles trabalhos se verificou com antecipação de 3 meses nos Censos Demográfico e Comercial, de 7 meses nos Censos Agrícola e dos Serviços, de 10 meses no Censo Industrial, tendo sido concluído a 15 de julho último o trabalho de datilografia dos quadros de resultados finais.

Também se completou a elaboração dos volumes da Série Nacional referentes ao Censo Demográfico, Censo Agrícola e Censo Industrial, cujos originais foram encaminhados ao Serviço Gráfico para impressão. Os quadros relativos ao Censo dos Serviços já estão todos elaborados e conferidos, enquanto que os relativos ao Censo Comercial estão dependendo, apenas, da elaboração das tabelas relativas a "Seguros e Capitalização", cujos quadros de apresentação foram submetidos à aprovação da Junta Executiva Central em julho último. O volume da Série Nacional relativo aos "Inquéritos Especiais", depende da aprovação, pela Junta Central, dos respectivos quadros de apresentação. Todavia, todos os dados já estão apurados e, uma vez aprovados os quadros de apresentação, os trabalhos ficarão ultimados em um mês.

O plano de divulgação dos resultados finais previu a impressão de 50 tomos, dos diversos censos, sendo 6 para a Série Nacional e 44 para a Série Regional.

A 1º de janeiro de 1955, a divulgação dos resultados finais do Recenseamento estava restrita aos tomos do Censo Demográfico relativos aos Estados de Minas Gerais e São Paulo, e às separatas do Censo Demográfico, Censo Agrícola e Censos Industrial, Comercial e dos Serviços, correspondentes ao Estado do Paraná.

No momento restam em elaboração apenas 3 volumes da Série Nacional, tendo sido impressos, além de 1 da Série Nacional, 31 da Série Regional e encaminhados ao Serviço Gráfico 17 volumes.

Encerrada a execução do VI Recenseamento Geral, verifica-se que seu custo foi de Cr\$ 321 571 580,00 assim distribuídos:

| | |
|--------------------|-------------------------|
| a) pessoal | Cr\$ 254 824 400 |
| b) outras despesas | Cr\$ 66 747 180 |
| | <u>Cr\$ 321 571 580</u> |

As despesas com os órgãos regionais de coleta atingiram a Cr\$ 135 629 399 assim distribuídos:

| | |
|--------------------|-------------------------|
| a) pessoal | Cr\$ 133 034 017 |
| b) outras despesas | Cr\$ 2 595 382 |
| | <u>Cr\$ 135 629 399</u> |

Com o órgão central, foram despendidos Cr\$ 185 942 182 a saber:

| | |
|-------------|-------------------------|
| a) pessoal | Cr\$ 121 790 383 |
| b) material | Cr\$ 64 151 799 |
| | <u>Cr\$ 185 942 182</u> |

O custo de cada censo foi o seguinte:

| | |
|-----------------------|-------------------------|
| a) Censo Demográfico | Cr\$ 200 593 193 |
| b) Censo Agrícola | Cr\$ 65 727 142 |
| c) Censo Industrial | Cr\$ 23 160 607 |
| d) Censo Comercial | Cr\$ 19 655 238 |
| e) Censo dos Serviços | Cr\$ 12 435 400 |
| | <u>Cr\$ 321 571 580</u> |

O custo unitário dos vários censos, em cruzeiros, foi:

| | Por habitante recenseado | Por boletim apurado |
|-----------------------|-----------------------------|------------------------|
| a) Censo Demográfico | 3,98 | 19,0 |
| b) Censo Agrícola | 1,23 | 30,9 |
| c) Censo Industrial | 0,42 | 221,9 |
| d) Censo Comercial | 0,37 | 66,4 |
| e) Censo dos Serviços | 0,23 | 76,9 |

A despesa prevista para a execução do último Recenseamento foi de Cr\$ 250 000 000,00 havendo, portanto, um dispêndio a maior de Cr\$ 71 571 580,00, o qual, dado o prolongamento dos trabalhos e, em face do decrescente poder aquisitivo da moeda, não pode ser considerado demasiado.

Em virtude da conclusão dos trabalhos de apuração, a Junta Executiva Central baixou a Resolução Censitária n.º 54, de 17 de fevereiro de 1956, declarando encerradas as atividades do Serviço Nacional de Recenseamento e dispensando o pessoal censitário ainda em exercício, parte do qual posteriormente obteve mandado de segurança para tornar sem efeito essa deliberação. De acordo com a Resolução citada, ficou a cargo da Secretaria-Geral do CNE a conclusão dos trabalhos remanescentes, relativos, principalmente, à divulgação dos resultados finais.

Tendo em vista a experiência adquirida na execução dos dois últimos recenseamentos e as recomendações de organismos internacionais, aos quais o Brasil está vinculado, a Junta Executiva Central, pela Resolução n.º 490, de 9-XII-1955, aprovou exposição de motivos, acompanhada de anteprojeto de lei, sugerindo ao Governo da República a criação, na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, de um órgão permanente para a execução dos recenseamentos gerais do Brasil.

A Presidência do Instituto, cumprindo essa determinação, dirigiu exposição ao Senhor Presidente da República, encarecendo a necessidade de ser atendido o pronunciamento do Conselho. O Governo deu bom acolhimento à sugestão. Em sua última mensagem ao Congresso Nacional, o Chefe do Poder Executivo diz que: "O Governo, nos termos dos pronunciamentos do Conselho Nacional de Estatística,

encaminhará projeto de lei ao Congresso Nacional, propondo a modificação da legislação censitária nacional, notadamente no que respeita à periodicidade dos censos econômicos e à continuidade da repartição censitária brasileira."

Em virtude da dispensa de todo o pessoal do SNR a 29 de fevereiro, mas tendo em vista, de um lado, os compromissos de natureza internacional assumidos pelo Brasil na III Conferência Interamericana de Estatística, realizada em Petrópolis em 1955 e, de outro lado, a conveniência de iniciar-se, com maior antecedência, os estudos preliminares para a execução do Recenseamento Geral de 1960, decidiu a Junta Executiva Central pela Resolução n.º 499, de 29 de fevereiro de 1956, criar o "Núcleo de Planejamento Censitário", órgão de caráter transitório, a ser extinto logo seja criado o órgão censitário permanente a que se refere a exposição de motivos e anteprojeto de lei encaminhados ao Governo. Os cargos e funções provisórios do Núcleo foram providos mediante o aproveitamento de ex-servidores do SNR que mais se destacaram na execução do último Recenseamento.

Senhores Delegados:

Como haveis de reconhecer, o período que transcorreu entre a anterior e a atual sessão da Assembléia Geral do Conselho foi proveitoso ao sistema e ao País. Se mais não há a ressaltar, isto se deve a duas circunstâncias. No primeiro semestre do ano passado, havia sido a máquina ajustada e acelerada, em condições de, em seguida, haver a registral, como há, sobretudo o rendimento oferecido. A segunda circunstância, que há de ter prejudicado, de certo modo, esse rendimento, é a da instabilidade dos escalões principais da administração, verificada, como acentuei de início, praticamente desde novembro do ano passado.

Estou certo, porém, de que, transposta essa fase, designados pelo Sr. Presidente os seus colaboradores, depositários de sua confiança e informados do seu programa, novo impulso será dado às atividades que se desenvolvem sob a alta e esclarecida supervisão deste Conselho, com o devotamento patriótico e o sadio idealismo de todos quantos servem à estatística em nosso País."

O Prof. Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, falando no almoço que ofereceu aos membros das Assembléias do CNE e do CNG.



ATIVIDADES DA JEC

★ 4 de julho, sessão ordinária — A Junta baixou a Resolução n.º 511, que aprova os resultados definitivos dos Censos Industrial e Agrícola de 1950, e aprovou a prestação de contas do DEE do Rio Grande do Norte, referente ao auxílio de 1955. Foram aprovados os seguintes votos: de congratulações, com o sr Germano Jardim, pela sua reeleição para a Comissão de População da ONU; de louvor e reconhecimento, ao sr Mauro Behring, pela eficiência e dedicação com que se desincumbiu das funções de Secretário-Assistente; de congratulações, com a “Fólha da Manhã”, de São Paulo, pela passagem do 31.º aniversário de sua fundação; de pesar, pelo falecimento do General Francisco Gil Castelo Branco.

Foi assentada a cooperação do Conselho com a Comissão de Estudos da Avicultura Nacional para a realização de inquérito especial.

Publicações distribuídas: *São Caetano do Sul e Pesqueira*, monografias municipais; *A Indústria e o Comércio Atacadista, 1955*; *Estimativas do Desenvolvimento Demográfico dos Municípios das Capitais nos Anos de 1950 a 1960*.

★ 11 de julho, sessão extraordinária — O Brigadeiro Castro Lima comunicou a inclusão, na Comissão Central organizadora das comemorações do Ano de Santos Dumont, do nome do Presidente do IBGE.

O sr Luiz de Abreu Moreira teceu considerações sobre o Serviço Gráfico, formulando sugestões sobre orçamentos de trabalhos encomendados por órgãos do sistema.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) homologou a Resolução n.º 205, da JER de Santa Catarina; b) impôs multas por infrações à lei dos Inquéritos Econômicos; c) concedeu isenção do Sêlo de Estatística a espetáculos beneficentes em várias localidades.

Foram aprovados votos de reconhecimento aos serviços prestados à estatística brasileira pelo sr Edder Jansen de Melo, e de pesar, pelo falecimento do sr João Câmara, pai de D Hélder Câmara.

Publicações distribuídas: *Estado do Ceará — Censos Econômicos*; *Itabaiana e Pôrto Calvo*, monografias municipais; *Distribuição Territorial dos Sírios-Libaneses no Brasil em 1950*.

★ 18 de julho, sessão ordinária — O sr Jurandyr Pires Ferreira prestou informações sobre as providências tomadas para a aplicação da Lei n.º 2.745 ao IBGE, tendo os srs Conselheiros aprovado um voto de confiança ao Presidente, pela atuação desenvolvida naquele sentido.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou a prestação de contas do DGE do Distrito Federal, referente ao auxílio de 1955; b) impôs multas a firmas por infrações à lei dos Inquéritos Econômicos; c) concedeu isenção do Sêlo de Estatística para espetáculos beneficentes em diversas localidades; d) aprovou votos de congratulações com o “Diário Carioca”, pela passagem de aniversário da sua fundação; de reconhecimento ao sr Orion

Klautau, pelos serviços prestados à estatística do Pará.

Publicações distribuídas: *Alegrete*, monografia municipal; *Movimento bancário no Brasil, dezembro 1954/1955*; *Mensário Estatístico n.º 60*, do SEEF, *Sajra de açúcar 1956/57*, do IAA.

★ 25 de julho, sessão extraordinária — A Junta tomou as seguintes deliberações: a) concedeu auxílio especial ao SEPT, para execução do plano de trabalhos no segundo semestre de 1956 e para a revisão dos níveis de salário-mínimo; b) concedeu isenção do Sêlo de Estatística para espetáculos beneficentes em várias localidades; c) aprovou os seguintes votos: de congratulações com o sr Armando Pinho, pela aposentadoria no cargo de diretor do Serviço de Estatística da Caixa Econômica Federal, e com o sr Genival Santos, pela sua nomeação para a direção da Divisão de Comércio Exterior do Conselho Nacional de Economia; de pesar, pelo falecimento da mãe do sr Heitor Bracet.

Publicações distribuídas: *Estado do Espírito Santo — Censos Econômicos*; *Cabaceiras*, monografia municipal; *Boletim Estatístico n.º 54*; *Inquéritos Econômicos — resultados do primeiro trimestre de 1956*; *A alfabetização das crianças no Distrito Federal*; *Números-índices das quantidades e dos preços do produtor de onze produtos da indústria extrativa vegetal nos anos de 1939 a 1954*; *Sinopse retrospectiva do ensino no Brasil, 1871-1954*; *Produção agrícola do Brasil*.

★ 1.º de agosto, sessão ordinária — Foram aprovados votos de congratulações com o jornal “O Globo”, pelo transcurso do 31.º aniversário da sua fundação; e com o DEE do Rio Grande do Sul, pela continuidade assegurada à publicação do *Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul*.

Vários dos srs Conselheiros manifestaram-se sobre a exoneração do sr Renato Pacheco Americano da Superintendência do Serviço Gráfico.

O Sr A Teixeira de Freitas comunicou que fôra nomeado o sr José Martins Dourado para a direção do DEE do Maranhão.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou as prestações de contas dos DEE da Bahia e de Santa Catarina, relativas aos auxílios de 1955 e 1953, respectivamente; b) autorizou a Secretaria-Geral a fazer aos órgãos federais um adiantamento correspondente aos auxílios que lhes seriam destinados; c) concedeu isenção do Sêlo de Estatística para realização de espetáculos de beneficência.

Publicações distribuídas: *Angra dos Reis*, monografia municipal; *Estatística do culto católico romano em Belém, 1946/1950*; *Produção agrícola do Brasil*; *A fecundidade feminina no Estado da Bahia*.

★ 8 de agosto, sessão extraordinária — A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou a constituição da JER do Território de Rondônia; b) homologou decisão do Presiden-

te do Instituto, determinando ao Serviço Gráfico execução de encomenda do Serviço de Estatística do DNEF, sem pagamento de sinal; c) aprovou votos de congratulações com o DEE da Paraíba, pelo lançamento do *Anuário Estatístico* daquele Estado; com o sr. Moacir Malheiros, pela sua eleição para a Academia Carioca de Letras; e com o DGE do Distrito Federal, pela apuração da produção industrial do Distrito, em 1954; d) aprovou voto de pesar pelo falecimento da sogra do Brigadeiro Lima.

Publicações distribuídas: *Araras*, monografia municipal; *Produção industrial do Distrito Federal, 1954*; *Inquéritos Econômicos — A indústria e o comércio atacadista, abril de 1956*; *A alfabetização das crianças no Amazonas*; *A fecundidade feminina no Estado de Minas Gerais*.

★ 16 de agosto, sessão ordinária — A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou prestação de contas do DEE de Santa Catarina, relativa a auxílio de 1953; b) homologou as Resoluções Ns. 206 e 115, das JER de Santa Catarina e do Distrito Federal, respectivamente; c) concedeu isenção do Sêlo de Estatística para espetáculos beneficentes em várias localidades.

Publicações distribuídas: *Itabuna* (2.^a edição), monografia municipal; *Mensário Estatístico n.º 61*, do SEEF; *Números-índices das quantidades e dos preços do produtor de 15 produtos da indústria extrativa mineral, de 1939 a 1954*.

★ 29 de agosto, sessão extraordinária — O sr. Afonso Almiro apresentou à Casa o seu substituto, sr. Augusto Bulhões, já que se afastara do cargo de diretor do SEEF para ocupar o de diretor da Despesa Pública.

O sr. Presidente comunicou à Junta ter nomeado para o cargo de Secretário-Geral do CNE o sr. Luiz de Abreu Moreira, técnico do Instituto do Açúcar e do Alcool e representante dos Órgãos Filiaidos na JEC; agradeceu a cooperação do sr. A. Teixeira de Freitas, louvando sua atuação no breve período em que ocupou interinamente a Secretaria-Geral.

A Junta aprovou um voto de agradecimento ao sr. Antônio Lugon pelos serviços prestados à estatística do Espírito Santo.

Publicações distribuídas: *Resultados dos Censos Econômicos do Estado de Alagoas*; *A alfabetização das crianças no Piauí*; *A alfabetização das crianças em Sergipe*.

★ 5 de setembro, sessão ordinária — O sr. Luiz de Abreu Moreira fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) fôra designado pelo Presidente para substituir eventualmente o Secretário-Geral o sr. Valdemar Cavalcanti, diretor de Documentação e Divulgação; b) fôra designado para as funções de chefe do Serviço de Comunicações e Secretário-Assistente da JEC o sr. Anísio Alegria.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou prestação de contas do DEE de Minas Gerais, relativa ao auxílio de 1955; b) aprovou votos de congratulações com o Governo da República, pelas comemorações da

Semana da Pátria, e com os seguintes Municípios, pela passagem do centenário de sua fundação: Santa Quitéria (Ceará), Finheira (Maranhão), Pau dos Ferros (Rio Grande do Norte) e Macapá (Amapá).

O sr. Presidente congratulou-se com a Casa pela presença do sr. Edimo Monteiro Guimarães, representante substituto dos Órgãos Filiaidos.

Publicações distribuídas: *Resultados dos Censos Econômicos do Pará*; *Feira de Santana*, monografia municipal; *Estimativa da produção do figo, 1956*; *Apuração do gado, produção de leite*; *A fecundidade da mulher, segundo o estado conjugal e a sobrevivência dos filhos, na população do Brasil*.

★ 12 de setembro, sessão extraordinária — O sr. Presidente teceu considerações e prestou informações sobre a elaboração do Quadro de Pessoal do Instituto e sobre outros aspectos relacionados com o Decreto 39 603 de 14-7-56. A respeito, prestou detalhados esclarecimentos o sr. Secretário-Geral.

O sr. Luiz de Abreu Moreira relatou as providências determinadas pela Presidência do Instituto para a participação do IBGE nas comemorações do Decênio da Constituição e fez as seguintes comunicações: a) fôra designado pelo sr. Presidente para representar o Instituto na Comissão de Planejamento da Campanha de Educação Florestal; b) seria firmado entre a Secretaria-Geral, o SEPT e o SEP um acórdo para a apuração da estatística industrial relativa aos anos de 1955, 1956 e 1957; c) fôra nomeado Diretor de Levantamentos Estatísticos o sr. A. Teixeira de Freitas, que exercera interinamente o cargo de Secretário-Geral.

Foram aprovados pela Junta os seguintes votos: de congratulações — com o sr. Presidente da República, pelo transcurso do seu aniversário natalício; com a ABI, pelo transcurso do Dia da Imprensa; com o OEA e com o sr. Germano Jardim pela organização da Exposição Permanente daquela entidade; com a Rádio Nacional, do Rio, pela passagem do 20.^o aniversário da sua fundação; de pesar pelo falecimento do Desembargador Toledo Piza; de felicitações, ao General Nelson de Melo, pela sua promoção ao posto de General de Divisão; de regozijo, pelo 10.^o aniversário da promulgação da Constituição Federal.

Pelo sr. Presidente, foi designada uma Comissão Consultiva do Planejamento do Palácio da Cultura, integrada dos srs. Moacir Malheiros, Augusto de Bulhões, Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo de Oliveira e Luiz de Abreu Moreira.

Publicações distribuídas: *Estudos Demográficos n.º 76*; *Mococa*, monografia municipal; *Estimativa da produção de abacate, 1956*; *Gado abatido, de 1940 a 1955*; *Produção de origem mineral de janeiro a junho de 1955*.

★ 19 de setembro, sessão ordinária — O sr. Luiz de Abreu Moreira fez as seguintes comunicações: a) fôra exonerado do cargo de diretor do DEE do Território do Acre o sr. Raul Arantes Meira, sendo seu substituto o sr. Oswaldo Pinheiro Lima; b) fôra assinado no dia 13, com a presença dos Ministros da

Agricultura e do Trabalho, Indústria e Comércio, bem como do Presidente do IBGE, o acórdão entre a Secretaria-Geral, o SEPT e o SEP, para apuração das estatísticas industriais em 1955, 1956 e 1957; c) estava tendo a melhor repercussão a edição-miniatura da Constituição Brasileira, publicada e amplamente distribuída por iniciativa do sr Presidente do Instituto

O sr Secretário-Assistente leu parecer do consultor geral da República sobre a situação jurídica do IBGE; o assunto foi demoradamente examinado, tendo sr Moacir Malheiros proposto a constituição de uma comissão para estudá-lo. O sr Presidente acolheu a proposta e informou que iria constituir tal comissão com os juristas dos dois Conselhos, sob a presidência do sr Moacir Malheiros

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) baixou a Resolução n.º 512, que eleva de mais Cr\$ 500 000,00 o adiantamento feito ao Serviço Gráfico como antecipação da receita; b) aprovou votos de congratulações com o general Oscar Passos, pela sua promoção a General de Brigada; com o Governador do Chile e o General Montalva, presidente do Instituto Interamericano de Geografia e História, pela passagem da data da Independência daquele país; com a Associação Comercial do Rio de Janeiro, pela passagem do 122.º aniversário da sua fundação; com a Secretaria-Geral do Conselho, pela publicação do *Brésil d'Aujourd'Hui*; de apreço ao Sr Raul Arantes Mello, pelos serviços prestados à estatística do Território do Acre

Publicações distribuídas: *Brésil d'Aujourd'Hui*, pequeno anuário estatístico em francês; *Crato*, monografia municipal; *Flagrantes Brasileiros n.º 5*; *Números-índices dos preços e das quantidades em alguns setores da produção*; *A alfabetização das crianças nos diversos Estados do Brasil*

★ 29 de setembro, sessão extraordinária — O Brigadeiro Castro Lima comunicou ter assumido, interinamente, a direção da Escola Superior de Guerra

O Sr Secretário-Geral fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) iriam ser encaminhados ao sr Presidente da República, para homologação, os resultados gerais e definitivos dos Censos Industrial e Agrícola; b) tomara posse, no dia 21, no cargo de Inspetor Regional em Minas Gerais o sr Hildebrando Martins

A Junta tomou, entre outras, as seguintes deliberações: a) baixou a Resolução n.º 513, que institui uma equipe especializada em apuração do Registro Industrial, para o fim de dar imediato cumprimento ao Acórdão celebrado com o SEP e o SEPT; b) homologou Resolução da JER de Minas Gerais; c) concedeu auxílio especial ao Clube dos Ibegeanos para as comemorações do próximo Natal; d) aprovou a prestação de contas do DEE do Rio Grande do Sul; e) concedeu auxílio especial à Prefeitura de Jardim, para última a constituição da sede da AME. Foram também aprovados os seguintes votos: a) de congratulações com o Governador da República pela instalação da Sociedade responsável pela mudança da Capital Federal; com o Instituto Nacional do Sal, pela passagem do 16.º aniversário de sua fundação; com a família de Leopoldo de Bulhões, pelas comemorações do Centenário de seu nascimento; b) de pronto restabelecimento, ao sr Alberto Martins; c) de pesar pelo falecimento do sr Adolfo Konder

Publicações distribuídas: *Resultados dos Censos Econômicos do Estado de Goiás*; monografias municipais sobre *Lorena* e *Cachoeira*; *Produção industrial, Goiás, 1954*; *Estatística da produção de lenha*; *Safra de açúcar de 1956/57, do IAA*; *A alfabetização das crianças em Goiás e no Espírito Santo*

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ESTATÍSTICA ECONÔMICA

Como parte de uma série de cursos de extensão universitária promovidos pela Comissão de Pesquisa e Extensão Universitária da Reitoria da Universidade de São Paulo, o Departamento de Estatística da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas daquela Universidade deu início a 7 de agosto, para conclusão a 23 de outubro, a um curso de aperfeiçoamento em estatística econômica, que obedeceu ao seguinte programa:

1.º Período (7 de agosto a 11 de setembro) — *Análise da estatística de procura de mercado*, pelo prof Lulz de Freitas Bueno 1 Introdução; 2 A forma da curva de procura; 3 Elasticidade da curva de procura; 4 Dados de mercado; 5 A técnica de Moore; 6 A técnica de Schultz; 7 Conclusões *Teoria elementar dos jogos de estratégia*, pelo sr Flávio Fausto Manzoli 1 Introdução; 2 Terminologia e classificação dos jogos; 3 O

jogo retangular; teorema fundamental; soluções; 4 Jogos não retangulares; jogos com infinitas estratégias e jogos contínuos; 5 Jogos separáveis e com funções de pagamentos convexas; 6 Jogos com parcelos e soma nula; sua solução

2.º Período (14 de setembro a 23 de outubro) — *Introdução à programação linear*, pelo sr Antônio Delfim Neto 1 O problema econômico da programação linear; 2 O problema matemático da programação linear; 3 A programação linear na teoria da produção; 4 Aplicações *Aspectos tecnológicos da produção*, pelo prof Rui Aguiar Leme 1 Localização de indústrias; 2 Análise dos processos; 3 Análise das operações; 4 Estudo dos tempos; 5 Controle de qualidade

As aulas constam de preleções, seminários e exercícios práticos, sendo o aproveitamento dos alunos aferido por meio de provas, exercícios e trabalhos práticos

NOVO SECRETÁRIO-GERAL DO CNE

O PROF. Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, baixou, a 29 de agosto de 1956, a Portaria n.º 39, nomeando Secretário-Geral



Sr. Luiz de Abreu Moreira, ao assinar o termo de posse

do Conselho Nacional de Estatística o sr. Luiz de Abreu Moreira, alto funcionário do Instituto do Açúcar e do Alcool, e que vinha exercendo as funções de representante dos Órgãos Filiados na Junta Executiva Central.

Em cerimônia realizada no gabinete do Presidente do Instituto, no dia seguinte o novo Secretário-Geral tomou posse, na presença de altas autoridades e elementos do funcionalismo do Conselho. O prof. Jurandyr Pires Ferreira, falando na ocasião, exaltou o significado e o alcance da obra do Instituto, ao mesmo tempo que salientou as responsabilidades que cabem ao Secretário-Geral do órgão coordenador das atividades estatísticas.

Falou, a seguir, o sr. Luiz de Abreu Moreira, que manifestou seu empenho em bem servir ao país, no cargo para o qual foi escolhido, dando continuidade ao esforço desenvolvido pelos seus antecessores, particularmente os Srs. M. A. Teixeira de Freitas, Rafael Xavier, Waldemar Lopes e Antônio Teixeira de Freitas.

Usou da palavra, também, o sr. Ulisses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, que manifestou sua admiração pelo trabalho realizado pelo IBGE.

Em seguida, no gabinete do Secretário-Geral, o sr. A. Teixeira de Freitas transmitiu o cargo ao seu sucessor, na presença de diretores e chefes de serviço da Secretaria.

ACÔRDO SÔBRE ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS

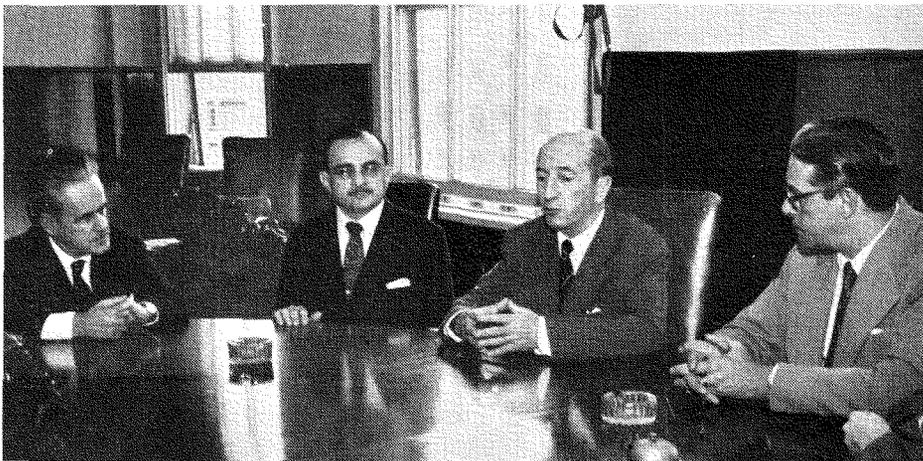
COM a presença dos srs. Ernesto Dornelles, Ministro da Agricultura, e Parsifal Barroso, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, foi assinado no dia 13 de setembro, no gabinete do Presidente do IBGE, sr. Jurandyr Pires Ferreira, um acôrdo entre a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o Serviço de Estatística da Produção e o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho,

para a apuração da estatística industrial de 1955, 1956 e 1957.

É a seguinte a íntegra dos sete itens desse acôrdo:

1 — A apuração dos Boletins do Registro Industrial de 1955, 1956 e 1957 será orientada por uma comissão — Comissão do Registro Industrial integrada pelo Secretário-Geral do

Na assinatura do acôrdo sôbre estatísticas industriais, falou o ministro Ernesto Dornelles



**O Presidente do IBGE,
Prof Juandyr Pires
Ferreira, entre os mi-
nistros Parsifal Bar-
roso e Ernesto
Doimelles**

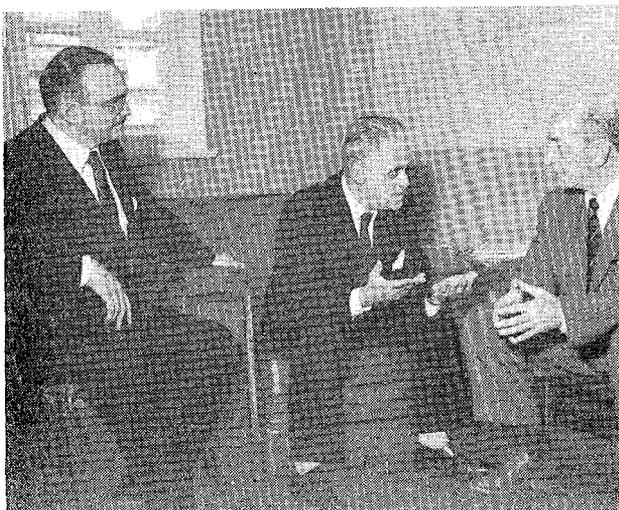
CNE, que a presidirá, e pelos Diretores do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Serviço de Estatística da Produção e da Diretoria de Levantamentos Estatísticos da Secretaria-Geral

2 — Os trabalhos de apuração ficarão a cargo de grupos especiais organizados para esse fim e chefiados por servidor escolhido pela Comissão

3 — O SEPT e o SEP colocarão à disposição da Comissão, durante cada uma das fases de trabalho, sem ônus para a mesma, os elementos de que possam dispor, de acordo com as solicitações que forem formuladas pela chefia dos grupos de trabalho encarregados da apuração

4 — A Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística procurará completar a lotação dos diversos setores encarregados da crítica, codificação, perfuração, tabulação e sistematização, com elementos de seu quadro de pessoal

5 — O SEPT oferecerá a maior colaboração possível na fase de tabulação mecânica, de maneira que o grande volume de trabalho, nessa fase, seja realizado com a maior rapidez possível



6 — Os resultados finais aprovados pela Comissão mencionada no primeiro item, serão divulgados sob a responsabilidade dos três órgãos que resolverem firmar este acordo

7 — O SEPT e o SEP continuarão a empregar os seus esforços, harmônica e coordenadamente, no sentido de concluir, quanto antes, as apurações referentes aos anos de 1953 e 1954

Firmaram o acordo os srs Luiz de Abreu Moreira, Secretário-Geral do CNE; Nirceu da Cruz César, Diretor do SEPT, e D Dulce Meurer, Diretora do SEP

XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA

REALIZOU-SE nesta Capital, entre os dias 9 e 18 de agosto, o XVIII Congresso Internacional de Geografia, com a participação de cerca de mil especialistas, de todas as partes do mundo

O IBGE — através do Conselho Nacional de Geografia — participou ativamente dos trabalhos, desde a fase de preparação até as sessões plenárias. A Comissão Organizadora Nacional teve à sua frente o Prof Juandyr Pires Ferreira, Presidente do Instituto, e dela faziam parte os Srs Fábio de Macedo Soares Guimarães, vice-presidente; Hilgard O'Reilly Sternberg, secretário executivo; Orlando Valverde, 1º secretário; Virgílio Correa Filho, 1º tesoureiro; Rodrigo A Azeredo Coutinho, 2º secretário; Alberto Ildefonso Erichsen, 2º tesoureiro

Pela Portaria n.º 37, de 3 de agosto, o Presidente do IBGE designou, como delegados do Instituto junto ao Congresso, os Srs Antônio Teixeira de Freitas, Fábio de Macedo

Soares Guimarães, Alberto Ildefonso Erichsen, Alberto Ribeiro Lamego, Gen Aureliano Luiz de Farias, Brigadeiro Castro Lima, Armando Marques Madeira, Prof Delgado de Carvalho, Capitão-de-fragata Érico Bacelar da Costa Fernandes, Eugênio Vilhena de Moraes, Flávio Vieta, Ten-Cel Francisco Fontoura de Azambuja, Prof Hilgard O'Reilly Sternberg, Gen Jacyntho Dulcindo Moreira Lobato, Contra-almirante Jorge da Silva Leite, Muirilo Castello Branco, Nilo Bernardes, Péicles Mello Carvalho, Cel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Romero Estelita, Victor Ribeiro Leuzinger, Achilles Scorzelli Júnior, Afonso Almino, Alberto Martins, D Dulce Meurer, Capitão-de-mar-e-guerra Haroldo Mathias Costa, Luiz de Abreu Moreira, Moacir Malheiros Fernandes Silva, Tenente-Coronel Nelson Mesquita de Miranda Nicceu da Cruz César, Capitão-de-mar-e-guerra Paulo de Oliveira, Rubens Porto, João Maria Broxado Filho, Tales da Rocha Vianna, Alberto Donadio Blois, Alfredo José Porto Domingues, Alípio Huguency de Matos, Américo de Azevedo, Ângelo Dias Maciel, Antônio Teixeira Guerra, Edgard Kuhlman, Elza Coelho de Souza Keller, Giorgio Mortara, Jorge Zarur, José Almeida, Lindalvo Bezerra dos Santos, Lucio Castro

Soares, Lídia Maria Cavalcanti Bernardes, Miguel Lima, Ney Strauch, Orlando Valverde, Paulo Augusto Alves, Pedro Finchas Geiger, Sebastião Aguiar Aires, Speridião Faissol, Valdemar Cavalcanti e Virgílio Correa Filho

A sessão solene de instalação do Congresso realizou-se às 21,30 do dia 9, no Teatro Municipal, com a presença do Presidente da República, Sr Juscelino Kubitschek, e altas autoridades civis e militares. A oração inicial da sessão foi proferida pelo Prof Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, na qualidade de Presidente da Comissão Organizadora. Falou, a seguir, o Prof Dudley Stamp, Presidente da União Geográfica Internacional, que promoveu o Congresso. Encerrando a sessão, discursou o Presidente da República.

As reuniões plenárias realizaram-se na Escola Naval, onde funcionou também a secretaria do Congresso. Um variado programa de trabalho foi organizado para o Congresso, destacando-se as seguintes atividades: reuniões destinadas à apresentação de comunicações científicas; reuniões das Comissões da União Geográfica Internacional; reuniões plenárias para discussão de tópicos especiais, de interesse geral, e excursões a várias regiões do País, visando a proporcionar aos participantes estrangeiros um conhecimento direto da natureza e das obras humanas no Brasil.

Numerosas exposições de caráter técnico e científico foram realizadas durante o Congresso, em conjunto ou isoladamente, pelos países que dele participaram.

O ENSINO DA ESTATÍSTICA NA BAHIA

Pelo Deputado Orlando Moscoso, foi apresentado à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia um projeto de lei que estabelece verba orçamentária para o custeio do ensino das ciências estatísticas em nível universitário, bem como dispõe sobre as condições de provimento e os vencimentos do cargo de Estatístico, além de dar outras providências.

A subvenção proposta foi de dez milhões de cruzeiros anuais, para aplicação, através da Universidade da Bahia, em estabelecimento superior, oficial ou reconhecido, que ministre curso de estatística de nível superior.

O projeto determina ainda que os vencimentos do cargo técnico de Estatístico correspondam aos dos demais cargos de nível universitário do Serviço Público do Estado, e que o seu provimento seja privativo dos diplomados em ciências estatísticas.

O projeto em questão está acompanhado da seguinte Justificativa:

"Aos onze de agosto de 1936 realizou-se na Capital da República a sessão solene de encerramento da *Convenção Nacional de Estatística* e foi firmado um acôdo interadministrativo entre o Governo Federal e a unanimidade dos Governos das Unidades Políticas da República.

No que respeita à administração federal, foi o referido acôdo aprovado e ratificado pelo Decreto n.º 1 022 de 11 de agosto de 1936.

No que concerne à administração estadual, aquêlê acôdo foi aprovado e ratificado pelo Decreto Estadual número 8 998, de 28 de agosto de 1936 e pela Lei Estadual número 93 de 3 de outubro de 1936. Os compromissos do nosso Governo constituem o Capítulo III do Instrumento firmado pelo seu representante em 11 de agosto de 1936, no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Visa a execução de tais obrigações à criação no País, de maneira uniforme, de mentalidade e organização estatísticas em moldes suficientes para corresponder univocamente aos crescentes reclamos, nas esferas administrativa, comercial e industrial, de técnicos competentes nas diversas especialidades que compõem as chamadas Ciências Estatísticas.

O projeto ora apresentado apresenta o aparelho os órgãos estatísticos da administração do Estado e os demais órgãos por onde fluam dados relativos a fenômenos de massa, do elemento humano em condições de, não apenas constituir, numericamente uma boa equipe, como também e principalmente, em condições de ser qualitativamente capaz de corresponder à complexidade das tarefas inerentes a tais órgãos.

Aliás, a própria Convenção a que de início nos referimos, estabeleceu premissas fundamentais ao pleno amadurecimento de uma tal equipe:

1.º) condições intelectuais de provimento correspondente ao mais alto nível de ensino das matérias básicas.

2.º) quadros funcionais com categorias técnicas devidamente hierarquizados.

Constituem estas premissas os termos do binômio preparo — recompensa, cuja variação é, no fundo, o problema crucial da dinâmica executiva em qualquer setor da atividade social.

O texto do projeto evidencia as condições legais necessárias e indispensáveis a tal desiderato.

Comprovando a intenção sábia de dar aos serviços estatísticos méritos idênticos aos que atualmente apresentam nos países de alto índice de civilização, institui a exigência para o provimento no cargo técnico de Estatístico, do concurso público de provas e de títulos, no qual só poderão se inscrever os diplomados de nível universitário na especialidade, a qual, evidentemente, é uma exigência de preparo intelectual do mais alto nível que se poderia estabelecer para o exercício de uma dada profissão. Não esquecendo que a prática acrisola e fundamenta o preparo teórico dos cientistas, o projeto faculta e restringe aos estudantes de ciências estatísticas em nível universitário o preenchimento dos cargos de carreira de Estatístico-auxiliar mediante a habilitação em concurso público de provas."

O IBGE E A CONSTITUIÇÃO

ASSOCIANDO-SE às comemorações nacionais do Primeiro Decênio da Constituição Brasileira, o IBGE, por iniciativa do seu Presidente, Prof Jurandyr Pires Ferreira, lançou uma edição especial, em miniatura, da nossa Carta Magna, para distribuição gratuita.

A página de rosto da nova edição — que é um dos menores livros já publicados no Brasil, medindo 4,5 por 6 centímetros — assi-

nala esta circunstância curiosa: "Edição comemorativa do 10º aniversário da Constituição Brasileira, sendo Presidente da República o constituinte Juscelino Kubitschek de Oliveira. Contribuição do IBGE, sendo seu Presidente o constituinte Jurandyr Pires Ferreira."

Como página introdutória, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, subscrive as seguintes e expressivas palavras: "Constituição vigente quer dizer Parlamento aberto, Imprensa livre, império da lei perante a qual todos são iguais, incolumidade das garantias individuais, liberdade para a consciência, para a crença e para o pensamento. Povo sem Constituição é povo sem soberania política, sem dignidade cívica, sem segurança para a tranqüilidade, sem grandeza para o progresso e sem perspectiva para a glória"

I CENTENÁRIO DA ESTATÍSTICA ESPAÑHOLA

TRANSCORRERÁ a 3 de novembro deste ano o primeiro Centenário da fundação da Comissão de Estatística Geral da Espanha, primeira repartição criada naquele país para reunir, de forma contínua e ordenada, as atividades estatísticas de interesse nacional.

Durante um século de atividades, a repartição estatística espanhola realizou trabalhos de grande envergadura, que abrangeram também as colônias, e cuja expressão máxima está consubstanciada pelo "Anuário Estatístico da Espanha", uma das melhores publicações, no gênero, em todo o mundo.

O Governo Espanhol oficializou as comemorações do Primeiro Centenário da Estatística Espanhola, constituindo uma comissão de honra presidida pelo Chefe do Estado e da qual fazem parte os Ministros de Estado, o Presidente das Cortes, o Presidente do Conselho de Estado, o Presidente do Tribunal de Contas, o Cardeal Primaz da Espanha e o Comandante do Estado Maior.

A organização das festividades ficará a cargo do Conselho Superior de Estatística, que para isso designará uma Junta Executiva e uma Comissão Organizadora.

NOVA DIRETORIA DA SBE

REUNIDA em Assembléa-Geral a 27 de julho deste ano, a Sociedade Brasileira de Estatística elegeu a nova Diretoria da entidade, para o biênio 1956-1958, a qual ficou assim constituída:

Presidente, Jorge Kingston; Vice-Presidentes, João Lira Madeira e Milton da Silva Rodrigues; Secretário-Geral, Waldemar Lopes; Se-

gundo Secretário, Sebastião Agular Aires; Orador, Mário Ritter Nunes; Primeiro Tesoureiro, Jorge Nascimento de Castro; Segundo Tesoureiro, Ernani Villasboas Figueiredo; Comissão Fiscal: A Teixeira de Freitas, Aldemar Alegria e Afonso Almiro; Comissão de Redação: Valdemar Cavalcanti, Lauro Sodré Viveiros de Castro, Alceu Vicente de Carvalho, Ovídio de Andrade Júnior, Germano Jardim e Raul Lima.

Na mesma ocasião, a SBE examinou o Relatório e as contas da antiga Diretoria.

PEQUENAS NOTÍCIAS

★ Pelo Presidente do IBGE, foi confirmado no cargo de Secretário-Geral do CNG o Engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães.

★ Pela portaria nº 51, da Presidência do IBGE, o Sr. Valdemar Cavalcanti, diretor de Documentação e Divulgação da Secretaria-Geral do CNE, foi designado para substituir o Secretário-Geral nas suas faltas e impedimentos eventuais.

★ O Sr. A. Teixeira de Freitas foi nomeado para exercer o cargo de Diretor de Levantamentos Estatísticos.

★ A Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas aprovou um voto de congratulações com o IBGE pelo transcurso do seu aniversário de fundação.

★ Ainda pela mesma Assembléa Legislativa foi aprovado um requerimento, dirigido ao Governador do Estado, solicitando seja dado o nome de Teixeira de Freitas ao primeiro município amazonense a ser criado.

★ Nos seguintes Municípios maranhenses foi dado o nome de "Dr. Teixeira de Freitas" a logradouros públicos ou escolas: Loreto, Arari, Baira do Coida, Brejo, Buriti, Carolina, Coioatá, Guimarães, Icatu, Itapecuru-mirim, Matinha, Mourões, Penalva, Pinheiro, Riachão, Rosário, São Francisco do Maranhão, São Vicente Férrer, Timon e Tutóia.

★ Foi instalada em Solânea (Paraíba), a 1º de julho, a Agência Municipal de Estatística. Ao ensejo, a Assembléa Legislativa do Estado aprovou um voto de congratulações com o IBGE.

★ Organizado pelo DEE do Rio de Janeiro, inaugurou-se em agosto, em Niterói, um curso de Estatística de nível médio. Inscreveram-se inicialmente 150 alunos.

★ Foi empossado no cargo de Inspetor Regional de São Paulo o Sr. Wladimir Pereira, que substituiu naquelas funções ao Sr. Acir Teixeira.

★ Tomou posse no cargo de Inspetor Regional de Minas Gerais o Sr. Hildebrando Martins, que já exerceu anteriormente aquelas funções.

★ A Diretoria da Sociedade Brasileira de Estatística homologou o parecer da Comissão Julgadora do Concurso Giorgio Mortara, integrada pelos Srs Genival Santos, Felipe Nery e Afrânio Melo. Não foi atribuído o prêmio ao único trabalho apresentado, pois este não atendia às condições mínimas fixadas pelas normas do concurso.

★ Como parte do planejamento do Censo de 1960, o Sr Thomas B Jabine, estatístico norte-americano, pronunciou sob os auspícios do Ponto IV, uma série de palestras no Núcleo de Planejamento Censitário.

★ Pelo Decreto n° 16 534 de 13 de julho de 1956, o Governador do Estado da Bahia reorganizou a Seção de Estatística e Publicidade da Secretaria de Segurança Pública, aumentando-lhe as atribuições e fillando tecnicamente ao IBGE a Seção de Estatística Policial-Criminal.

★ Foi instalada em julho a Agência Municipal de Estatística de Sidrolândia (Mato Grosso).

★ Tomou posse no cargo de Diretor do Serviço Federal de Bioestatística, do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, o Sr Hudson de Barros Silva.

★ Comemorando o 19° aniversário de sua reorganização, o DEE de Alagoas lançou "Números e Notícias", boletim informativo das atividades do sistema regional de estatística e das principais iniciativas da administração estadual. O primeiro número da nova publicação tem 27 páginas e contém variada matéria, da qual destacamos os seguintes trabalhos: "Alagoas e a energia de Paulo Afonso"; "Aspectos demográficos de Alagoas"; "Produção agrícola de Alagoas em 1955"; "Rêde ferroviária do Nordeste" e "Custo de vida em Maceió".

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE
JURANDYR PIRES FERREIRA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas: a organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racional do, e levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício de seus objetivos, a colaboração das três órbitas do Governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e o um de organização periódica — o dos Serviços Censitários.

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1 Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2 "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", que são: a *Assembleia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera "ad referendum" da Assembleia Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J.E.C. (reúnem-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3 "ÓRGÃOS OPINATIVOS", subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas etc.) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, composto de 36 membros eleitos pela Assembleia Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", isto é, as seis Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura), Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda) e Serviço de Estatística da Saúde (Ministério da Saúde); e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do

Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do C. N. E., através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais e, tecnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística.

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria Geral do Conselho.

2 "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", ou sejam a *Assembleia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C. N. G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C. N. E. (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúnem-se ordinariamente uma vez por mês).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", com um órgão executivo central. — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas.

Sede do INSTITUTO: Av. Franklin Roosevelt; 166
RIO DE JANEIRO

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
(Repartições Centrais em 31-VI-1956)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

- Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores
Diretor — *RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO*
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda
Diretor — *AUGUSTO DE BULHÕES*
- Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura
Diretor — *DULCE DE MATTOS MEURER*
- Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Diretor — *NIRCEU DA CRUZ CÉSAR*
- Serviço de Estatística da Educação e Cultura — Ministério da Educação e Cultura
Diretor — *ALBERTO MARTINS*
- Serviço Estatística da Saúde — Ministério da Saúde
Diretor — *ACHILLES SCORZELLI JÚNIOR*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

- Território do Acre..... — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor — *Oswaldo Pinheiro Lima*
- Território do Amapá..... — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor — *Heitor de Azevedo Picanço*
- Território de Rondônia..... — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor — *Cirilo Arruda*
- Território do Rio Branco..... — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor — *José da Silva Pereira Campos*
- Amazonas..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Maria dos Remédios V. de Oliveira*
- Pará..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Pe. Cupertino Contente*
- Maranhão..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *José Martins Dourado*
- Piauí..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *José Lopes dos Santos*
- Ceará..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Tomás Gomes da Silva*
- Rio Grande do Norte..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Agenor Bezerra de Araújo Lima*
- Paraíba..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Adalberto de Araújo Barreto*
- Pernambuco..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Paulo Acióli Pimentel*
- Alagoas..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *José de Carvalho Veras*
- Sergipe..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Rui Elói dos Santos*
- Bahia..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Felipe Nery do Espírito Santo*
- Minas Gerais..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Romeu Jacob*
- Espírito Santo..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Jaime Smith*
- Rio de Janeiro..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Aldemar Alegria*
- Distrito Federal..... — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor — *Flávio Faria*
- São Paulo..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Celeste Ângela de Sousa Andrade*
- Paraná..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Jahyr Leal*
- Santa Catarina..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Walter Belo Wanderley*
- Rio Grande do Sul..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Adalberto Tostes*
- Goias..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Geraldo Campos*
- Mato Grosso..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Herminda Pitaluga de Moura*

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 2 300 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios.